

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

IMPACTO DO PROCESSO DE INSERÇÃO DO AGLOMERADO
METROPOLITANO DE CURITIBA NAS REDES GLOBAIS SOBRE O MERCADO
DE TRABALHO LOCAL A PARTIR DOS ANOS 90

CURITIBA

2005

SILVANA CROOPE

**IMPACTO DO PROCESSO DE INSERÇÃO DO AGLOMERADO
METROPOLITANO DE CURITIBA NAS REDES GLOBAIS SOBRE O MERCADO
DE TRABALHO LOCAL A PARTIR DOS ANOS 90**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orientador: Prof.Dr. Luis Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2005

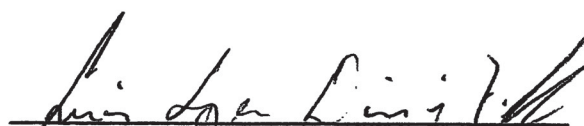


PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **SILVANA CROOPE**, intitulada: **“PROCESSO DE INSERÇÃO DE CURITIBA NAS REDES GLOBAIS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 90”**, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Produção do Espaço Urbano - Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba, 30 de março de 2005.


Prof. Dr. Luís Lopes Diniz Filho
(Orientador e Presidente da Banca)


Prof. Dr. Sérgio Bulgacov
UFPR


Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
UFPR

Dedico este trabalho à memória do meu pai Dr. Thomas Edward Croope, que era uma pessoa dedicada e incansável nos questionamentos e busca por um mundo mais humanamente justo e evoluído, que é semente viva e espelho para o meu aperfeiçoamento de posicionamento ético e moral.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido a alegria de atravessar cada uma das etapas e superar as barreiras que tornaram minha luta grande para a conquista deste objetivo de vida, o qual terá repercussão imediata sobre todas as minhas atividades.

À minha mãe Silvia Maria Santos Croope que me serviu de modelo, inspiração e força de vontade para encarar todos os desafios que a vida nos impõem, e aos meus irmãos e cunhado pelo apoio familiar.

À minha filha Vivian Croope Gioppo Nunes que faz cada dia ter um significado especial e um colorido mais intenso.

Agradeço ao professor e orientador Dr. Luis Lopes Diniz Filho, pelo acompanhamento, paciência e revisão do estudo e à professora Dra. Olga Lúcia Castreguini de Freitas Firkowski, pelas críticas e sugestões que propiciaram uma abordagem mais pontual da pesquisa.

Ao meu amigo Eurípedes Patápio Smaniotto, pelo interesse e apoio a todas as minhas atividades e pesquisas, e ao Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, pelo incentivo para a busca da concretização dos objetivos.

Às demais pessoas que compõem o Departamento de Pós-Graduação de Geografia e colegas do curso, que sempre foram muito gentis e me auxiliaram em todas as questões necessárias para um bom desempenho no curso.

Às pessoas que compõem o CMERT – Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho de Curitiba que me concederam material e estatísticas da situação e de relevância sobre o mercado de trabalho local e regional.

Às minhas amigas Eliane Alssufe e Josiane Alves de Oliveira, pelo apoio técnico final e amizade.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e divulgação deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VII
LISTA DE QUADROS.....	VIII
LISTA DE TABELAS	IX
RESUMO	X
RESUMO	X
ABSTRACT	XI
INTRODUÇÃO	12
1 GLOBALIZAÇÃO, CIDADE E MERCADO DE TRABALHO	15
1.1 REDES URBANAS E REDES GLOBAIS: UMA INTRODUÇÃO	15
1.2 GLOBALIZAÇÃO COMO PROCESSO	25
1.3 CIDADE E GLOBALIZAÇÃO.....	34
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL CONTEMPORÂNEA	53
2.1. A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS ESPACIAIS ..	53
2.2. O SETOR SERVIÇOS NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	57
2.3 TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO	67
3 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO DE CURITIBA	77
3.1 CONSOLIDAÇÃO E (RE)ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO AGLOMERADO METROPOLITANO	77
3.2 A TRAJETÓRIA RECENTE DO SETOR SERVIÇOS NO CONTEXTO METROPOLITANO: IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO.....	86
4 CONCLUSÃO: INTER-RELAÇÕES PARA (RE)POSICIONAMENTO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL DO SETOR DE SERVIÇOS.....	107
REFERÊNCIAS	113

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – THE WORLD ACCORDING TO GaWC.....	45
FIGURA 2 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA	78
FIGURA 3 - MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	80

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PROSPECTO DA URBANIZAÇÃO MUNDIAL.....	40
GRÁFICO 2 - ACELERAÇÃO DO RITMO DE APARECIMENTO DE PARADIGMAS TECNOLÓGICOS	55
GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NA RMC – 2002.	90
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ – 2002	90
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO BRASIL – 2002	91
GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, NA RMC, PARANÁ E NO BRASIL – 1996 A 2002.....	91
GRÁFICO 7 – MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA RMC – 2000 A 2003.....	95
GRÁFICO 8 – MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE EMPREGADOS NA RMC – 2000 A 2003.....	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REDE GLOBAL E REDE URBANA	21
QUADRO 2 – CONCEPÇÕES E PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO.....	28
QUADRO 3 – A EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS.....	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS EM CURITIBA – 1996/2002..	87
TABELA 2 – EMPREGOS NO SETOR SERVIÇOS – CURITIBA – 1996/2002	88
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA NA REGIÃO METROPOLITANA, NO PARANÁ E NO BRASIL	89
TABELA 4 – ATIVIDADES ECONÔMICAS - ESTABELECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DA RMC – 2000 A 2003.....	94
TABELA 5 – EMPREGOS NOS MUNICÍPIOS DA RMC – 2000 A 2003.....	96
TABELA 6 - EXPORTAÇÕES DE CURITIBA, 1992-1996	101
TABELA 7 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - PORTE DE EMPRESA, SÃO PAULO/CURITIBA, 2002-2003	102
TABELA 8 – MOVIMENTO NO AEROPORTO INTERNACIONAL AFONSO PENA – 1990/2003	105

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta para o estudo da configuração mais atual do mercado de trabalho do setor de serviços da região de Curitiba, considerando o período a partir da década de 90, no processo de inserção nas redes globais. Essa pesquisa tem como ponto de partida o conceito de redes, mais uma abordagem sobre as relações entre globalização, emergência de cidades mundiais, e reestruturação produtiva enfocando o setor de serviços, bem como o reflexo da inserção de Curitiba nas redes globais sobre o mercado de trabalho local. Historicamente é possível verificar a intencionalidade de intervenção governamental nos processos de construção do espaço e nos mecanismos de regulação junto ao mercado de trabalho no Brasil, e em outra escala, Curitiba. Nos anos 90 a estrutura produtiva da região de Curitiba observa a diversificação da indústria principalmente no segmento de veículos leves, mas também com outras linhas de tecnologia, consolidando a integração de sua área urbana às de algumas cidades vizinhas em função de intensificação de seus relacionamentos, conferindo uma nova dimensão espacial, urbana e de serviços, observando então um melhor posicionamento local e relevante participação junto à Rede Urbana Brasileira. Assim, conclui-se que Curitiba sofreu alterações na configuração do seu mercado de trabalho do setor de serviços, tanto das empresas como da diversificação profissional, este com uma participação crescente no mercado considerando os outros setores econômicos, sofrendo impacto no contexto do processo de globalização, mas, até o presente, sem inserção direta nas Redes Globais.

Palavras-chave: Redes Globais, Redes Urbanas, Mercado de Trabalho, Serviços.

ABSTRACT

This work presents a proposal for a study of the most actual configuration of the work market of the service sector of Curitiba's region, considering the period since the 90's decade, on the global net insertion process. This research has its beginning point the net concept, plus a boarding about globalization, world cities emergency, and productive re-structuring with focus on the service sector, such as the reflex of Curitiba's insertion in the global net over the local work market. Historically is possible to verify the governmental intentionality intervention on space construction process and on the regulation mechanisms together at the work market in Brazil, and in other scale, Curitiba. On the 90's years the productive structure of Curitiba's region observes an industry diversification principally on the light vehicles segment, but on other technology fields too, consolidating the integration of its urban area together to some of the neighbour cities because of its relationships intensification, conferring a new spatial, urban and services dimension, then observing a better local positioning and relevant participation together Brazilian Urban Net. This way, conclusion is that Curitiba suffered configuration changes on its work market of service sector, such as of companies as of professional diversification, this one with market increasing participation considering the other economic sectors, suffering impact on the globalization process context, but, until present, without direct insertion on Global Nets.

Key-words: Global Net's, Urban Net's, Work Market, Services.

INTRODUÇÃO

Na década de 90, a região da grande Curitiba passou por várias mudanças estruturais relacionadas às transformações mais gerais que vêm ocorrendo em âmbito mundial, sob os auspícios do que vem sendo intitulado como “processo de globalização”, em suas muitas facetas. Algumas características e conseqüências desse processo, como fluxos mais intensos de comércio internacional, o avanço tecnológico nas telecomunicações e transportes (com seus reflexos sobre a agilidade e eficiência das empresas), a ampliação dos fluxos de capital internacional, as novas formas de produção, que integram os processos produtivos em escala internacional, e, por conseguinte, a demanda por profissionais capazes de responder a essa nova configuração econômica mundial, estabelecem novas e inusitadas conexões entre pontos distantes do espaço global. Diante de tamanha complexidade de relações e conexões, a abordagem espacial tem muito a ganhar com o emprego da metodologia baseada no conceito de redes.

Pelo caráter recente dessas mudanças, a análise dos impactos trazidos pela inserção da Grande Curitiba nas redes globais sobre o mercado de trabalho dessa região representa um desafio considerável, requerendo cuidados na obtenção de dados e na reflexão a partir deles. Além disso, o setor serviços carrega em si grande dificuldade no trato, pois abrange um universo de atividades extremamente heterogêneo, no qual percebe-se a existência de relacionamentos independentes ou dependentes de outras atividades e de outros setores da economia, conforme a atividade de serviço escolhida para análise. Esse setor tem representado cada vez mais uma maior e diferenciada expressão dentre os diferentes setores que compõem uma economia, que para a situação local comparando com lugares privilegiados, revela a direção em que gradativamente se potencializa para participar.

Assim, essa pesquisa objetivou, de maneira geral, identificar impacto no

mercado de trabalho de Curitiba com sua inserção nas Redes Globais a partir da década de 90; bem como conseqüentemente também: caracterizar mercado de trabalho; caracterizar redes urbanas e redes globais; identificar alterações no mercado de trabalho de Curitiba a partir da década de 90; e, analisar se houve inserção de Curitiba nas Redes Globais a partir da década de 90. Para a investigação, a metodologia adotada foi com base no conceito de redes – geografia das redes; passando pela verificação e estabelecimento de distinção entre Redes Globais e Urbanas. (serviços/hierarquia); apreensão quanto à reestruturação produtiva: local (Curitiba) e global; e, por fim, uma análise dos impactos trazidos pela inserção da Grande Curitiba nas redes globais sobre o mercado de trabalho local – anos 90 em diante. (globalização).

O Estado, no contexto Brasileiro e para a região em questão, tem sido agente promotor da industrialização e organização do território, bem como, também, gerando ou gerindo reflexos sociais advindos de diversos fatores internos e externos. As ações que são aqui apresentadas tratam de aspectos relevantes para a questão do mercado de trabalho, que a exemplo do que vem acontecendo em outras partes do mundo, passa por crise estrutural e tecnológica, já que precisa atender a novos desafios imputados pela competitividade global e pela constituição ou consolidação de locais privilegiados para a produção e para a atração de investimentos, em detrimento de outros, que permanecem relativamente alijados dos novos processos em curso. É sob essa nova forma do processo de desenvolvimento desigual que emerge a discussão sobre a constituição de redes globais e de redes urbanas hierarquizadas, que conectam pontos distantes do espaço global.

Nesse sentido, é preciso partir de uma reflexão sobre as características do processo de globalização econômica, sob a ótica das redes, de forma a traçar a análise do impacto desse processo no mercado de trabalho local de uma região metropolitana, Curitiba, que, dos anos 90 em diante, vem crescentemente se inserindo nas redes globais de produção e na rede urbana mundial.

Para dar conta dessa proposta de estudo, este trabalho está organizado da seguinte maneira: no Capítulo 1 é apresentada uma discussão sobre o conceito de redes e os elementos metodológicos para uma abordagem geográfica baseada nesse conceito, juntamente com uma reflexão sobre as relações entre o processo de globalização e a emergência das cidades globais. No Capítulo 2, discute-se o atual processo de reestruturação produtiva, com foco principal no setor serviços, e os impactos desse processo sobre o mercado de trabalho. No Capítulo 3, é apresentada a contextualização de Curitiba com base na busca por desenvolvimento e a situação de seu mercado de trabalho. O último Capítulo apresenta uma síntese das conclusões derivadas da análise dos impactos sofridos pelo mercado de trabalho local no período recente, e a questão da inserção de Curitiba nas Redes Globais.

1 GLOBALIZAÇÃO, CIDADE E MERCADO DE TRABALHO

As pesquisas desenvolvidas por autores das diferentes áreas do conhecimento como: urbanistas, sociólogos, economistas, administradores, têm proposto interpretações das transformações sócio-econômicas e espaciais cujo foco está centrado principalmente no setor industrial, havendo, portanto, poucos estudos sobre o setor de serviços, sobretudo do ponto de vista espacial.

Contudo, as atividades de serviços, cada vez mais imbricadas com os demais setores, no atual contexto de globalização e de reestruturação produtiva, cumprem um papel essencial nesse contexto de mudanças aceleradas. Nesse sentido, o estudo do mercado de trabalho de Curitiba frente às redes globais deve ter como ponto de partida a discussão teórica dos conceitos de rede, globalização, serviços e mercado de trabalho, bem como sobre as tendências de mudança desse mercado na atualidade. Começemos, pois, por uma discussão teórico-metodológica baseada na abordagem da Geografia das Redes.

1.1 REDES URBANAS E REDES GLOBAIS: UMA INTRODUÇÃO

O conceito de rede mudou muito de significado ao longo da história, sendo possível identificar pelo menos quatro estratos de significados, conforme propõe DIAS (2003, p. 89-90) em obra organizada por CARLOS e LEMOS, quais sejam:

1. Início do século XIX, ele aparece como conceito chave e privilegiado do pensamento de Saint-Simon, pois “a rede é o que aproxima os lugares e os homens. A rede permite chamar a atenção sobre a circulação e os fluxos, pois a tese central é de que a riqueza é engendrada pela circulação de mercadorias e da moeda e não por sua acumulação”. Assim, rede urbana seria o “conjunto de cidades ligadas entre si por relações diversas – fruto da reflexão sobre o papel que as cidades

desempenham no território. Insistia na estreita relação entre rede de bancos (crédito) e a rede de transporte (comunicações) – paradigma de causalidade.

2. No final do século XIX, “com o aparecimento do telefone e da eletricidade, a rede passa a ser associada à idéia de serviço gerido por grandes empresas. A importância dos capitais necessários e o caráter estratégico das redes explicariam a intervenção dos poderes públicos”.

3. Já no século XX, com o desenvolvimento das telecomunicações e transportes, a rede passa a ser associada à idéia de velocidade refletindo uma modificação na relação espaço-tempo que propiciou a formulação de teses sobre a “capacidade das redes de estruturar os territórios ou sobre o papel preponderante da conexidade como modo de organização do território (no lugar da continuidade)”.

4. Mais recentemente, surgiu o enfoque desenvolvido pela administração, no qual “rede é considerada como instrumento de coordenação e de transação entre a economia de mercado e o Estado”, em que há multiplicação dos trabalhos que buscam a compreensão das diferentes configurações espaciais em rede¹.

Em vista dessa trajetória, o contexto intelectual contemporâneo é marcado pela multiplicidade de conteúdos atribuídos a esse conceito. Por exemplo, a noção de redes proposta por LOIOLA e MOURA², citados por SPOSITO (2001), identifica atributos como: a pluralidade de atores ou agentes que se organizam em torno de alguma ação; a interação simultânea de indivíduos; e a existência de organizações formalmente constituídas ou não. Indicam também o uso de noções que servem para identificar dicotomias como cooperação/competição, efemeridade/permanência, solidariedade/conflito, igualdade/diversidade e racionalidade

¹ Complementando sua síntese, a autora explica que, segundo Fany Davidovich, o espaço concreto “(...) é afetado cada vez mais pela maximização de redes e fluxos de intercâmbio, de capital, de imagens, símbolos e sons e pela minimização dos efeitos de contigüidade física”, e que, segundo Jaime Oliva, “as repercussões de cidades com a contigüidade violentada por redes geográficas que esgarçam a sociabilidade rica propiciada pela urbanidade no conjunto social são notórias, ‘para o bem e para o mal’ ”. DIAS (2003, p. 92).

² LOIOLA e MOURA apresentam artigo produzido em 1997, na coletânea de SPOSITO do ano de 2001, juntamente com outros trabalhos de outros autores.

instrumental/racionalidade comunicativa. Nessa mesma linha de raciocínio, Scherer-Warren (1999) apresenta a noção de rede como instrumento para a análise dos movimentos sociais, e mostra que a maior parte dos enfoques teóricos que utilizam tal conceito no âmbito das ciências sociais, reflete sobre as formas de dicotomização da realidade: grupo x sistema, elos fracos x elos fortes, tecido social comunitário x tecido social associativista, rede submersa x rede associativista, rede latente x rede com visibilidade, rede de solidariedade x rede estratégica.

Na exemplificação das dicotomias que aparecem em redes, BIJKER (p.17-47), em seu artigo “The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other”³, afirma que o espaço está composto pelo relacionamento ciência/tecnologia, sendo que a distinção entre ciência e tecnologia não está entre as funções abstratas do saber e fazer, mas sim no entendimento de que são sociais; assim, a ciência tem aparecido com um tratamento teórico dos problemas e a tecnologia com a prática. Nesse contexto, o entendimento inicial de que poderiam vir a compor uma dicotomia, representada pela distância entre saber e fazer, se resolve quando considerado que ambas têm um elo na sua essência, isto é, no fato de que são sociais. A aplicação prática dos conceitos de ciência e tecnologia e sua socialização (conhecimento, produto, distribuição ou acesso, compartilhamento de resultados, como por exemplo, os estudos e remédios desenvolvidos para combate a AIDS, e sua disponibilização) é que por vezes traduzem uma dicotomia.

A dimensão política das relações estudadas sob a ótica das redes é trabalhada por DIAS e CORRÊA (2001, p. 135-137), ao trabalharem o conceito de “redes de ação”. Esse conceito designa os conjuntos de coligações de agentes que buscam realizar interesses comuns mediante articulações com uma pluralidade de outros agentes, os quais podem apresentar natureza social diferenciada. Essas

³ Tradução adaptada: “A construção social dos fatos e artefatos: ou como a sociologia da ciência e a sociologia da tecnologia podem beneficiar cada qual”.

relações repercutem no processo de espacialização de todos esses agentes na medida que a articulação e convergência de interesses mobilizam a formação das redes de ação, podendo aglutinar agentes sociais hierarquicamente diferentes.

Noutras palavras, os “atores que não se opõem, agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar e se aproximar” (RAFFESTIN, 1993, p.156 citado por DIAS e CORRÊA, 1995) e, assim, criar redes entre eles: uma rede sendo um sistema de linhas que desenham tramas.

Uma outra idéia concorrente a esta é a de redes de interações entre diferentes atores sociais de I. Scherer-Warren, que propõe a análise em termos de redes de movimentos, cuja implicação está em buscar formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. (DIAS, 1995)

Especificamente sobre o conceito de rede urbana, Roberto Lobato CORRÊA (2001), a define como o conjunto articulado de centros urbanos, o qual constitui um reflexo social, resultado de complexos processos engendrados por diversos agentes sociais. Dessa forma, a rede urbana apresenta uma variedade de tipos, de acordo com combinações de características, tais como o tamanho dos centros urbanos, sua densidade populacional, as funções que desempenham, a natureza, a dimensão e alcance espacial das interações e a forma espacial da rede⁴.

Reflexo social, a rede urbana constitui-se também em uma condição social, uma matriz da qual deverá se verificar a reprodução das condições de existência, envolvendo a produção, a circulação e o consumo, assim como diversos aspectos das relações sociais. Reflexo e condição social, a rede urbana, por isso mesmo, está submetida a um dinamismo maior ou menor e com ritmos variados, próprios a cada contexto espaço-temporal. Esse dinamismo origina-se tanto de fatores externos a cada rede urbana específica, como de fatores internos, a partir de possibilidades e motivações de seus agentes sociais. Nesse dinamismo podem ser alterados o tamanho, a densidade e as funções dos centros urbanos, assim como a natureza, intensidade e alcance espacial das interações e a forma espacial da rede.⁵

⁴ As formas espaciais que podem representar a rede são: tipo solar, dendrítico, christalleriano, axial e complexo. Porém, a discussão detalhada dessa tipologia não faz parte da proposta deste estudo.

⁵ Roberto Lobato Corrêa ainda propõem que a rede urbana, para o caso brasileiro, apresenta desigualdade em termos espaciais e um forte dinamismo, em que podem ser observadas criações de

Por fim, vale a pena retomar as considerações de DIAS (2001) sobre as várias abordagens possíveis desse tema. Complementando sua síntese sobre as mudanças históricas das abordagens baseadas no conceito de rede, a autora cita alguns ensaios que apresentam a rede como fator de coesão que integra pontos e/ou lugares, ou como transgressora de territórios, não se atendo a fronteiras administrativas, ou ainda como articuladora de pontos de diversas escalas – conexões interescares – já que um mesmo lugar participa de vários níveis de organização espacial.

Indo um pouco mais a fundo, a autora aborda as análises que partem da observação dos fluxos (de capital, de informação, entre outros) para a caracterização das regiões metropolitanas. É o caso da proposta de Sandra Lencioni, que delineia a “caracterização do espaço metropolizado como espaço dos fluxos, e do espaço não-metropolizado como reino dos lugares”. De outro lado, Milton Santos comenta essa idéia de espaços metropolitanos consistirem em não-lugares com base nas noções de verticalidades (conjunto de pontos formando um espaço de fluxos – subsistema dentro da totalidade-espaço cujo sistema de produção se serve dos fluxos que é constituído por redes) e horizontalidades (zonas de contigüidade que formam extensões contínuas – espaço banal, de todos, das vivências). Este autor concluindo então que “não seria possível associar a extensão do espaço metropolizado com o reino dos fluxos, que constitui apenas uma fração (ou subsistema) do espaço banal”. Neste raciocínio, o espaço metropolitano constitui um contexto de permanente inovação, dada sua espessura econômica e sociocultural. Desse modo, as áreas centrais das metrópoles emergem como um espaço de redes estruturadas em fluxos de informação e comunicação.

Contudo, a aplicabilidade do conceito de rede não se restringe aos estudos sobre o fenômeno urbano, mas também à nova configuração técnico-produtiva que

muitos centros urbanos nos últimos 25 anos, enquanto outros serão criados nos próximos decênios; sendo o Brasil um campo fértil para pesquisas sobre a rede urbana e sobre essa manifestação de sua sociedade, SPOSITO (2001, p. 359 – 360).

vem emergindo nas últimas décadas. Segundo BENKO (1999, p.62), esse conceito se refere a “uma forma de organização interempresarial” na qual se definiu a governança para além do mercado. Isto é, para ficarmos apenas nas relações interempresariais, as relações de hierarquia (de dependência) ou de cooperação “em parceria”.

Nesse contexto, a governança pode apresentar várias formas, segundo o grau de divisão social do trabalho, como se verifica, por exemplo, na Toyota City, que representa as organizações em redes de empresas. Trata-se aqui de uma definição de rede mais funcional que geográfica, pois considera as potencialidades espaciais dos novos “objetos” tomados em consideração. BENKO (1999, p.65-66), diz ainda que a dialética do local e do global surge consubstancialmente a toda análise social e é reencontrado nas formas de governança, havendo então “regiões que ganham” no quadro de certo tipo de Estado nacional ou confederado, e esses Estados, ganhando na competição econômica internacional, estão condicionados a saberem suscitar a estruturação de “regiões que ganham” dentro de suas fronteiras.

Assim, quanto menos governança explícita, mais é necessário que o mercado se apóie na forma de regulação implícita que é a aglomeração, onde há “nebulosas de redes” ou “redes de distritos” (inclusive as de porte humano), as primeiras podendo ser chamadas de “megapolos” e as segundas chamadas de “metrópoles”, e constituindo, respectivamente, a forma espacial das regiões que ganham dentro dos países que perdem e regiões que ganham dentro dos países que ganham.

Para BENKO (1999, p.79), “a globalização da economia metropolitana na economia regional caminha de par com o estabelecimento de uma nova organização territorial que aparece, ao mesmo tempo, como um efeito e como uma causa do desenvolvimento geral. Ela se caracteriza por sua estrutura estratificada e pela emergência de uma territorialidade regional”, promovendo inter-relações dinâmicas entre os sistemas locais, que aumentam a criatividade global e a capacidade dos

sistemas componentes, sendo que essa rede evolui gradualmente de uma configuração em armação urbana para uma configuração pluripolar, na qual os principais sistemas locais partilham as funções superiores regionais, notadamente tecnopolitanas.

À luz dessas considerações, é possível sintetizar as diferenças entre rede global e rede urbana mediante a elaboração de um quadro comparativo, conforme segue:

QUADRO 1 – REDE GLOBAL E REDE URBANA

	Rede Global	Rede Urbana
Conceitos/ noções	Composta pela dinâmica de relacionamento de Cidades Globais (também chamadas por ALVA (1997, p.64) de “metrópoles internacionais”).	Conjunto articulado de centros urbanos que constitui e que resulta da articulação complexa de processos engendrados por diversos agentes sociais, desta forma apresentando uma variedade de tipos, de acordo com combinações de características como: tamanho e densidade dos centros, as funções que desempenham, a natureza, intensidade e alcance espacial das interações, e a forma espacial da rede. Nesse sentido, ela é a síntese de todas as redes .
Tipos	<ul style="list-style-type: none"> • Por especificidade de atividades. Por exemplo: a existência e formação de empresas rede; as empresas transnacionais; as empresas de pequeno e médio porte exportadoras; a formação de cooperações internacionais. • Obs: as redes globais não trabalham necessariamente apenas com áreas urbanas. 	<ul style="list-style-type: none"> • R.U. Internacional; • R.U. Nacional – Curitiba no 3º Nível ou de Cooperação (os outros: 1º nível – competição, 2º nível – parceria) – IBGE; • Aglomerações Metropolitanas; • Aglomerações não metropolitanas; • Regiões/Centros Urbanos; • Aglomerações urbanas internacionais. • Cidades Globais segundo fluxos, atividades, demografia, volume de negócios, etc, podendo ser de excelência ou primeira ordem – fluxos mundiais; segunda ordem – fluxos continentais e nacionais; outras; • C.G’s segundo GaWC, categorias Alpha, Beta e Gama.
Questão espacial	Área conurbada, que não compreende a metrópole como unidade de análise.	Metrópoles e similares.

A análise da inserção de um centro urbano nas redes globais, como é o caso da grande Curitiba, pode abranger tanto as relações interurbanas propriamente ditas, como também as relações técnicas, produtivas e comerciais que se

estabelecem entre as empresas industriais instaladas na cidade e outras, situadas em diversas regiões do país e do mundo.

O conceito de rede, então, deve ser entendido como instrumento, não como ator, capaz de articular as várias escalas (dimensional, fenomenal, estratégica e tática) para apreensão dos processos. Nessa abordagem, a rede urbana pode ser entendida como síntese de todas as redes, de modo a que se possa captar as mudanças que a (re)definição das relações que configuram as redes podem trazer para o mercado de trabalho (sobretudo no que diz respeito à criação de novas oportunidades de emprego) existentes no espaço geográfico de uma cidade ou metrópole, ou ainda no espaço circunscrito por uma área conurbada que não chega a abarcar a totalidade territorial da metrópole legalmente estabelecida.

Com efeito, Leila DIAS (1996, p. 136) observa que o desenvolvimento econômico contemporâneo se traduz na geração de fluxos de informação e na estruturação do espaço sob a forma de redes, o que pressupõe o uso de tecnologias de comunicação e de transportes. Nesse contexto, verifica-se uma “nova etapa no processo de urbanização, ao longo do qual o poder de controle sobre a economia e o espaço vai cada vez mais se assentar na aptidão de certos lugares a manipular a informação”. Nessa mesma linha de raciocínio, Milton SANTOS (1992, p. 20) assevera que: “o dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano”.

Contudo, deve-se notar que alguns processos que vêm tendo papel essencial na conformação desse novo sistema urbano foram tradicionalmente importantes para o avanço da urbanização. Historicamente, o surgimento das redes se deu, em grande parte, pela pressão do sistema financeiro. O mundo com suas relações comerciais/agrícolas, em 1789, eram o mundo conhecido. A expansão do comércio, com abertura de estradas, maior uso de rotas marítimas, etc; ampliou o mundo conhecido e conseqüentemente a dinâmica social. (HOBBSAWN, 1991).

As cidades, então, surgiram com formato e expansão espontâneos, ou seja, sem planejamento de uma forma geral. Posteriormente, a história relata formas de organização da estrutura física das cidades, bem como alterações e evoluções nos sistemas sociais de trabalho e leis, e também do próprio conhecimento, tecnologia, entre outros, que remonta desde o período da Grécia antiga, à clássica Romana, até os dias de hoje.

Em DIAS (1995, p. 141), temos a explicação de que “toda a história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em resposta a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída. Com a ferrovia, a rodovia, a telegrafia, a telefonia e finalmente a teleinformática, a redução do lapso de tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes: doravante eles serão virtualmente aproximados.” Na época presente, está em curso uma aceleração do ritmo de inovação em vários campos, sobretudo na engenharia de sistemas elétricos, que já permitem a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias, e na associação das técnicas de telecomunicações às de tratamento de dados, ampliando sobremaneira a potência das redes de telecomunicações e fazendo com que as distâncias se contraíam.

Nesse sentido, o papel das redes na organização territorial está inscrito num debate mais amplo, sobre a técnica e sua capacidade virtual de criar condições sociais inéditas, de modificar a ordem econômica mundial e de transformar territórios, o que pode ser muito bem exemplificado pelas redes de informação.

Enfim, trata-se de buscar os significados das relações sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, sob a égide de inúmeros processos de integração econômica e técnico-produtiva entre regiões e cidades de diferentes países, ao lado dos quais eclodem movimentos políticos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (muitos dos quais, em aberta contestação aos próprios processos de globalização econômica).

Nesse contexto de desenvolvimento desigual, as redes não têm possibilidade de arrancar um território virgem de sua letargia. Elas se estruturam onde há um processo carregado de história, e, mesmo quando essa estruturação ocorre, não são capazes de assegurar um acesso homogêneo de todos os segmentos sociais de uma região aos benefícios do crescimento econômico, embora a grande maioria da população seja efetivamente beneficiada pelo crescimento. A rede é possível onde houve planejamento técnico específico, mesmo que não estruturado, por parte do Estado e/ou de empresas privadas, e levando em consideração as relações sociais mais abrangentes e o conjunto de atividades selecionadas para serem desenvolvidas num determinado espaço geográfico.

Dentro de uma visão linear, o planejamento costuma trabalhar uma escala dentro da outra, mas é importante ressaltar que um mesmo lugar participa de vários níveis de escala. Por isso, pode-se dizer que a rede é uma violência ao espaço, pois busca integrar a diversidade. O papel das redes na organização territorial está dentro de um debate mais amplo, que é o do papel da técnica na sociedade.

RANDOLPH (1999) apresenta uma afirmação de Castells, que considera que, sob as condições da sociedade-rede, o capital é coordenado globalmente enquanto o trabalho é individualizado. Assim, a luta entre diversos capitalistas e classes de trabalhadores miscelâneos está submetida a uma oposição fundamental entre os fluxos de capital e os valores culturais da experiência humana. Os organismos de gestão da rede não são neutros, pois colocam em jogo relações sociais entre aqueles socializados e os marginalizados, podendo reforçar essas diferenças.

A rede é nível intercalado e potencialmente infinito de articulação, dentro do qual é possível acrescentar mais um “ponto” na dinâmica que pressupõe esta rede, sendo que não necessariamente precisa haver um grande esforço no planejamento para tal.

A apreensão dessa dinâmica pode apresentar uma série de resultados

distintos, como por exemplo, a migração de pessoas em função do mercado de trabalho, a mudança no cultivo agrário com fins especulativos de álcool, oscilação na bolsa de valores com a maior cotação de produtos alimentícios em função da redução de cultivo, ou mesmo podendo-se fazer referência a ações emergenciais de deslocamento de pessoal, desemprego, destinação especial de verbas para segmentos específicos de trabalho – organização – defesa, reorganização de investimentos, alteração de cultura, como o que está acontecendo desde o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos e que está modificando a dinâmica social mundial.

Nesse contexto, verifica-se que não é possível compreender a dinâmica contemporânea das redes urbanas sem referenciá-la ao processo de globalização da economia e da sociedade, visto que esse processo reforça o papel das redes de relações na estruturação do espaço, em escala mundial. Cabe assim fazer uma breve discussão sobre o processo de globalização em sua dimensão econômica e social, conforme segue.

Ou seja, a atual estrutura da rede urbana brasileira, MOTTA (IPEA, 2000, p.36), encontra-se refletida nas “especificidades e diferenças de renda e produtividade que existem entre as regiões e os estados do país, assim como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira”.

1.2 GLOBALIZAÇÃO COMO PROCESSO

O entendimento acerca do que seja globalização passa pela dificuldade de contemplar com propriedade todos os elementos que estão inseridos nessa palavra, que foi extremamente popularizada, e, conseqüentemente, utilizada indiscriminadamente, o que torna o trabalho de apresentação de uma conceituação que satisfaça as necessidades de análise desta pesquisa, ainda mais necessária.

A história nos relata os processos de ação do homem sobre o espaço, primeiro num relacionamento junto à natureza, a evolução nos processos de troca e então a comercialização, a busca por novos mercados, a expansão do mundo conhecido através das viagens empreendidas e assim a descoberta inclusive de novos produtos, a evolução tecnológica gradual, as alterações do modo de gestão político-econômica dos lugares no mundo em que hoje papel predominante aponta para o capitalismo, o aparecimento dos embates mais intensos entre o capital e o trabalho, a reestruturação do modo de conceber e atuar no mundo que passa a ter lugar, tanto pelos recursos naturais para exploração que se encontram mais escassos, como pelas mudanças climáticas que tem imposto condições mais severas para sobrevivência, como também pela necessidade da população global ter atendido suas necessidades básicas, o que nos remete a um problema de concentração de poder e riqueza que compromete a vida de milhares de pessoas e, contudo, ainda mais intensos, existem os processos comerciais e fluxos de informação, que continuam a reproduzir tal sistema e acumulação.

No segundo pós-guerra (AGB – ANAIS, 1994, p. 316) iniciou-se um movimento de unificação econômica em que houve um desenvolvimento acelerado das grandes empresas, ao mesmo tempo em que empresas menos competitivas desapareciam ou eram incorporadas. A unificação de mercados aponta tendência da ampliação da base territorial, populacional e econômica, em nível continental – reserva de mercado diante das ameaças externas. O avanço tecnológico é identificado como uma das principais armas na guerra econômica mundial, entendido como possível caminho para saída da crise econômica e de liderança na 3ª revolução industrial, a qual deverá acontecer rapidamente, considerando as duas revoluções anteriores.⁶

Nesse raciocínio que aborda uma série de itens aparentemente

⁶ A identificação das revoluções industriais e a forma como repercutiram no arranjo social – econômico e espacial, demandaram tempo e apresentaram necessidades específicas. Esta terceira revolução tem como base o conhecimento, por isso a proposta e o diferencial apoiado na tecnologia.

correlacionados, é importante averiguar as propostas de conceituação e explicação sobre globalização.

Então, aproveitando mais um pouco as conceituações apresentadas em SANDRONI (1996), globalização significaria o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e dos transportes; identificando a globalização como um processo (de abastecimento de uma empresa por fornecedores que se encontram em várias partes do mundo, cada um produzindo e oferecendo as melhores condições de preço e qualidade naqueles produtos em que têm maiores vantagens comparativas, o que poderia ser chamado também de 'global sourcing'.

Outro conceito de Globalização proposto por GARRIDO e COSTA (1996) é o de ser um conjunto de processos que torna possível a concepção, desenvolvimento, produção, distribuição e consumo de processos, produtos e serviços à escala mundial, utilizando instrumentos organizados e tornados acessíveis numa base também mundial (ex: patentes, novas tecnologias, comunicação e transporte); cujo objetivo seria satisfazer os diversificados e crescentes mercados globais regulados por Normalizações e Estandardizações 'quase universais'; baseado em organizações de redes de firmas atuando em bases mundiais, cujo capital pertence cada vez mais a uma multiplicidade de acionistas de diversos países, cuja cultura está aberta a um contexto mundial e obedece a uma estratégia também mundial (ex: utilização dos cartões de crédito, os carros). Na continuação da proposta, apresenta em anexo um quadro esquemático de Concepções e Processos de Globalização proposto pelo que identifica como "Grupo de Lisboa": ⁷

⁷ Este quadro é identificado como anexo: fig.24 – Concepções e Processos de Globalização, na obra original e, identifica dois blocos relacionados: sete categorias de globalização aos seus principais elementos/processos; conforme transcrito.

QUADRO 2 – CONCEPÇÕES E PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO

Categoria	Principais elementos/processos
1. Globalização das Finanças e capitais	Desregulamentação de mercados financeiros, mobilidade internacional do capital, surgimento de fusões e aquisições. A globalização do “shareholding” está ainda em fase inicial.
2. Globalização dos mercados e estratégias, em particular da concorrência.	Integração das atividades de negócios à escala internacional, estabelecimento de operações no estrangeiro (incluindo I&D e financiamento) pesquisa de componentes a alianças estratégicas.
3. Globalização da tecnologia e I&D e conhecimento	A tecnologia como principal enzima: o surgimento de tecnologias de informação e comunicação e de telecomunicações possibilita o aparecimento de redes globais dentro da empresa e entre empresas (redes de valor acrescentado). A globalização como processo de universalização do Toyotismo/“lean production”.
4. Globalização dos modos de vida e dos padrões de consumo; globalização cultural	Transferência e transplante dos modos de vida dominantes. Igualização dos padrões de consumo. Papel dos media. Transformação da cultura em “cultura food” e produtos culturais. Aplicação das regras do GATT aos fluxos culturais.
5. Globalização das capacidades reguladoras e da governação	Papel diminuto dos governos e parlamentos nacionais. Perdas de democracia. Tentativas para projetar uma nova geração de regras e instituições de governação global.
6. Globalização como unificação política do mundo.	Análise da integração das sociedades mundiais num sistema político e económico global liderado por um poder central.
7. Globalização das percepções e consciência	Processo sociocultural centrado no conceito “Uma Terra”. Movimento “globalista”. Cidadãos planetários.

Globalização é, segundo FAISSOL et al. em ‘Sociedade Global, Cidade Global, um Mundo só: uma discussão da Globalização’ *in* Revista Brasileira de Geografia, citado em IBGE (1995, v.57, n.2, p. 67), “um processo universal e a fragmentação seria processos em níveis hierárquicos inferiores, por efeito de distintividades específicas – de alguma forma os lugares -, processos estes resultantes da operação da globalização sobre uma superfície espacial/territorial já desigual” – refragmentação das áreas produtivas pelo efeito da globalização.⁸

⁸ Ao mesmo tempo em que ocorre a diversificação das áreas produtivas, acontece uma homogeneização das áreas de consumo. Concorre para a formação do que se pode chamar de “geografia das desigualdades”, na qual os processos de globalização e fragmentação implicam territórios diversos, em que o desigual se torna diferente sob o efeito da globalização.

Diante dessas propostas conceituais, globalização fica com sentido de otimização de recursos e de processos, desconsiderando estilos históricos de economias nacionais, apoiados cada vez mais em novas tecnologias, comunicação e transportes, buscando mais mercado, desconsiderando limites, com padronizações e normas cada vez mais universais, misturando culturas tanto para o atendimento de necessidades, como para a composição acionária das organizações que buscam e agem mundialmente. A globalização da economia, mais o início de uma cultura global, reflete mudanças profundas na realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, das regiões transnacionais e das cidades – estas como local determinado onde ocorrem os processos globais.⁹

Uma outra proposta de explicação sobre o que seja globalização é apresentada por ALVA (1997, p.59-60): “processo que corresponde a uma fase previsível do desenvolvimento do capitalismo mundial, a globalização da economia internacional afeta a todos os países do planeta”, ... e “serve a uma racionalidade econômica em escala mundial”, cujos efeitos não asseguram um desenvolvimento sustentável, apresentando-se mesmo como uma agressão a sustentabilidade social e ambiental a curto e médio prazos. Ou seja, este modelo atual só é sustentável para as minorias nacionais diretamente vinculadas à cultura do consumo ostensivo. E assim, aponta alguns fenômenos que o caracterizam:

- o deslocamento da produção industrial para os países emergentes e para a periferia das aglomerações metropolitanas;
- o papel catalisador da tecnologia de informação e comunicação eletrônica na reestruturação da organização produtiva e da distribuição, assim como na transferência de capital e conhecimentos;
- a transformação da cultura e do lazer em atividades econômicas;
- o protagonismo das cidades globais e das empresas transnacionais no controle da economia mundial.

Diz ainda que a globalização implica muito a “subordinação das economias nacionais ao mercado internacional globalizado pelo sistema de cidades mundiais”.

⁹ A proposta de estudo de globalização tendo como local as cidades, pretende extrapolar a visão sociológica e urbana. SASSEN (1998: 11)

Globalização, segundo BENKO (1999, p.75), pode caracterizar “a emergência de formas de organização econômica que abrangem conjuntos maiores (por exemplo, a divisão internacional do trabalho); além disso, cumpre que a globalização em extensão não se faça em detrimento da outra dimensão da globalidade que quer que os modelos expliquem a totalidade da realidade econômica (globalização em compreensão)”.

Este autor apresenta ainda duas formas de globalização: pelo mercado e nacional, que não são integráveis, constituindo-se assim em uma dicotomia. E, propõe o conceito de globalidade dinâmica local, partindo do raciocínio sobre a transformação do processo de globalização da economia e o impacto sobre os contextos locais pelo estado dos ambientes que os compõem.¹⁰

Outras duas características que ALVA (1997, p.62) apresenta proposto por John Friedman como característica da globalização e que clareia ainda mais a sua compreensão são as identificadas abaixo:

- um ordenamento hierárquico das cidades globais em função da importância das economias que comandam. Entretanto, essa ordem não é imutável e depende da capacidade competitiva de tais economias;
- a presença dentro das cidades mundiais de uma “classe capitalista transnacional com uma cultura cosmopolita e uma ideologia consumista que cria conflitos com as classes subalternas de interesses territoriais mais definidos localmente, cujo acesso à classe transnacional está fechado”.

Enquanto ainda existem diferenças de e entre mercados, e persiste a busca da conquista desses espaços, há competitividade. Atualmente, observa-se a emergência dos países do sudeste da Ásia, especialmente da China, que começa a ameaçar o predomínio ocidental sobre a economia mundial, com características

¹⁰ Segundo o autor, as capacidades dinâmicas dos sistemas locais com ambientes inovadores projetam-nos naturalmente para o exterior, intensificando as trocas com outros territórios, desdobrando seu *hinterland* direto, retomando assim seu desenvolvimento e, estendendo seu sistema de organização a novos e diferentes espaços, onde o ambiente local acaba por inventar e utilizar novas formas econômicas e territoriais. Se Metrópole – sistema que gera esse desenvolvimento; e Região – o novo conjunto; fica evidente que a economia metropolitana é radicalmente transformada e renovada pela globalização regional que ela põe em prática – transformação não decorrente de mecanismos econômicos ou técnicas preexistentes, mas de autogênese que procede do *milieu* inovador.

competitivas diferentes tanto em questão de baixos salários, como condições de trabalho, e questões de equilíbrios sociais.

A busca deste “manter-se competitivo” apresenta o desafio da flexibilidade do trabalho, ou ainda, propostas de gestão participativa do mercado de trabalho local para evitar desemprego; e por fim, movimento de descentralização sistemática dos níveis de negociação, que passa pela renovação do diálogo social. Esses processos cumulam experiências variadas, para as quais os papéis dos sindicatos na luta pelos empregos têm resultados diferentes, inclusive em função de sua representatividade, conforme os vários países nos quais há estudos, apontada uma ausência de uma postura comum de negociação nos diversos níveis, que torna quase impossível um progresso no diálogo social, onde os acordos tem sido realizados sobre medidas de duração da jornada de trabalho ou salários apenas para manter os empregos.¹¹

Em que pesem tais considerações, podemos considerar então que vivemos atualmente mais uma crise de superprodução, identificada como a “fase recessiva do 4 ° Ciclo de Kondratieff”, cujas características detectáveis são a mundialização da economia, da técnica e das informações, tendência opressiva do capital sobre a organização dos trabalhadores – intensificação da mais-valia absoluta; evidente e explosiva fragmentação dos territórios nacionais, como resposta ou reação à globalização intensiva promovida pelo grande capital; novos processos de trabalho e organização do trabalho, enfraquecendo os sindicatos e os popularmente chamados

¹¹ As considerações apresentadas baseiam-se nas experiências de reestruturação produtiva que vêm ocorrendo em vários países espalhados pelo mundo, em períodos não muito distantes, com resultados diferentes. MARTINELLI, VENTURA e MACHADO (2004, p. 105-108) comentam as experiências do Reino Unido (década de 70) e sua flexibilização externa do trabalho, com o acompanhamento dos inconvenientes para o desenvolvimento sustentável; da Suécia, onde optou-se por mudanças em sua tradição e cultura de consenso social para a busca de soluções visando enfrentar a crise de desemprego do início dos anos 90; da Alemanha, que desde 1984 está envolvida em um amplo diálogo entre patrões e sindicatos sobre a flexibilidade interna, em que a redução da jornada de trabalho foi trocada pela flexibilização do tempo de trabalho; da Itália, que ao longo dos anos 90 teve a unificação da representação sindical com o papel de interlocutor único e oficial de todos os empregadores (estabelecimento do regime tripartite: Estado, patrões e empregados – sistema de relações sociais); e ainda considerações sobre Espanha que tem como prioridade maior o emprego e França que interessa-se pelo funcionamento da nova estrutura enquanto problemas da organização do trabalho.

movimentos sociais (manifestações da sociedade organizada em organização com pleitos voltados principalmente aos direitos humanos); revalorização dos fatores locais dos complexos de indústrias e serviços, a partir de novos parâmetros organizacionais e espaciais, etc.

Para a configuração desse cenário, tem expressão o papel desempenhado pelas grandes corporações e pela difusão das tecnologias revolucionárias: microeletrônica, biotecnologia, e novos materiais. Diante desse mundo novo, como que convocados pela realidade que se impõe, os lugares inteligentes detêm um elevado grau de competência, cuja hierarquização é definida pela criação e difusão de inovações para o setor produtivo. Esses espaços ocupam meio milhão de trabalhadores em que grande parte são engenheiros, cientistas, professores”¹²

Enquanto o mercado de trabalho passa por mudanças estruturais, como as questões referentes à duração da jornada de trabalho, flexibilidade de horário, flexibilidade no tempo de trabalho; o emprego tem sido considerado variável exterior à empresa e visto como um dado econômico e social, aparecendo pouco nas preocupações concretas dos parceiros sociais, atribuindo tal tarefa ao Estado.

Ou seja, a atividade econômica está sendo desenvolvida em espaços transnacionais, com bem pouca atuação governamental, diferente do comércio internacional, cujos espaços são, por exemplo, as zonas de processamento das exportações, centros bancários *offshore*¹³ e novos mercados financeiros globais, que estão dentro de territórios nacionais controlados por Estados-Nação; cujos

¹² Maiores detalhes e explicações sobre o ciclo econômico entre crise e bonança, identificados de tempos em tempos, cuja representação gráfica seria na forma de uma espiral; apresenta um período cada vez menor para fechamento dos ciclos, o que aponta para mudanças mais frequentes, o que, por consequência, significa mais embates sociais como pode ser verificado nos AGB - ANAIS, 1994, p. 387.

¹³ Entenda-se por *offshore*: sociedades ou organizações com personalidade jurídica própria não padronizada, cujas atividades econômicas tem como objetivo a produção ou circulação de bens e/ou serviços. Quando sediadas em paraísos fiscais, não podem atuar dentro desse território, bem como quase sempre não poderão possuir bens imóveis ou outro tipo de ativos de monta onde estão sediadas. Os elementos atrativos para formação de uma *offshore* são: moedas fortes, estabilidade econômica e política, isenções fiscais ou impostos reduzidos sobre os rendimentos, segurança, sigilo e privacidade nos negócios, liberdade de câmbio, economia de custos administrativos, eventual acesso a determinados tipos de financiamento internacional a juros baixos (ATRIUM Incorporators World-Wide).

espaços transnacionais em territórios nacionais revelam a fase atual da economia mundial: economia global.

E, novamente temos a globalização sendo proposta numa visão de processo, mas com o elemento que apresenta o “onde ocorre o processo”, como podemos verificar em SASSEN (1998, p. 12):

Compreender como os processos globais se localizam nos territórios nacionais requer novos conceitos e estratégias de pesquisa. A cidade global, que recorre a práticas de pesquisa que se apóiam na interseção da macroanálise e da etnografia e que ademais, exige tais práticas, é um desses novos conceitos. Ele pressupõe que os processos globais até o rápido crescimento do investimento estrangeiro direto, podem ser estudados através de determinadas formas pelas quais eles se materializam em diversos lugares.

Desta maneira, cidades como Nova York, Tóquio, Londres, São Paulo, Hong Kong, Toronto, Miami, Sidnei, entre outras, configuram como espaços transnacionais de mercado, em que se observa, possuírem mais em comum umas com as outras do que com centros regionais de seus próprios países (Estados-Nação). Assim, o impacto dos processos globais além de alterar a estrutura social da cidade, altera também a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo com repercussão na desigualdade social urbana.¹⁴

A globalização enquanto análise dentro do espaço geográfico está primeiramente na fixação de alguns parâmetros: globalização entendido enquanto processo histórico da fase atual em que os lugares estão virtualmente próximos e se relacionam com maior facilidade; o acompanhamento e mapeamento das relações econômico-financeiras apontam relacionamentos em níveis hierarquicamente e diferentes de interconexão; existem apenas algumas cidades que alguns autores identificam como “cidades globais” – como Jacques Malezieux – que concentram os maiores fluxos de comercialização, tecnologia, entre outras coisas; e que o processo de globalização pode ocorrer em menor ou maior grau de lugar para lugar, mesmo que não seja dentro ou com as cidades globais.

¹⁴ Os estudos propostos por DEMANBORO, MARIOTONI e BETTINE, abordam a globalização como ação comandada por corporações transnacionais via planejamento estratégico, que impõem nova dinâmica nas relações entre homem e meio-ambiente, com subsequente concentração de atividades e de pessoas em aglomerados urbanos.

1.3 CIDADE E GLOBALIZAÇÃO

O pensar a cidade e o urbano no Brasil e no mundo de hoje significa enfrentar desafios que se colocam tanto no campo metodológico, quanto no campo da ação prática e, em especial, na formulação de políticas que não tenham a perspectiva ratificadora dos esquemas que tendem a reproduzir modelos de exclusão socioespacial – Saint-Clair C. da Trindade Júnior. Buscar a compreensão do urbano em sua relação com a região, considerando-o como resultado e condição de uma divisão interurbana e inter-regional do trabalho. A análise da cidade em sua organização interna, como expressão e meio de existência da divisão intra-urbana do trabalho. E mais, Saint-Clair apresenta as propostas de Milton Santos que procura traduzir teoricamente essa mesma interpretação, quando estabelece a diferença entre a "economia política da urbanização" e a "economia política da cidade": "Por meio do estudo exclusivo da divisão do trabalho e, mesmo da divisão territorial do trabalho, alcançamos apenas uma economia política da urbanização. Mas esta é suficiente para as tarefas de análise e do planejamento urbano e metropolitano. Uma 'economia política da cidade' deve associar o conhecimento dos efeitos da divisão do trabalho sobre as condições locais do mercado - tomado em todos os seus aspectos - de modo a permitir a compreensão do que significam o espaço construído e suas características, como dados concretos de realização social e econômica e, também, como uma realidade em transformação" (Santos, 1994, p. 127-8). ... a "economia política da urbanização" leva em conta uma divisão social do trabalho que, juntamente com a divisão territorial do trabalho, definem a repartição territorial dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens. A "economia política da cidade" nos permite entender a maneira como a cidade se organiza internamente face à produção e como os diversos atores da vida urbana se localizam a cada momento na história da cidade. O produto dessas relações

especialmente configuradas define a forma urbana em um determinado momento histórico. (SPOSITO, 2001: 130)

Dentro do entendimento de que Globalização corresponde a um processo de transformação de diversos níveis e formas, fica evidente que o processo ocorre em um espaço definido: um lugar, uma empresa, uma cidade; através da ação das pessoas participantes em organizações das mais variadas.

Cidade, segundo a conceituação encontrada em SMALL e WITHERICK (1992), é:

povoação grande e permanente com uma população de diversas características e profissões, geralmente não auto-suficiente na produção de alimentos e dependendo da indústria transformadora e do comércio para satisfazer os desejos dos seus habitantes, e abastecendo de bens e serviços as áreas que fiquem fora dela (região citadina, hinterland). Legalmente o título de cidade é concedido a qualquer povoação que tivesse uma catedral; nos EUA, atualmente, o termo aplica-se de uma forma muito liberal, designando mesmo modestas povoações urbanas.

Já a conceituação proposta por GARRIDO e COSTA (1996), apresenta a mesma abordagem inicial, não faz exemplificação da aplicação do conceito para outras realidades, mas pondera que “uma definição clara e universal de cidade suscita inúmeras dificuldades, pelo que cada país adota a sua; que são utilizados múltiplos critérios com o objetivo de definir e caracterizar este espaço (administrativos, quantitativos populacionais; densidades mínimas, funcionais, entre outros); então com uma diversidade grande de parâmetros, conduzindo à dificuldade de comparação das cidades em diferentes países”.

Cidade, segundo CROCETTI (AGB 6, 2001, p.52), é a concentração física que ajuda na superação das restrições de tempo pela minimização das limitações de espaço.

As cidades podem se originar de acordo com algumas funções urbanas, como industrial, cultural, comerciais, administrativas ou políticas. Elas tem origem histórica e se constituem ao longo do processo histórico, assumindo formas e conteúdos diversos. Produto das relações entre a sociedade e a natureza, o espaço geográfico que se representa como cidade assim é social – o homem transforma a

natureza e produz algo diverso dela pelo seu processo de trabalho. Ou seja ela “é algo essencialmente não definitivo”, que “em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. ... em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado”. Deve “ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política, e a estrutura de poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais” (CARLOS, 1992, p. 56 - 57).¹⁵

Cidade proposta pelo historiador francês Fernand Braudel, apresentado por Jaime Tadeu OLIVA (2003, p. 73), existe

... desde a pré-história. São estruturas multisseculares que fazem parte da vida comum. Mas são também multiplicadoras, capazes não só de se adaptarem à mudança, como de contribuir poderosamente para ela. Poderíamos dizer que as cidades e a moeda fabricam a modernidade, mas também que a modernidade, a massa em movimento da vida dos homens, conforme a regra de reciprocidade ..., impulsionou a expansão da moeda, construiu a tirania crescente das cidades. Cidades e moedas constituem, simultaneamente, motores e indicadores; provocam e assinalam a mudança. E são também uma consequência da mudança.

OLIVA continua estabelecendo o papel da moeda e o entendimento sobre a cidade, esta última sendo considerada como um “conjunto de máxima concentração e de máxima diversidade de objetos geográficos que favorece e acomoda grandes contingentes populacionais em distância mínima e atua como estimuladora de relações sociais”. Explica que a cidade seria um ator social, mesmo não sendo gente, pois é produção humana, cuja matéria principal é abstrata, cuja intencionalidade humana é projetada e incorporada movendo essas configurações e fazendo-as reagir sobre nós – nós em relação conosco por meio de nossos objetos e mecanismos. Nas cidades houve a gestação e desenvolvimento da linguagem escrita, da ciência, das artes, da política e da filosofia, como por exemplo à Grécia

¹⁵ Explicações complementares sobre a origem, formação e características das cidades ao longo do processo histórico são apresentada na obra de CARLOS (1992). Contudo não cabe aqui a análise deste processo, e sim que esta se constitui como resultado da ação do homem, pelo seu trabalho, e que está sujeita a forças em função de relacionamento das pessoas que nela estão estabelecidas, com pessoas de outras localidades. Ou seja, pensar a cidade significa refletir sobre o espaço urbano.

antiga e sua importância no desenvolvimento daquela civilização.

O conceito de cidade apresentado por ALVA (1997, p. 1), é de que “são concentrações de poder que controlam fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos, constituindo centros de acumulação de riqueza e conhecimento”. Considera mais adiante que as maiores cidades tendem a converter-se em metrópoles de sistemas sócio-econômicos organizados espacialmente para articular economias regionais, nacionais e internacionais.

Como ilustração, por exemplo, um dos entendimentos sobre como pode ser vislumbrada a evolução dos espaços urbanos, pode ser encontrado em SILVA (2004, p. 30) no documento intitulado ‘Cidades em Rede, Cidades sem Redes’, em um quadro comparativo:

QUADRO 3 – A EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS¹⁶

	da cidade	à aglomeração urbano-metropolitana
Forma	compacta e contínua	mosaico em descontinuidade
Polarização	monocêntrica, concentrada	policêntrica, linear e nodal
Crescimento	suburbano, contíguo	extensivo, disperso
Estrutura	regular, radio-concêntrica	labiríntica, reticular
Limites	definidos, zonados	adaptativos/ variáveis difusos
Metáfora	“ilha”	“arquipélago, nebulosa”

Contudo, a conceituação básica de cidade como concentração de população de diversas características e profissões, não auto-suficiente, sujeita a interferências externas para abastecimento de bens e serviços, tem dado conta diante das transformações dos processos sócio-econômicos ambientais; onde a forma como se processam as atividades se modifica e os lugares vão sendo

¹⁶ Este quadro apresentado por SILVA (2004, p.30) teve como fonte original, conforme apresenta: Nuno Portas, Congresso Ibero-Americano de Urbanismo, Recife, Brasil, 2000.

adaptados, dentro de uma mobilidade territorial conforme cada período histórico e as necessidades e aptidões apresentadas.

Do final do século XVIII até meados do XX, SCHERER aponta que as condições tecnológicas da produção industrial determinaram “formas de aglomeração espacial de instrumentos, energia e trabalhadores que deram forma às cidades e metrópoles do período eletro-mecânico. As condições tecnológicas com as novas maneiras de produzir levaram à possibilidade de dispersão da produção e da instalação dos trabalhadores, gerando padrões desconcentrados de estabelecimento humano e de atividades produtivas”. (CARLOS e LEMOS, 2003, p.195)

Essas mudanças foram acompanhadas por relações sociais que criaram novas determinações para a vida do trabalhador e de suas formas de organização, cujas atribuições do Estado (final do século XIX na Europa e XX EUA) era na promoção do Estado do Bem Estar Social (responsabilidade de provisão dos então chamados equipamentos gerais de produção, externalizando e socializando os gastos envolvidos no processo produtivo; bem como também deveria realizar a reprodução da mão-de-obra via atribuição de direitos sociais urbanos e serviços).

Então, novas mudanças tiveram lugar e, remontando ao final do século XX, anunciava-se o fim das cidades enquanto entidades econômicas, cuja ideologia do Estado mínimo e regras do modelo econômico neoliberal que atendem à lógica do Sistema influenciam uma intervenção no espaço que as materializa, observa realocação de escritórios e fábricas para áreas fora das grandes metrópoles, pois o local de trabalho, com a facilidade dos meios de computação passava a poder situar-se em qualquer lugar, mesmo dentro de residências. Isso graças ao crescimento e desenvolvimento das telecomunicações, com a possibilidade de transmissão de dados instantâneos para todo o mundo; onde a atividade econômica globalizada não necessita do lugar representado pelas cidades; mas que contudo, podemos observar também um movimento contrário, cujos mercados nacionais e globais, as operações globais integradas, requerem lugares centrais para exercício do trabalho de

globalização. Por exemplo, as indústrias da informação necessitam de grande infraestrutura, pois que também possuem um processo produtivo. Ou seja, se consideradas que as atividades, empresas, mercados, infraestrutura física envolvidos na globalização existem e estão concentrados nas cidades, seu papel é de grande relevância para a economia global.

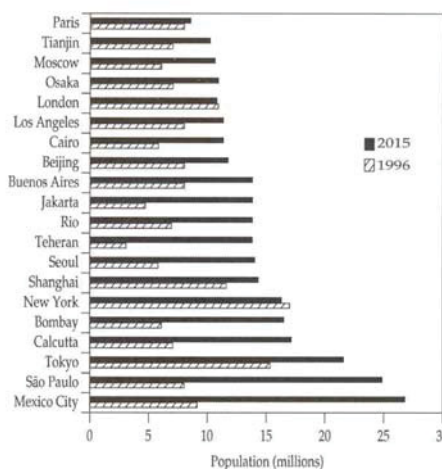
A análise e resultado desse processo de dispersão e concentração territorial frente à globalização, é ilustrada com propriedade por SASSEN (1998) na seguinte passagem: “Assim, quando as telecomunicações foram introduzidas em larga escala em todas as indústrias adiantadas, na década de 1980, vimos às regiões centrais, onde se concentram os negócios nas grandes metrópoles, e os centros empresariais internacionais do mundo – Nova York, Los Angeles, Londres, Tóquio, Frankfurt, São Paulo, Hong Kong e Sydney, entre outros – atingirem uma densidade como jamais existiu”.¹⁷

Por exemplo, um estudo desenvolvido pelas Nações Unidas, intitulado ‘The Prospects of World Urbanization’ de 1997, apresentado por SILVA (2004, p.11), retrata a população das 20 maiores aglomerações, numa série de 1996 a 2015, em escala de milhões de pessoas:

¹⁷ A continuação da análise de SASSEN (1998: 14) sobre o conceito de economia global frente às imagens dominantes que são parciais de transferência instantânea de dinheiro pelo planeta, a economia da informação, o encurtamento das distâncias com o advento das novas tecnologias como a Internet, propõe que esses elementos não permitem uma adequada representação do que a globalização e as economias da informação acarretam para as cidades; o que revela uma desatenção quanto à dimensão espacial da globalização econômica, distorcendo o papel das grandes cidades na fase atual de globalização.

GRÁFICO 1 – PROSPECTO DA URBANIZAÇÃO MUNDIAL

Population of 20 Largest Agglomerations, 1996 to 2015
(millions)



Source: United Nations, *The Prospects of World Urbanization*, 1997.

Além desses aspectos (EMPLASA, 2004, p. 5), também podem ser verificadas outras implicações da globalização como:

alterações do processo produtivo; demanda de trabalhadores com melhor qualificação; demanda cidades com profissionais de alto nível e capacitadas para promover a formação profissional, educação e informação de seus habitantes; maior acesso aos bens de consumo – diminuição do gap sócio-econômico em certos casos; diminuição de emprego nos setores primário e secundário; incremento da economia através do setor terciário; investimento em infra-estrutura de comunicações, transportes e telecomunicação.

Ou seja, mais adiante explica que há “demanda por espaço urbano qualificado, busca por locais possuidores de densa rede de infra-estrutura urbana, de transporte e de comunicação em padrões internacionais”; reposicionamento espacial de atividades produtivas.

Temos então que hoje, o fator preponderante é o próprio espaço, onde o que se torna mercadoria não é apenas o espaço nas cidades, são as próprias cidades. A urbanização como processo social com possibilidades de intervenção sobre o processo e seus produtos – cidades, núcleos, redes urbanas em diferentes escalas territoriais – tem limites estruturais e conjunturais, possibilidade de mudanças determinadas, cujo processo se estabelece como de dominação sobre as condições de efetivação do trabalho coletivo que cria em seu evoluir relações de

complementaridade assimétrica no interior de conjuntos de núcleos e redes. (SCHERER, 2003, p.196)

Ou seja, as cidades sofrem com a mobilidade do capital, com a organização geográfica da produção, com a necessidade de gerenciamento – controle e prestação de serviços dessa nova organização. Daí o desenvolvimento das telecomunicações e serviços especializados, que viabilizam gerenciamento de redes globais de indústrias, mercado financeiro, escritórios. O que se percebe é que a intensidade e magnitude de transações, principalmente dos mercados financeiros, investimentos e fluxos de serviços aumentou muito com a centralidade geográfica.

A inclusão das cidades no processo de globalização traduz-se no enfoque das atividades e arranjos organizacionais necessários à implementação e manutenção de redes globais de fábricas e operações ligadas à prestação de serviços e mercados, em que eles se consistem em processos parcialmente abrangidos pelas atividades das corporações e bancos multinacionais, que acontecem num dado lugar que está inserido dentro de uma ordem urbana social e política. Esses processos de globalização são expressão de complexos de produção concretos, existentes em lugares específicos, contendo uma multiplicidade de atividades e interesses, muitos deles desligados de processos globais: geografia dos lugares estratégicos em escala global, microgeografias e políticas locais.

Nesta dinâmica de transformações, a mudança ocorre na direção de prestação de serviços e das finanças, onde as grandes cidades se revelam como locais destinados a certos tipos de atividades e funções.

A cidade, segundo SCHERER (CARLOS e LEMOS, 2003, p.196 - 202), principalmente a grande que é cheia de consumidores, de infra-estrutura e mão-de-obra, vista pelo lado do trabalho e não do capital, é uma fonte de empregos, que tornando-se precário, a cidade ainda representa uma riqueza para a busca e sucesso de diferentes ocupações cuja alternativa vem sendo usada por setores populares de baixa renda; esta enquanto meio diferente da tentativa de inserção ou

reinserção dos excluídos do Sistema. Já o conceito de cidades-mundiais, são mais que unidades geográficas mais complexas, “mas pólos de articulação multifuncional de um novo Sistema (ainda na primeira fase de gestação)”.

Assim, *Cidades Globais* conceituadas por SASSEN (1998) são “a combinação da dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que contribui para o papel estratégico desempenhado por certas cidades grandes”. Outras características das cidades globais contemplam os seguintes aspectos: algumas são centros de comércio mundial, algumas são centros de atividade bancária, despontam como pontos de comando na organização da economia mundial, se constituem como lugares e mercados (finanças e serviços especializados) fundamentais para as indústrias de destaque atuais, e por fim, são lugares de produção fundamentais para essas indústrias, inclusive no tocante a inovações. As cidades que realizam funções equivalentes em escalas geográficas menores são referenciadas como *regiões transnacionais* e *subnacionais*.

Nesse contexto, caberia às empresas transnacionais responsabilidade pela criação de plantas especializadas dentro de sistemas repletos de *segmentos e variedades* de mão-de-obra, mercados e matéria-prima – nova divisão internacional do trabalho que, interfeririam na determinação dos níveis de riqueza, estrutura ocupacional, educação e capacidade de estímulo para o desenvolvimento interno.

O conceito de ‘cidade global’ que BENKO (1999, p. 71-72) aproveita de Feagin & Smith, “é um enfoque que evita conferir demasiada importância à função produtiva das cidades”, onde há laços muito estreitos entre a rede mundial das empresas capitalistas e das grandes cidades – centros geográficos privilegiados de uma economia capitalista transnacional”. Este conceito aponta a existência de uma “hierarquia funcional entre as cidades no contexto da economia capitalista mundial e lhes reconhece funções supralocais nas quais se possa basear uma nova ordem hierárquica urbana”. As mais importantes sendo as que exercem funções de

comando transnacional e de alto nível, seguido pelos locais onde a rede internacional das empresas capitalistas encontra seus pontos físicos de ancoragem espacial. Ou seja,

Os processos de reestruturação em curso na hierarquia urbana podem explicar-se pelas mudanças sobrevindas na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). O que é novo na DIT atual é que ela já não se caracteriza por empresas capitalistas que possuem cada qual sua identidade nacional e têm por objetivo vender seus produtos no mercado internacional. A DIT é hoje mais determinada por companhias transnacionais que operam simultaneamente num número incalculável de países diferentes e também realizam freqüentemente suas transações internacionais no seio de seu grupo, de modo que as grandes empresas têm à sua disposição uma rede internacional de departamentos de sua propriedade. Segundo o conceito de “cidade global”, a hierarquização do sistema urbano internacional se explica pela distribuição desigual das funções supralocais de comando em relação aos processos de produção e valorização do capital. Ela encontra uma justificação de alcance ainda maior em Smith & Feagin (1987), para quem a classificação das cidades é função da distribuição das sedes sociais das quinhentas ou mil maiores multinacionais, porquanto os centros de decisão dessas sociedades têm “efeito multiplicador” inegável sobre a economia urbana da região onde se implantaram.

Cidades Globais, segundo o entendimento de ALVA (1997, p. 4 - 6) são um novo tipo de cidade, resultante do avanço da globalização da economia internacional, parte das metrópoles que comandam os espaços econômicos maiores e tendem a constituir uma categoria por si mesmas. Metrópoles articulando “economias nacionais como Paris, Madri, São Paulo ou Cidade do México; ou outras que operam diretamente em mercados multinacionais como Cingapura, Frankfurt ou Miami; ou ainda servem de base a importantes economias regionais como Chicago, Barcelona, Milão ou Hong Kong”. Esse clube de cidades globais ou metrópoles internacionais representam um oitavo da população mundial, mas controla o mercado global, sendo espaço de acumulação capitalista – espaço privilegiado. Ao seu redor há amplo setor de economias periféricas, fragmentadas ou em diferentes etapas de integração relativa. Assim, essas metrópoles

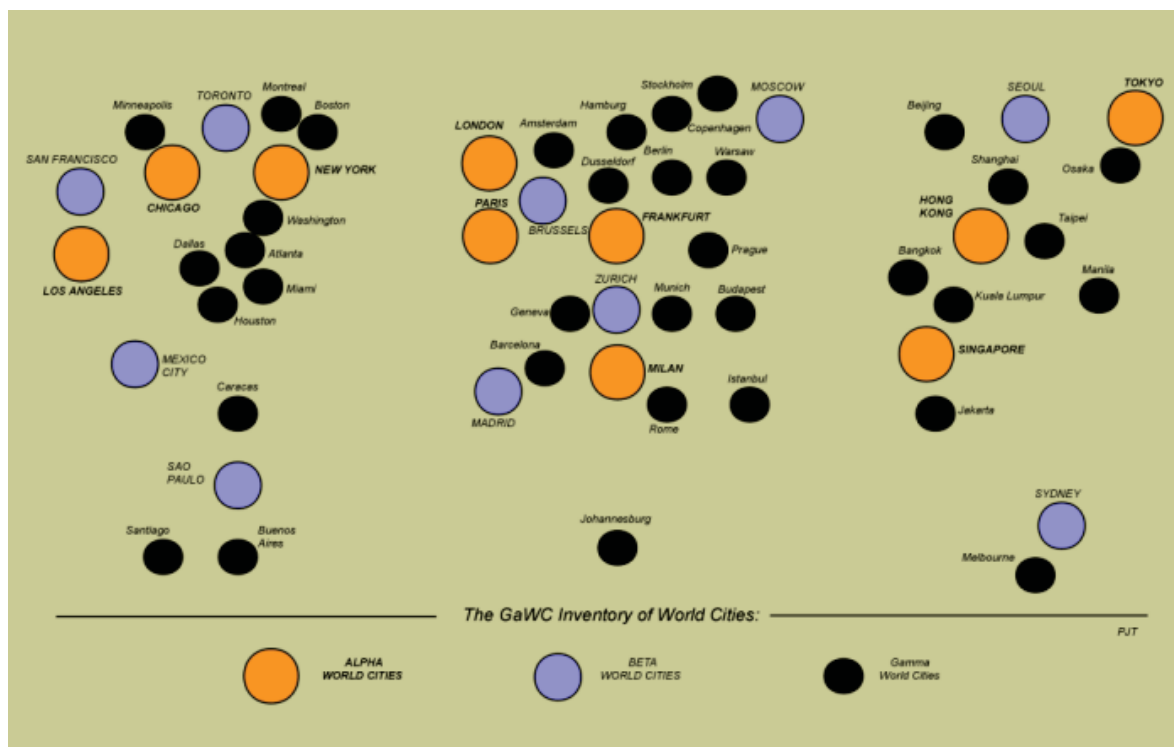
estão condicionadas por sua própria dimensão econômica e por certas exigências dos processos de acumulação: presença de um número apreciável de empresas multinacionais e de agentes de financiamento internacional, serviços de apoio à produção e à comercialização e infra-estrutura econômica e social capaz de atrair investidores e quadros dirigentes sofisticados e exigentes. ... As cidades globais são essencialmente centros de decisão de empresas transnacionais e de grandes corporações financeiras que atuam através de um amplo conjunto de cidades periféricas, as quais lhes servem de centros de coordenação e controle de operações locais. ... que contam com espaços

urbanos densamente ocupados e equipados, nos quais predomina uma cultura global cujo símbolo é o consumo ostensivo de bens e serviços.

Quando se reflete e se busca referencial acerca das características e desempenho das cidades globais, é importante observar que vários enfoques são possíveis. Dentro desse raciocínio, um dos relatos de pesquisas mais recentes, sob coordenação de Peter Taylor da Universidade de Loughborough (Reino Unido), propõe que das maiores cidades do mundo que estão mais "conectadas" com o mundo globalizado e que têm melhor estrutura para o desenvolvimento e ampliação de serviços internacionais nas áreas financeira e de negócios, situando-se como "portas de entrada" para negócios nos vários continentes, São Paulo destaca-se como a melhor para a América do Sul. Essa pesquisa considerou grande o número de cidades com bom grau de conectividade, no que se refere a serviços nas áreas financeira e de negócios e detectou 123 cidades com nível de "conectividade" equivalente à pelo menos um quinto da cidade mais bem posicionada no ranking (Londres). O estudo apresenta não apenas um tipo de globalização no que se refere a serviços na área estudada, mas outros¹⁸ tipos diferentes, referindo-se a temas como publicidade, questões legais, questões bancárias etc. "Num mapeamento preparado pela equipe do centro de estudos Globalization and World Cities (GaWC), ligado ao Departamento de Geografia de Loughborough, São Paulo é equiparada, como cidade globalizada, a outras como Madri (Espanha) e Sidnei (Austrália), superando cidades como Roma (Itália), Buenos Aires (Argentina), Miami (EUA) e Amsterdam (Holanda)". (PROMETEU, 2004)

¹⁸ No documento há menção de seis tipos diferentes de globalização, atreladas às diferentes especificidades, como citado: publicidade, questões legais, questões bancárias, entre outras.

FIGURA 1 – THE WORLD ACCORDING TO GAWC ¹⁹



Havendo centralidade com a caracterização de novas hierarquias globais e regionais das cidades, um grande território passou a ficar ainda mais excluído dos grandes e novos processos econômicos globais. Daí sendo verificadas as mudanças de importância de antigas cidades que perderam suas funções, como algumas cidades portuárias, centros manufatureiros, entre outras, que também significa globalização econômica. Um exemplo pode ser a cidade de São Paulo que atua como centro financeiro e comercial, ocupando o lugar do Rio de Janeiro - outrora capital nacional e a cidade mais importante do Brasil, como pode ser vislumbrado nos relatos históricos. Ou, como exemplo da nova organização territorial, podemos encontrar em documento da EMPLASA (2004, p.6) intitulado 'Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo', que "em apenas 20% da área sul de Manhattan se concentram 60% dos empregos de Nova York".

¹⁹ "The World According to GaWC" – tradução adaptada: O Mundo de Acordo com GaWC - GaWC Study Group & Network.

De maneira pontual, segundo documento da EMPLASA (2004, p. 14) temos apontadas como principais características das cidades globais:

- cidades grandes, extensas e populosas com boa infra-estrutura;
- centros políticos importantes;
- grandes centros de transações comerciais;
- centro de serviços especializados;
- sede de empresas transnacionais;
- centros financeiros/ proximidade com áreas produtivas;
- boa qualidade urbana oferecendo padrões similares às outras C.G.;
- localização geográfica estratégica;
- integração ao capitalismo internacional;
- Integração aos sistemas intra-regionais de cidades;
- integração aos sistemas internacionais de infra-estrutura de informação.

Na continuidade deste documentos (p. 15 - 19), uma nova “contabilidade” de Cidades Globais” é apresentada: 326 cidades no mundo com mais de um milhão de habitantes. As classes dessas C.Gs são denominadas como sendo de diferentes ordens. As consideradas como de *excelência* ou *primeira ordem*: Nova Iorque, Londres, Tóquio – fluxos mundiais; as de *segunda ordem*: São Paulo, Paris, Zurique, Madri, Seul e Sidnei – fluxos continentais e nacionais; e outras cidades globais seriam, por exemplo, Hong Kong, Singapura, Miami, Buenos Aires, Barcelona Berlim, Milão, Amsterdã, Istambul, Jakarta, Chicago, Seul, Bruxelas, Joanesburgo, Toronto. São Paulo sendo a terceira colocada em número de habitantes (mais que quinze milhões) em se considerando o ano de 1996 e com perspectivas de ser a quarta no ranking por volta de 2015 (com mais de vinte milhões de habitantes).

O impacto do crescimento econômico advindo de sistemas econômicos globalmente integrados sobre essas cidades, em sua ordem social e econômica, para os países desenvolvidos, mostra aumento de salários, redução parcial de desigualdade econômica e formação de uma classe média. Mas, quanto a especificidades na prestação de serviços, não há estudos e literatura suficientes que caracterizem esse setor com propriedade, até mesmo em função das mudanças de parâmetros quanto à forma e itens componentes para a formação da apuração de dados como pode ser observado mais adiante.

Segundo CROCETTI (AGB 6, 2001, p.52-53), “a economia globalizada adota as grandes cidades como centros de controle, sem contudo estancar a tendência paralela de descentralização dos serviços de rotina para fora das metrópoles”. As cidades não podem existir sem alguma forma de comunicação pública, que atendem a diversos grupos de interesses específicos e distintos, estabelecendo conexões necessárias entre os diferentes setores que compõem uma comunidade, compartilhando idéias, informações e também servindo como instrumento de divisão social. Assim, considera que:

A maioria das mudanças contemporâneas nas economias, na cultura e na vida social das cidades parece estar relacionada à aplicação de novas infra-estruturas de telecomunicações e serviços, ligadas a computadores ou a equipamentos computadorizados. Tudo isso transcende, quase que instantaneamente, as barreiras espaciais, de forma a reordenar as limitações de tempo e espaço entre e intracidades. ... Fluxos globais de voz, correio eletrônico, dados, vídeo, fax e sons estão aumentando exponencialmente, fazendo com que as cidades fiquem cada vez mais atadas a extensas redes de comunicação humana, e fluxos de serviços e mídia, aos fluxos de força de trabalho baseados em ‘teletrabalho’, e aos fluxos de dinheiro eletrônico.

Pode ser verificado que houve mudança de fatores com vistas à competitividade das cidades, como a mudança do parâmetro que antes servia para uma economia industrial como, facilidade de acesso aos mercados, mão-de-obra barata, terrenos amplos e baratos, para uma ocupação dos mercados segundo um planejamento estratégico de localização; ou ainda a existência de uma praça financeira forte, condições de fornecimento de serviços de alta especialização, portos e aeroportos modernos e capacitados, boa infra-estrutura de informações, qualidade do ambiente urbano, ou mais amplo, remodelação das políticas nacionais, planejamento e gestão do espaço urbano com vistas à competição global, como temos evidenciado em EMPLASA (2004, p. 7-8).

Mas, a relação das cidades com o processo de globalização ainda requer outras considerações. Se, por um lado, temos as centralizações, as cidades globais, as regiões transnacionais e subnacionais, e de outro lado temos um reposicionamento de importância de cidades, que denominação conceitual pode ser

atribuída para as cidades do entorno destas considerando suas respectivas atividades e funções?

Um desses conceitos seria o de *cidade dormitório* extraído de SMALL e WITHERICK (1992): “Povoação, sobretudo residencial, que fica dentro da área de comutação de uma vila ou cidade; i.e., funciona como base residencial para as pessoas que aqui trabalham, de onde também a utilização do termo “subúrbio dormitório”. Contudo, o significado fica mais completo se aproveitarmos a proposta de GARRIDO e COSTA (1996): “Aglomeração que fica dentro da área afetada pelos movimentos pendulares de uma cidade e que funciona como suporte residencial para as pessoas que trabalham nessa cidade”.

Um outro conceito ainda pode ser apresentado, a de *cidades prisioneiras*, proposta por SCHERER (CARLOS e LEMOS, 2003, p. 195), que seria a idéia conferida a certos municípios que ficam dependentes “da ação de uma ou umas poucas firmas que lá se instalam e que – recebendo todas as facilidades – usam e depois jogam fora à cidade e a vida de seus habitantes”. Cidade e trabalho pressupõe análise da situação do ponto de vista do trabalhador, que passa pela busca da qualidade de vida do trabalhador em todas as grandes cidades e metrópoles.

Outros tantos conceitos ainda poderiam ser acrescentados, mas estes são os mais importantes para nortear as discussões e análises de que trata este trabalho.

Em se tratando da cidade e do urbano, as mudanças no mundo do trabalho e emprego, seja via estratégias de empresas desde final do século XX, seja via mudanças nas estratégias de produção do capital (chamada produção flexível ou acumulação flexível, ou ainda pós-fordismo), podem passar por análises desde o questionamento quanto à atribuição do conceito e avaliação de sociedades avançadas como propõe o professor Carles Carreras que já produziu trabalhos como por exemplo “A Cidade e a Criação de Emprego”; seja por estudos, por exemplo, das

professoras Regina Bega dos Santos e Rebeca Scherer, esta última já tendo sido referenciada nestes estudos, que discutem a realidade de países ditos subdesenvolvidos. A professora Regina Bega dos Santos, propõe a cidade como objeto e sujeito na configuração de uma hierarquia de lugares ao mesmo tempo, onde é entendida como nível de realidade fundamental da prática social, cujos “processos mais gerais, hegemônicos, determinam a cidade, mas também são determinados por ela”, como explica Margarida Maria de Andrade em CARLOS e LEMOS (2003, p. 221).

As concentrações urbanas se formam e sobrevivem porque facilitam o crescimento econômico, onde o mercado consumidor atrai empresas que criam empregos e, esses assalariados tornam-se consumidores, propiciando o lucro. Ou seja, a cidade, como concentração urbana, é estrutura importantíssima no mundo da economia globalizada; onde os controles da economia internacional se centralizam.

Hoje, a transição pelas quais as cidades estão passando mostram uma realidade em que há cada vez mais gente e menos emprego, menos saúde e qualidade de vida. “Elas eram centros que viviam da indústria” (final do século XVIII), cujo fenômeno se esgotou, pois essas indústrias hoje desejam distância das cidades, sindicatos, trânsito e terrenos de altos preços, mudando dos grandes centros, sendo responsáveis por desempregos. As cidades geradoras de desenvolvimento econômico, social e cultural, centros industriais e comerciais, concentradoras do poder político e prosperidade, hoje encontram-se em xeque tanto pela transformação tecnológica, quanto pelo crescimento exagerado da população urbana. Para caracterizar os problemas que representam esses grandes aglomerados, CROCETTI (AGB 6, 2001, p.55) recorreu a pesquisas feitas pela ONU, que mostram que:

- 220 milhões de pessoas vivem em cidades onde não têm acesso a água potável,
- 420 milhões não dispõem de uma simples latrina,
- dois terços do lixo sólido gerado nos centros urbanos não são coletados,
- 1 bilhão de pessoas respiram ar de qualidade duvidosa.

O crescimento das cidades ainda é observado porque oferece, em média, maior benefício econômico e social que as áreas rurais, facilitando difusão de produtos, idéias, recursos humanos, melhor educação e produtos culturais mais elaborados. São elas o maior *artefato físico* construído pela civilização industrial, constituindo-se como ‘casas de força’ das comunicações, “cujo tráfego flui pela rede global de telecomunicações – o maior *sistema tecnológico* até hoje concebido pelo homem. ...Podem ser vistas como centros de cruzamento e interconexão de redes sociais, institucionais e tecnológicas”. (AGB 6, 2001, p. 56-57)

As alterações urbanas apontadas no documento da EMPLASA (2004, p. 10 – 12), estão resumidos nos seguintes itens:

- produção industrial passa a se desenvolver em locais mais periféricos;
- incremento do setor terciário nas áreas mais centrais da metrópole;
- o setor serviços, principalmente o financeiro, aumenta sua participação na geração de receitas. Em Nova Iorque 23% da receita da cidade é produzida por 5% das pessoas ligadas ao setor financeiro;
- incremento do volume e da velocidade dos negócios realizados nas grandes cidades (o número de chamadas telefônicas dos EUA para outros países cresceu 21 vezes de 1980 para 1997);
- crescimento vertiginoso da Internet, aumentando, de forma nunca vista, a troca de informações.
- a nova estruturação produtiva determina dois vetores de força opostos: a telemática potencializa a dispersão geográfica; a globalização e as redes criam novas centralidades que são locais estratégicos. São espaços dotados de alta concentração de infraestrutura, edifícios adaptados às novas necessidades setoriais e mão-de-obra altamente especializada;
- as segregações espaciais tendem a se acentuar com a proliferação de sub-moradias e de espaços inapropriados pela população excluída, ao mesmo tempo em que se proliferam condomínios fechados e shopping-centers que tentam reproduzir artificialmente um espaço urbano ideal.

O que é importante observar é que de espaços que sofrem centralização, dentro da atual dinâmica de globalização, aparecem e existem espaços adjacentes que compartilham em maior ou menor grau dessa dinâmica, contribuindo ou não para intensificação desses processos e mudanças.

Como apresenta CROCETTI (AGB 6, 2001, p.58):

A tendência atual das economias das grandes cidades é estarem baseadas, em primeiro lugar, não nos setores de produção e transporte, mas nos serviços e consumidores, tais como serviços de informações, finanças, mídia, educação e publicidade. Atualmente, o comércio mundial de serviços e informação é igual à soma do comércio de bens eletrônicos manufaturados e de automóveis. A maior parte dos empregos de primeira linha disponíveis

nas cidades são, atualmente, destinados a “profissionais da informação” altamente qualificados, exercendo funções de tomada de decisão, ou funções chamadas “quaternárias”. Tais empregos requerem habilidades na manipulação, processamento, agregação de valor e disseminação da informação, do conhecimento e dos símbolos.²⁰

Na descentralização das rotinas e funções de manufaturas dentro das Corporações transnacionais reside a necessidade de centralização do controle e atividades de escritórios centrais nos centros de comando global, estimulando o surgimento de serviços de alto nível em contabilidade, bancos, leis e outros, que servem para um conjunto de sedes de corporações e também podem se interligar aos mercados globais via telemática, fisicamente instaladas nas cidades.

Essa “concentração de escritórios, prestadores de serviços e financeiras acaba gerando necessidades contínuas por uma ampla variedade de serviços de consumo geral tais como, restaurantes, centros de compras, limpeza, motoristas de ônibus, guardas de segurança, garçons, etc”. As funções temporárias, de meio período e baixos salários, correspondem num fator de 2 ou 3 para um, o número de postos de trabalho de alto nível nas corporações/empresas de serviços, o que colabora para estrutura de classes desigual e polarizada.

Para os grupos emergentes, as atuais tendências econômicas, sociais e tecnológicas que gera fragmentações e polarizações, são uma ameaça, cuja necessidade de estarem no controle de tecnologia, a telemática lhes confere inúmeras possibilidades de reorganização e individualização da vida cultural e social das cidades. (AGB 6, 2001, p.63-64)

Curitiba tem acompanhado esse ritmo de incrementação e variação de atividades e postos de trabalhos em serviços, passando por transformações, afirmando sua centralidade na região, com expressão nacional, ganhando devagar, espaço no mundo globalizado, mas onde não há unicidade sobre esta cidade ser ou não uma das Cidades Globais, pois muitos são os estudos em andamento sobre as

²⁰ Exemplifica essa situação com dados sobre a Europa: 50% de todos os empregos e 80% de todos os novos empregos se originam em serviços baseados na informação, acessados de qualquer lugar do mundo pelas grades telemáticas globais; que implica as economias das cidades. Ou seja, as grandes cidades, globalizadas e dinâmicas são fortes centros de “profissionais da informação”.

C.Gs., suas possibilidades de classificação (quantidade de pessoas, relacionamento em redes, infra-estrutura, composição do mercado de trabalho e setor econômico de maior expressão, volume de negócios), em que só mais recentemente esse enquadramento passa a ser apontado; como podemos ver, por exemplo, no documento da EMPLASA (2004, p. 20 – 43), onde são traçados parâmetros da situação da cidade de São Paulo, e conseqüentemente os estudos sobre cidades mundiais, relacionamento desta com o mundo e na composição de algumas redes, em que Curitiba é uma das cidades que se destaca, como por exemplo quando apresenta que um dos fatores de competitividade do Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo conta com fortalecimento de relações com várias cidades – entre elas Curitiba.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL CONTEMPORÂNEA

2.1. A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS ESPACIAIS

Os processos de organização social e produtiva têm sido objeto de estudo por muito tempo, e refletem a realidade e nível de desenvolvimento dos lugares, cidades, países. A ação de grupos organizados em conjunto com o governo ou individualmente, ou mesmo a ação dos representantes de governos eleitos nas diversas esferas governamentais na promoção das transformações do mercado de trabalho, apareceu em resposta à crise social instalada, mais recentemente identificada juntamente com os processos de abertura de mercado, ou seja, no processo de globalização, em se considerando este período mais atual; e à dinâmica mercadológica estabelecida em redes.

O diagnóstico feito por vários autores afirma que “a crescente exclusão social é fruto de um modelo econômico que gera crescimento de forma desconectada do atendimento das necessidades humanas. Os 19% da população dos países industrializados respondem por 86% do produto mundial e do consumo, enquanto os 20% mais pobres respondem por 1% do produto mundial. A sustentabilidade almejada é a capacidade de as gerações presentes atenderem suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras fazerem o mesmo”. (MÉRICO, 2001: 254)

A política neoliberal resultou na redução dos salários, com o empobrecimento da população, na elevação das taxas de desemprego médio, e no avanço da desestruturação dos sistemas de proteção social como caminho para o aumento de postos de trabalho. No Brasil, esse processo passou a se dar após 1990, quando tiveram início à liberalização e a desregulamentação financeira, vindo a efetivarem-se apenas após 1995, as demais medidas – liberalização comercial, flexibilização dos mercados de trabalho, reformas econômicas e do Estado e privatizações. (MOURA, 2001: 333)

Passamos atualmente por um processo de re-organização societária em

curso, com acentuação da crise/fim do Estado nacional, a integração em diferentes níveis tecnológicos, sociais, ecológicos, econômicos e financeiros das diferentes sociedades por intermédio da globalização. (GONÇALVES, 2001: 184-185)

As diferenças tecnológicas entre os países acentuaram-se durante os anos 80, pois a reestruturação produtiva implica destinação mais expressiva de investimentos para educação e pesquisa: “ampliar a produtividade não depende apenas de produzir ou adquirir tecnologia de ponta, mas também de dispor de força de trabalho preparada para essas mudanças.” As atuais organizações urbano-produtivas apoiam-se em forças do conhecimento técnico-científico, propulsoras da inovação. O ritmo das inovações tecnológicas e organizacionais está acelerado, reforçando a desintegração da organização da produção através das subcontratações, da terceirização, do joint-venture, entre outros, que são características do meio técnico científico e informacional. (ANAIS, 1994)

A modernidade exige um ambiente inovador, um lugar capaz de atender às constantes mudanças dos processos e técnicas de elaboração e de gestão do sistema produtivo. A inovação, ao incorporar Ciência e Tecnologia no sistema produtivo, produz mercadorias especiais, pois está baseada na capacidade criativa do homem. Assim, o papel da educação é determinante, pois mais importante que recursos naturais, tamanho do território ou número de habitantes, é a mão-de-obra qualificada com elevado nível de escolaridade que responde à demanda desta que pode ser identificada como Terceira Revolução Industrial. Ou seja, as tarefas não substituídas pelas máquinas que sobram para os humanos exigem criatividade, capacidade de pesquisa, de aprendizado, autonomia de decisão.

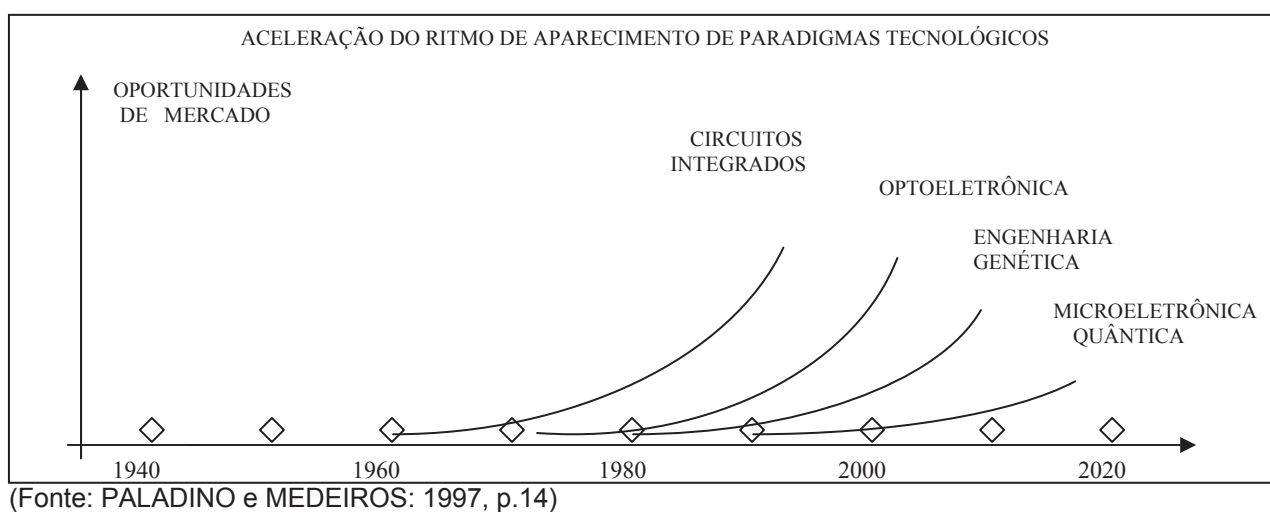
A dinâmica econômico-social, a partir dos anos 90, traz uma nova realidade. Segundo PALADINO e MEDEIROS (1997, p.11), que analisam os atores que contribuem para uma caracterização do panorama histórico mais recente à luz da globalização, vivemos um novo paradigma histórico: sociedade do conhecimento (substituição da sociedade industrial), que trata da inserção competitiva de regiões e

países numa economia global cuja competitividade depende mais da educação do povo e sua capacidade de gerar conhecimentos e inovações do que de vantagens comparativas tradicionais.

Acompanhando esse raciocínio, cabe a transcrição do conceito de novo paradigma tecnológico proposto por Roberto Spolidoro no livro Parques Tecnológicos e Meio Urbano – Artigos e Debates: que diz que paradigma tecnológico “ocorre quando uma tecnologia emergente é capaz de criar um novo e significativo ramo industrial, ou ainda, quando é capaz de modificar radicalmente o valor relativo dos fatores de produção de um ramo industrial e de criar uma descontinuidade quanto ao domínio dos mercados”.

Continuando, observa que o ritmo de aparecimento de paradigmas tecnológicos vem se acelerando nas últimas décadas:

GRÁFICO 2 - ACELERAÇÃO DO RITMO DE APARECIMENTO DE PARADIGMAS TECNOLÓGICOS



Algumas das características apontadas por SPOLIDORO (PALADINO e MEDEIROS, 1997) merecem especial atenção, quais sejam: redes optoeletrônicas interativas que propiciam a toda população, em todos os lugares, um amplo espectro de serviços de telecomunicações e um extraordinário acesso à informação e à troca de opiniões; a solução para problemas cada vez mais amplos e complexos, que exige abordagens interdisciplinares e a sinergia das instituições; os governos, que

passam a agir mais como organizadores e menos como executores; a população se torna sofisticada intelectualmente e passa a dispor de maior expectativa de vida e de mais tempo livre, o que implica uma crescente importância das atividades associadas à saúde, à educação, à cultura e ao lazer; o perfil dos empregos, que se modifica com o aumento dos postos de trabalho nos serviços, embora aumente o desemprego em decorrência da automação e de outras características da nova era; enfrentar o desafio de vencer a degradação do meio ambiente, apesar das necessidades do desenvolvimento; e, por fim, o desafio da valorização e preservação da cultura local, que é essencial para a competitividade da região na economia global.

Nesse contexto, cabe então observar que há todo um movimento de reestruturação acompanhando ou determinando o movimento de concentração e desconcentração espacial da indústria. Segundo cita FIRKOWSKI (2001, p. 204), “para BENKO a emergência de novos setores de crescimento intimamente relacionados às indústrias de tecnologia da informação, são a ‘razão de ser do capitalismo atual. Seu padrão de localização é variável, desde áreas completamente novas, até antigas áreas industriais’.”

Mais adiante, a autora afirma que a perspectiva da grande indústria fordista, do distrito industrial que abrigava os mais variados tipos de indústria, estabeleciam ou não ligações funcionais entre as empresas, e nem sempre necessitava de mão-de-obra especializada e de maior escolaridade, já não parece ser compatível com o modelo de cidade construído nas últimas décadas. Portanto, há que se processar uma mudança de perspectiva, transformando o que poderia ser chamado de “velhos espaços industriais” no que CASTELLS (1999) e BENKO (1996) denominaram de “novos espaços industriais”.

Em suma, estamos diante de um processo de reestruturação produtiva e espacial da indústria que implica a constituição de relações inter-industriais organizadas sob a forma de redes. Esse processo se materializa em movimentos de

concentração e de desconcentração industrial que alteram a forma de inserção das cidades nas redes globais, de acordo com o sucesso ou não dos esforços empreendidos por cada uma delas para se constituírem em espaços industriais dinâmicos, como poderemos verificar com o movimento de industrialização de Curitiba, que será abordada mais adiante.

Contudo, essa conjugação dos processos de globalização e de reestruturação produtiva e espacial não seria possível sem a articulação das atividades de produção de bens com o setor de serviços. Tendo em vista, pois, a importância desse setor no mercado de trabalho urbano e nas formas de inserção de metrópoles como a de Curitiba nas redes globais, cabe fazer uma análise do processo de reestruturação produtiva com foco nos serviços, conforme segue.

2.2. O SETOR SERVIÇOS NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

De acordo com a abordagem clássica da economia, baseada nos trabalhos de Colin Clark, divide-se a economia de um país em três setores fundamentais SANDRONI (1996):

O *setor primário* reúne as atividades agropecuárias e extrativas (vegetais e minerais). O *setor secundário* engloba a produção de bens físicos por meio da transformação de matérias-primas, realizada pelo trabalho humano com o auxílio das máquinas e ferramentas: inclui toda a produção fabril, a construção civil e a geração de energia. O *setor terciário* abrange os serviços em geral: comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto e administração pública. A importância relativa de cada um desses setores no produto total da economia de um país é bastante variável e determina o grau de desenvolvimento econômico de uma nação. Nas economias subdesenvolvidas predominam as atividades primárias e é precário o desenvolvimento dos setores secundário e de serviços, mais presentes nos países desenvolvidos.

Nessa definição geral, deparamo-nos com possibilidades de significação tanto aplicáveis a pessoas como para mercados – organização/classificação econômica –, mais as possibilidades de “tipos” de serviço, o que nos remete a divisões dentro do setor. Mas já nesse momento transparece a dificuldade de

conceituação positiva dos serviços, e não por mera exclusão advinda da conceituação dos outros setores produtivos.

Autores da ciência econômica, como Yves EVRARD e Alziro RODRIGUES (2002), apoiando-se em uma verificação empírica, buscaram as características fundamentais de diferenciação dos serviços na análise de sua produção específica: “a intangibilidade, simultaneidade de produção e de consumo, heterogeneidade das prestações e a impossibilidade de armazenar o serviço”. Noutras palavras, à natureza intangível dos serviços, que trabalham, entre outras coisas, os benefícios psicológicos (não facilmente observáveis e ainda menos mensuráveis), somam-se ainda os diferentes níveis de informação disponibilizadas para o consumidor (auxiliando ou dificultando sua avaliação dos serviços que compra), tudo isso conferindo dificuldade para o tratamento ideal de conceituação e classificação do mesmo.

Por sua vez, Castells (1989, p.130) propõe que não existe um setor serviços, mas sim uma série de atividades que aumentaram em diversidade ou especialização com a evolução da sociedade, e que serviços (especialmente os pessoais e os sociais) são, de fato, uma maneira de absorver o excedente de mão-de-obra gerado pelo aumento da produtividade na agricultura e indústria. Contudo, isso implicaria uma relação de proporcionalidade inversa entre os dois setores, pois, se a produtividade se deteriorasse no setor industrial, o setor serviços deveria se contrair, o que não tem se comprovado, já que as novas tecnologias tendem a afetar o setor serviços de maneira inteiramente diversa da ocorrida até o final dos anos 70.

Entender os fatores que explicam a expansão dos serviços nas últimas décadas mostra-se, assim, um caminho profícuo para a identificação e compreensão das características das atividades que ele abrange²¹. Através de análises

²¹ Apesar da literatura especializada apontar para o crescimento da participação do setor serviços de forma global, alguns autores ponderam colocando que os serviços não constitui um dos setores chaves (setores econômicos capazes de acelerar o processo de crescimento) argumentando que esse setor traz pouco impacto sobre os demais no que diz respeito à demanda na geração de emprego. Essa visão, segundo IPEA (1998), é

estatísticas do PIB, observa-se um aumento da importância do setor serviços em âmbito mundial, já que esse setor vem se tornando (sobretudo dos anos 80 em diante) crucial na geração de empregos e nas transações econômicas, seja como atividade principal ou de apoio à produção manufatureira e agrícola, seja nas transações de comércio internacional e nas operações das empresas dos setores financeiro e de comunicações, que propagam os efeitos da revolução microeletrônica. Nesse sentido, os serviços acompanham o avanço tecnológico e o processo de surgimento de novos produtos e serviços que caracterizam a reestruturação industrial. Assim, também nos serviços tem aumentado a demanda por trabalhadores mais qualificados, que estejam aptos para a ação e interação junto ao mercado e para viabilizar a globalização das atividades econômicas, já que os serviços passam a se constituir como insumos fundamentais para os demais setores econômicos.

Esse universo dos serviços pode abranger serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicações, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, estes na vanguarda tecnológica, e seus aliados tradicionais, os serviços de transporte, comércio, armazenagem. A estes se somam ainda os serviços de administração pública, defesa/segurança nacional, saúde e educação e os serviços privados, que são ofertados para o atendimento da demanda individual, reforçando a tendência de maior participação dos serviços na economia proporcionalmente ao aumento da renda per capita.

O movimento de mudança estrutural desse setor deu-se no interior na expansão dos serviços intermediários voltados para a produção industrial. Nas economias desenvolvidas, a introdução de inovações nos processos produtivos da indústria implicaram o surgimento de demandas de novas especialidades de serviços em geral e mais intensivos em conhecimentos específicos, os quais

própria da corrente etapista de estudo do desenvolvimento econômico, que aborda o crescimento e não suas causas – Najberg e Vieira, 1997.

passaram a ser adquiridos de empresas prestadoras de serviços que endogeneizaram ganhos de escala e se tornaram capazes de substituir, com menor custo, os serviços industriais auto-produzidos, num fenômeno conhecido como terceirização. A dificuldade de gerenciamento presente em estruturas excessivamente hierarquizadas tornou mais eficiente o provimento de algumas dessas atividades por intermédio do mercado, tanto para serviços modernos que exigem mão-de-obra qualificada, como para serviços tradicionais empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, alimentação e serviços domésticos).

Ou seja, as principais tendências que marcaram a evolução recente do setor serviços nas economias desenvolvidas manifestaram-se na redução da importância dos serviços pessoais na geração do emprego e, simetricamente, na expansão da contribuição dos serviços prestados às empresas, crescendo em peso os serviços modernos empregadores de mão-de-obra especializada, como por exemplo, informática e comunicações²².

Nesse contexto, CORRÊA e CAON (2002) apontam como principais fatores responsáveis pelo dinamismo desse setor os de ordens político-social e tecnológico:

- urbanização, que torna necessários alguns serviços, como segurança e transporte urbano, por exemplo;
- mudanças demográficas que aumentam a quantidade de crianças e/ou idosos, que consomem mais intensamente maior variedade de serviços, como educação, entretenimento e saúde;
- mudanças socioeconômicas, como o aumento da participação da mulher no trabalho remunerado e pressões sobre o tempo pessoal, que criam a necessidade de serviços domésticos, transporte escolar dos filhos, creches e outros, prestados por terceiros;
- aumento da sofisticação dos consumidores, que leva a necessidades mais amplas de serviços, como acompanhamento psicológico, personal trainers e consultores de estilo, por exemplo;
- mudanças tecnológicas (como o avanço dos computadores e das telecomunicações) que têm aumentado a qualidade dos serviços, ou ainda criado serviços completamente novos, como por exemplo os bancos eletrônicos e as informações e serviços por Internet, como reservas e emissão de passagens aéreas, download

²² As características da evolução do setor Serviços são, na verdade, a base sobre a qual se constrói a pauta a ser enfrentada pela intervenção do Estado por políticas públicas. Não é por acaso que nos países desenvolvidos as maiores preocupações da autoridade pública estão voltadas para políticas que sustentem e estimulem a eficiência dos modernos setores prestadores de serviços às empresas e para a discussão de reformas no aparato de sustentação do estado de bem-estar. O primeiro ponto é decisivo na definição da competitividade das empresas prestadoras de serviços mas, sobretudo, tem relação direta com a produtividade industrial. O segundo diz respeito a questões relativas ao equilíbrio fiscal dos estados. IPEA (1998)

(gravação, pela Internet) de músicas, jogos, livros, cursos de educação à distância, entre outros.

Esses autores procuram ainda identificar e sintetizar as múltiplas formas de relacionamento entre o setor serviços e o industrial, conforme segue. CORRÊA e CAON (2002, p.25 - 26)

- *Papel de apoio à criação de diferencial competitivo* – as atividades de serviços prestados ao cliente (como projeto, crédito, distribuição e assistência técnica pré e pós-venda), pelas empresas de manufatura, têm atuado para diferenciar o *pacote de valor* que a empresa oferece ao mercado, gerando um diferencial competitivo em relação aos concorrentes, ...como por exemplo, serviços de laboratórios farmacêuticos oferecidos aos doentes crônicos, acompanhando a administração e horários dos medicamentos a serem tomados. São serviços “em torno” do produto comercializado, que trabalham com o fim de acrescentar elementos ao *pacote de valor* ofertado ao cliente, diferenciando-se assim da concorrência;
- *Papel de suporte às atividades de manufatura* – funções que se constituem em operações de serviços (como recursos humanos, manutenção, processamento de dados, entre outros), freqüentemente fundamentais para o desempenho competitivo da empresa. Por exemplo: setor dos bancos que presta serviço interno de análise de crédito, que tem impacto direto no próprio resultado da operação toda;
- *Papel de geradores de lucro* – muitas atividades de serviços de empresas de manufatura podem desenvolver-se a um ponto tal que ultrapassem a mera função de apoio, passando a constituir “centros de lucro” dentro das empresas. Por exemplo a empresa Agrega (www.agrega.com.br) que é uma *joint venture* entre duas grandes empresas brasileiras: a Souza Cruz e a Ambev. Nascida do departamento de suprimentos da Souza Cruz e transformada recentemente em prestadora de serviços de gestão de suprimentos para outras empresas, é, mais que um centro de lucro, uma empresa independente que capitaliza uma competência desenvolvida ao longo de anos na área de gestão de suprimentos, que pouco diretamente tem a ver com a atividade principal das empresas que a originaram.

Ainda considerando os serviços especializados de apoio às empresas, bem como aqueles envolvidos pelas transações financeiras, nota-se que eles se revelaram fundamentais para a organização dos grandes processos globais nos anos oitenta, conforme afirma SASSEN (1998), e se concentraram de forma desproporcionalmente elevada nas grandes cidades²³. Esses serviços especializados, que tornaram-se um componente fundamental de todas as economias desenvolvidas, não têm sido objeto de análises sobre processos de produção ou de trabalho, vistos costumeiramente como um tipo de insumo, isto é,

²³ Foi na década de 80 que o setor serviços tornou-se o mais dinâmico e o que mais cresceu em diversas cidades, como afirma SASSEN (1998) ao citar o caso de Londres, onde a participação dos serviços na economia passou de 32 para 37% entre 1984 e 1987, tendo chegado a 40% em 1989; ou Nova York, que tinha o correspondente a 29,8% da economia em 1977 e passou a representar 37,7%, em 1987.

como “uma capacitação técnica de alto nível”, sendo que o conjunto de empregos, bem e mal-remunerados envolvidos na produção desses serviços está negligenciado.

Ou seja, os serviços precisam ser produzidos, as edificações que abrigam os trabalhadores precisam ser construídas e mantidas limpas. Assim, verificamos, segundo propõe SASSEN (1998) que: “O rápido crescimento da indústria financeira e de serviços altamente especializados gera não apenas empregos técnicos e administrativos de alto nível, como também empregos que não exigem qualificação e que apresentam baixa remuneração”.

Assim, os serviços especializados e aglomerados em áreas específicas do tecido urbano, em conjunto com os de finanças, têm potencial para a realização de lucros extraordinariamente superiores aos obtidos pelos setores econômicos mais tradicionais, sendo essenciais para a operação da economia urbana e para o atendimento das necessidades cotidianas de seus moradores. Esses serviços especializados e de finanças estão gerando distorções nas operações de mercado, habitação e mão-de-obra, como por exemplo alta nos salários iniciais dos que têm mestrado e queda dos salários dos trabalhadores manuais e de escritório com baixa qualificação.

Em suma, as análises atuais sobre o setor de serviços, como por exemplo cita FIRKOWSKI (2001), destacam que esse setor surge e se expande sob estímulo do novo paradigma industrial, inclusive no que diz respeito à globalização dos processos produtivos e do sistema financeiro. Mas, dada a variedade de atividades que compõem o setor serviço, fica estampado que essa não é uma verdade incontestada e absoluta, pois existem atividades desvinculadas da indústria que desempenham papel de grande importância em termos de crescimento econômico e de geração de emprego e que se expandem segundo um padrão nitidamente globalizante.

É o caso sobretudo do Turismo. Para esse segmento, são fundamentais as

vantagens de localização – dotação de riquezas naturais (sol, mar, montanha etc), o valor do patrimônio cultural e histórico (arquitetura, museus etc) – e as estratégias das empresas multinacionais especializadas, já que a combinação de todos esses fatores determinam a capacidade de atração de turistas. “Boa parte das atividades ligadas à indústria do turismo (hotéis e restaurantes, clubes de férias) são intensivas em mão-de-obra; é por isso que as multinacionais do setor obtêm consideráveis vantagens por sua localização em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata; onde a maioria das grandes cadeias de hotéis e de restaurantes funcionam como empresas-rede (franquia)”. (CHESNAY, 1996, p.202-203) Nesse segmento, o estímulo criado pela expansão dos setores produtivos se manifesta no elevado dinamismo do chamado “turismo de negócios”, posto que a globalização das empresas cria uma demanda crescente por serviços de transporte, hospedagem e alimentação de nível internacional.

Fazendo-se uma avaliação geral do que foi apresentado até o momento, cabe ressaltar que, apesar de várias proposições de conceituação e classificação dos serviços já terem sido elaboradas, nenhuma delas alcançou consenso entre os pesquisadores a ponto de ser amplamente adotada. Isso é evidenciado pelas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos sobre a qualidade de serviços, em que a imensa maioria dos trabalhos não utiliza nenhuma taxonomia (classificação) como base de análise, de maneira que os “resultados de tais pesquisas são normalmente associados a exemplos isolados de serviços como bancos, hospitais, serviços telefônicos, entre outros, sem que se tenham informações agregadas acerca da qualidade de um determinado tipo de serviço” (EVRARD; RODRIGUES, 2002).

Não havendo um conceito e nem um sistema de classificação que sejam consensuais para servir de norte para estudos concretos sobre a dinâmica do setor serviços e suas repercussões sobre o mundo do trabalho e sobre o espaço, é preciso que cada pesquisador identifique e selecione as atividades de serviço mais importantes do ponto de vista de seu tema de estudo, a fim de chegar a categorias

de análise que sejam realmente operacionais. Cabe portanto efetuar uma discussão sobre a trajetória recente do setor serviços no Brasil e sobre as características do mercado de trabalho para chegar a esse resultado.

Segundo estudos realizados por Professores da Faculdade de Economia da UFF, em 1998, desenvolvidos em conjunto pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Brasil, entre o período de 1985 e 1995, viu a participação do setor de serviços atingir cerca de dois terços do emprego urbano metropolitano e responder por mais de metade do PIB nacional, resultado esse semelhante à evolução econômica dos países desenvolvidos²⁴.

No que diz respeito ao setor serviços brasileiro, cabe lembrar a associação que existe entre a elevação da taxa de participação desse setor na renda e no emprego e o aumento da riqueza social. Nesse sentido, os países ocidentais desenvolvidos, nos quais a renda per capita é mais elevada, projetam a tendência histórica de que a sociedade contemporânea caminha para uma “economia dos serviços”. Contudo, é preciso ressaltar que, no caso específico dos países subdesenvolvidos, os analistas chamam atenção para o fato de que a presença de um setor de Serviços quantitativamente relevante não está necessariamente associada a etapas avançadas de desenvolvimento, e sim, resultante da presença de um setor serviços composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Ou seja, nas economias subdesenvolvidas, poderia haver um setor serviços/terciário “inchado”, o que seria fruto de elementos estruturais como concentração de propriedade fundiária ou a incapacidade da indústria

²⁴ O PIB brasileiro calculado pelo IBGE classifica como indústria as atividades de extração mineral, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública; e classifica como serviço as atividades de comércio, transportes, comunicações, instituições financeiras, administração pública, aluguéis entre outros. Contudo essa classificação pode estar subdimensionando a parcela de serviços no PIB nacional, pois empresas, por exemplo, que fabricam elevadores e foram classificadas como indústria, tem mais de 50% de sua receita na manutenção dos elevadores instalados (serviços), como é o caso da Atlas-Schindler e da Otis. Ou seja, como apontam CORRÊA e CAON (2002, p.27), “fornecer os produtos em si passa quase a ser um “custo de aquisição” do cliente de serviços, associado a um erguimento automático de barreira de entrada (atividades que visam dificultar a entrada de novos concorrentes nos mercados) à concorrência”.

absorver camadas crescentes da população expulsa do campo, o que remete a uma situação de sub-emprego e exclusão social. (IPEA, 1998)

No Brasil, a trajetória do setor de serviços acompanhou a urbanização acelerada ocorrida desde a década de 70, o que aumentou a participação das atividades de serviços no emprego e provocou uma transformação profunda na estrutura econômica nacional. O trabalho intitulado “O Setor Serviço no Paraná – Ano 2000 – Versão Preliminar” do IPARDES (2004, p.3-6)²⁵, traz dados sobre a estrutura e funcionamento dos serviços empresariais não-financeiros do país, de série iniciada em 1998 da PAS – Pesquisa Anual de Serviço do IBGE, com base no CNAE²⁶. Os segmentos de serviços abrangidos nessa pesquisa (cuja unidade de investigação é a empresa)²⁷, são os seguintes:

- alojamento e alimentação;
- transportes e serviços auxiliares dos transportes;
- correios e telecomunicações; informática;
- serviços imobiliários e de aluguel de bens;
- serviços prestados às empresas;
- outras atividade de serviços (serviços auxiliares financeiros, representantes comerciais e agentes do comércio, serviços auxiliares da agricultura, serviços recreativos, culturais e desportivos e serviços pessoais)

Essa pesquisa considera que, no Brasil, o setor serviços “está associado tanto aos processos de urbanização e de constituição da estrutura industrial, quanto à função de incorporação da mão-de-obra excedente, não absorvida pelas atividades industriais”, o que confere uma interpretação obscurecida por “não ser considerado como parte envolvida no movimento de transformação do processo produtivo, mas como reflexo da sobrevivência de formas atrasadas – está à margem do núcleo dinâmico da economia”.

O estudo observa porém que recentemente esse padrão está se modificando,

²⁵ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁶ Classificação Nacional das Atividades Econômicas, que segue padrão internacional e identifica os vários segmentos e atividades de todos os setores da economia.

²⁷ Empresa: unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social, englobando um conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais.

em grande parte, “pela difusão de novas tecnologias na sociedade como um todo e, com isso, introduzindo novas formas de produzir bens e serviços”; atividade caracterizada por “grande capacidade de geração de postos de trabalho e absorção da mão-de-obra” de baixa qualificação, além de se constituir por grande heterogeneidade tanto pelas “demandas de qualificação para o trabalho, quanto aos níveis salariais de seus trabalhadores e ao porte das suas empresas. Os segmentos mais representativos da modernização fazem parte do setor informacional e são aqueles voltados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Segundo a conclusão da equipe técnica responsável pela elaboração desse estudo:

o setor serviços, no âmbito dos setores econômicos, é o que melhor reflete o perfil da sociedade, dado que ao mesmo tempo decorre e se ajusta às oscilações impostas pela dinâmica da economia e do mercado de trabalho. A heterogeneidade, sua característica mais marcante, é expressão da desigualdade social brasileira. Esse aspecto se evidencia na convivência de atividades altamente produtivas, geradoras de rendimentos expressivos e empregadoras de mão-de-obra altamente qualificadas e melhor remuneradas, com outras de baixíssima produtividade e concentração de mão-de-obra sem ou com pouca qualificação, e remuneração próxima ao salário mínimo.

Identificam ainda a impossibilidade de realização de análises individualizadas em função de reagregações de atividades e segmentos entre 1998 e 2000, como para as informações referentes a Correios e Telecomunicações, Informática e Telecomunicações, entre outros. A identificação dos segmentos mais importantes na geração de empregos e a verificação da qualidade do emprego gerado permitiriam ações para reversão da tendência de queda da qualidade do emprego, bem como a redução da pobreza e desigualdade²⁸.

Em suma, podemos dizer que, se nos países desenvolvidos os processos

²⁸ É preciso agir no conjunto de serviços com baixa incorporação de tecnologia, nos bolsões de subemprego, baixa renda e forte informalidade. Nesse caminho, no Paraná, a atenção deve ser voltada para as atividades Alimentação; Manutenção e Reparação de Veículos e Objetos Pessoais e Domésticos; Recreativos e Culturais; Seleção, Agenciamento e Locação de Mão-de-Obra. ... é preciso identificar os setores que estão passando por processo de internacionalização daqueles voltados ao comércio interno. A participação reguladora e de suporte do Estado nesse âmbito é fundamental, principalmente naquelas atividades que buscam se inserir ou que já mantêm fortes vínculos com o mercado internacional. ... o conjunto das ações voltadas para o setor serviços deve contemplar ... as medidas voltadas à qualificação empresarial e do trabalho (IPARDES, 2004).

de globalização e de terciarização da economia têm produzido um fenômeno de polarização social nas cidades globais, materializado na crescente heterogeneidade das ocupações, conforme visto, em países como o Brasil essa heterogeneidade da economia e da sociedade urbanas data dos primórdios da industrialização e tem raízes bem mais profundas. Nesse sentido, a inserção de cidades como Curitiba nas redes globais, ao invés de dar início a um processo de “polarização social” dentro de uma sociedade urbana relativamente homogênea, tem na verdade o efeito de sancionar uma heterogeneidade estrutural da economia e do mercado de trabalho já posta desde muito tempo. Cabe assim fazer uma discussão sobre as características do mercado de trabalho na atualidade para melhor definir as atividades que devem ser investigadas para aferir o processo de inserção de Curitiba nas redes globais e suas repercussões sobre o mercado de trabalho local.

2.3 TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO

Refletindo sobre o conceito de *trabalho*, segundo uma das propostas da geografia, temos que é o “esforço individual ou coletivo destinado a produzir um bem ou um serviço” (GARRIDO e COSTA, 1996). Mas essa abordagem inicial nos remete à necessidade de um detalhamento, pois não contém os principais elementos para análise de como pode estar estruturado e como pode ser pensado como *mercado* – mercado de trabalho.

Quando verificado o conceito acima, enquanto “esforço individual ou coletivo”, aparecem questões como: como se dá esse esforço? De que forma pode estar estruturado o trabalho? Quando temos o entendimento possível de uma formação de mercado para o trabalho e de trabalho? De que modo o contexto da globalização afeta o mercado de trabalho?

Uma busca rápida do como se dá o esforço/trabalho revela que o trabalho está inserido nos processos de sobrevivência do homem, conforme foi observado e

registrado por várias ciências, inclusive pela administração, em que se demonstravam as atividades das pessoas – homens e mulheres, com distribuição de tarefas de forma diferenciada, além de outras coisas.²⁹

Em obra de SCHERER (2003, p.194), *in* CARLOS e LEMOS, no artigo *Cidade, Trabalho e Emprego na América Latina*, a apresentação sobre a forma de apreensão do mundo, cabe destacar três de seus cinco enunciados de trabalho:

- a) as questões territoriais e urbanas devem ser compreendidas sempre a partir da totalidade complexa, dinâmica e contraditória constituída pela divisão territorial do trabalho, vale dizer, pela rede urbana internacional. ...
- b) a mundialização do sistema capitalista não significa que haja universalidade quanto aos problemas existentes em seu interior e, menos ainda, universalidade de soluções para os problemas por ele criados. Isto ocorre entre outras razões porque o Sistema é estruturalmente inter-societário e estruturalmente contraditório do ponto de vista das relações internacionais e dos grupos sociais em cada formação.
- c) A explicitação da cidade latino-americana dentro destes parâmetros nos leva à conclusão de que para nós, apesar de tragédia cotidiana na qual atuamos, *a cidade é solução e não problema*.

A partir do momento em que temos o registro de distribuição de tarefas de forma diferenciada, verifica-se um processo de *divisão do trabalho (organização do trabalho)*, repercutindo na produtividade do trabalho, custos e tempo de execução das tarefas.³⁰ O trabalho, conforme observado por SMALL e WITHERICK (1992), considerado como um dos fatores de produção, além do capital e da terra, tem exigências que variam conforme a atividade econômica, como por exemplo, a necessidade de técnicos altamente especializados ou a qualidade da força de

²⁹ “Nos primeiros agrupamentos sociais humanos a primeira divisão do trabalho se deu com a coleta e a caça, e correspondia à divisão de papéis entre os sexos: o homem caçava e a mulher coletava. Posteriormente vieram outras atividades, como o pastoreio e a agricultura, e com o surgimento das cidades no Oriente, desenvolveram-se funções como o artesanato e o comércio. Mas foi a partir da Revolução Industrial e do intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista que se intensificou esse processo diferenciador de funções. Fragmentaram-se cada vez mais as tarefas produtivas e administrativas, assim como também se especializou o trabalho intelectual. Ao mesmo tempo em que essa repartição aumentou a produtividade do trabalho, trouxe também graves consequências sociais para a vida do indivíduo e das classes”. SANDRONI, 1996.

³⁰ A relação com as questões de produtividade, custos e tempo de realização pode ser entendido como elemento estratégico, e assim inserido nas discussões de “Organização, Sistemas e Métodos”, por exemplo. A organização do trabalho em termos administrativos, pode ser classificado como formal ou informal, conforme os processos de registro e documentação existente ou não; ou ainda tradicional, moderna ou contemporânea; cujos recursos humanos são considerados como um dos principais meios das organizações/empresas atingirem suas metas. Já a questão de divisão ou distribuição do trabalho relaciona-se com atividades para órgãos com atribuição de tarefas individuais para cada empregado, como pode ser verificado em CURY, 2000, p. 104 e p.402.

trabalho da área, salários e adaptabilidade dos trabalhadores, sendo que a disponibilidade espacial de tipos de trabalho influencia a localização de empresas.

A tecnologia, considerada como um dos fatores que demandam especialização de mão-de-obra, e conseqüentemente, tipos de sistemas produtivos – especialização da produção - caracteriza as economias nacionais. Ou seja, podem ser encontradas nações que produzem tecnologia sofisticada, bens de capital, ou as que fornecem capital para outras, ou nações que fornecem matérias-primas para o mercado internacional. Assim, novos processos tecnológicos, novas tarefas para produção de um novo produto, outra forma de organização do trabalho, com diferentes responsabilidades e exigência de flexibilidade na divisão e atribuição de tarefas; hoje, reflete sobre as estruturas hierárquicas e polivalência nas capacitações e atividades dos trabalhadores. (MARTINELLI, VENTURA e MACHADO, 2004, p. 105).

O mundo hoje está com mais de 6 bilhões de pessoas³¹, espacialmente distribuídas por diversos continentes, países, estados, cidades; e a apreensão e análise das diferentes atividades desenvolvidas pelos indivíduos, estas identificadas como “profissões/ocupações”, não é uma tarefa fácil. Para o caso brasileiro, existe uma proposta de classificação de ocupações, intitulada CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, disponível para consulta por Internet no endereço governamental junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, que busca apresentar sinônimos para os “nomes das ocupações/profissões”, bem como uma descrição sumária do rol de atividades principais, qualificação mínima necessária, equipamentos para manipulação; onde estão inseridas também as exigências tecnológicas entre outras informações. A atualização mais recente desta pesquisa data de 2000, havendo revisões de parâmetros, inclusões e exclusões de tipos de

³¹ A previsão de crescimento populacional tende a subir para 10,8 bilhões de habitantes em 2050, cuja população atual está em cerca de 6 bilhões, onde praticamente metade das pessoas vivem em centros urbanos, conforme pode ser verificado nos estudos propostos por DEMANBORO, MARIOTONI e BETTINE (2004), da Universidade Estadual de Campinas.

ocupações/profissões, realizada com uso de uma base metodológica para a construção dessas informações.³²

A grande massa de trabalhadores, alguns com capacitações e habilidades específicas e pouco usuais, e outros com habilidades específicas mas bastante usuais, cuja distribuição de tarefas considerando a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade; isso tudo também em relação às tarefas econômicas, políticas e culturais; sendo estas funções especializadas e/ou complementares; e de outro lado à oferta de vagas ou oportunidade para ocupação junto às organizações, no conjunto, formam o que pode ser chamado de *mercado de trabalho*.

Conforme explica PASTORE (2003, p. 13), “os sistemas de relações do trabalho continuam sendo muito nacionais”, e traduzem “as tradições históricas e culturais das nações em que operam, assim como as características de sua economia”. Observa que os sistemas de relações do trabalho estão em “constante mutação como fruto da necessidade dos empregadores e empregados preservarem a competitividade das empresas e os empregos dos trabalhadores.

Emprego pressupõe uma relação tradicional de subordinação, que costuma estar atrelada à proteção social, o que não acompanha as novas formas de trabalho como autônomo, casual, intermitente, por tarefa, teletrabalho, entre outras, e nem a crescente informalidade que atinge a maioria dos países emergentes. *Emprego*, segundo PASTORE (1997, p.18) refere-se a “atividade específica, exercida de forma continuada por uma pessoa numa mesma empresa”.

Ou seja, o mercado de trabalho conta com pessoas em regime de trabalho, em regime de emprego, desempregadas, marginalizadas, excluídas, sem trabalho e de várias modalidades, que forma um todo complexo. E, em função dessas diferenças, há cada vez mais o uso dos termos empregado e trabalhador de forma

³² A relação das profissões/atividades dos diversos setores foi pesquisada e validada por órgãos e pessoas das diversas regiões do Brasil, conforme pode ser vislumbrado pela Internet em www.mtb.gov.br.

distinta, onde a própria OIT - Organização Internacional do Trabalho – faz uso, como na passagem abaixo apresentada por PASTORE (2003, p.6) de documento da OIT de 1995, que refere-se à forma de busca de direitos:

... todos os trabalhadores... têm o direito de constituir as organizações que considerem conveniente... O critério para definir as pessoas amparadas por esse direito não se funda, portanto, na existência de vínculo de trabalho com um empregador que, em geral, não existe, por exemplo, no caso dos trabalhadores da agricultura, dos trabalhadores autônomos e dos que desempenham profissões liberais, que devem gozar do direito de se organizarem.³³

Mercado, segundo pode ser encontrado em SANDRONI (1996), pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma economia determinada; que é expresso, sobretudo, na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos; cuja formação e desenvolvimento pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e certo grau de divisão e especialização do trabalho. Explica que historicamente isso ocorre nas cidades européias no final da Idade Média, com a formação regular de um excedente, já que a antiga economia natural/ de subsistência passa a ser substituída por um mecanismo de mercado, formado basicamente pela oferta de bens e serviços e por sua demanda/procura; que, conforme sua natureza pode se constituir em mercado monetário, de trabalho, de produtos etc; ou conforme seu alcance, pode ser classificado em: local, regional, nacional e mundial – estes determinados por, por exemplo, escala de produção, características da mercadoria, amplitude da demanda, grau de organização do comércio e estágio de desenvolvimento econômico e social. Propõem ainda que, da interação desses elementos, surge um sistema de preços que orienta a economia no sentido do aumento ou da redução da produção. Considera também que o funcionamento da economia de mercado capitalista modificou-se irreversivelmente por fatores como o gigantismo das modernas unidades industriais (exigências

³³ A diferenciação apresentada está no contexto de direito a organização e representação de coletividade, como as organizações sindicais, que acompanham as mudanças observadas no mundo do trabalho nos mais diferentes países, na busca por um equilíbrio mínimo que seja, sobre o avanço do capital observado com a globalização.

técnicas ou critérios de rentabilidade determinados pela economia de escala: quanto maior a produção - menores os custos e maiores os lucros) e pelo intervencionismo do Estado na economia (na formação de empresas, regulação de preços, estoques e a oferta monetária, por exemplo).³⁴

O conceito de mercado, proposto em GARRIDO e COSTA (1996) é de que é, o lugar de encontro, real ou ideal, da procura e da oferta de um ou vários produtos.

Neste ponto vale a pena inserir uma das questões relativas a mercado, cuja atualidade revela que “um processo de participacionismo se instala em todo espectro político no tratamento das questões urbanas”, onde o mercado, segundo SHERER (CARLOS e LEMOS, 2003, p. 195), tem sido “diabolizado como se fossem possíveis relações sociais de qualquer natureza sem interlocução e reciprocidade, e algumas alternativas do mais grosseiro empirismo são alçadas à condição de propostas salvadoras sem qualquer crítica por parte de quem tem por obrigação de ofício e responsabilidade cívica formulá-las”.

Por sua vez, TOLEDO e MILIONE (1986), formula um conceito que refere-se “às oportunidades, qualitativas e quantitativas, de emprego em determinada região”, e, diferencia de *Mercado de Mão-de-Obra*, onde este se ocupa “da população apta ao trabalho, disponível qualitativa e quantitativamente, em determinada região”. Ou seja, mercado de trabalho está diretamente relacionado ao mercado de mão-de-obra, mas a inter-relação para efeito de análise de dependência ou co-dependência entre si, não configura objeto desse estudo, e sim o primeiro enquanto reflexo resultante do gradativo avanço de posicionamento de Curitiba em direção às redes globais neste período mais recente.

Os estudos referentes a Mercado de Trabalho tem recebido comumente

³⁴ Note-se esta proposta conceitual de mercado considera um contexto capitalista, apontando para um intervencionismo Estatal, cuja diferença é apresentada radicalmente contrária ao conceito de globalização, este, grosseiramente sintetizado como processo de integração de mercados; e que por outros autores e estudos mais atuais apontam para a diminuição do intervencionismo estatal no mercado.

tratamento político, estatístico, econômico, sociológico, administrativo e até pedagógico. O tratamento geográfico normalmente referenciado por mapas para efeitos de localização e interpretação da sua dinâmica de representação com legendas, tem algumas análises voltadas para mercado de trabalho, embora a literatura não seja farta quando considerado o setor serviços; e o relacionamento local/ global, em análise via redes³⁵.

O processo de mudança no mercado de trabalho decorrente da globalização passa por uma reorganização a partir de grandes transformações em todos os setores, de forma rápida e descontínua, promovendo interferências diretas nas organizações sociais, estabelecendo novos modos de vida e diferentes formas de pensar e agir. Por exemplo, antes da II Guerra Mundial já haviam sido criados sindicatos de empregados e associações de empregadores que negociavam segundo setores e bases definidas, para alguns casos presentes até hoje. (PASTORE, 2003, p.67)³⁶.

Vivemos hoje um acentuado processo de exclusão social, possível de ser observado junto às nossas metrópoles que, ao lado da velocidade e magnitude das populações envolvidas, representa a grande característica distintiva de nossa urbanização atual. Na América-Latina esse modelo de urbanização vem sendo observado e, como observa SCHERER (CARLOS e LEMOS, 2003, p. 197), caracterizaram-se pela:

macrocefalia com relação ao conjunto dos vários territórios nacionais, a precariedade das condições de existência da maioria de seus habitantes que, tradicionalmente se instalaram no urbano utilizando estratégias legalmente, embora não efetivamente, externas ao mercado: habitação ilegal e nem um pouco clandestina (... só classificam as pessoas como invasores), falta de infra-estrutura básica de saneamento e transporte, haja visto a poluição da área de mananciais em São Paulo, falta de serviços efetivos de educação, saúde e previdência social.

Hoje o Brasil está como décima economia industrial do mundo, e há uma

³⁵ Existe a geografia do trabalho, mas esta proposta não está restrita e nem pretende discutir os elementos que compõem esta modalidade, como já apresentado anteriormente.

³⁶ A discussão sobre a formação de existência das organizações entre empregados e patrões assume diferentes formas e atualmente no Brasil há uma grande discussão acerca da reforma sindical, que reflete a organização nacional do trabalho no Brasil e os diversos aspectos particulares das diversas localidades que integram o país.

década e meia, éramos a sétima. O Brasil, que é parte da América-Latina, tem como problema efetivamente presente o desemprego, onde todo o mundo considera, de modo crescente, como sendo crucial desde uma década e meia, cuja situação tem se apresentado com adesão de parcelas crescentes da classe média latino americana, e que não é bem um problema universal, segundo explica SCHERER mais adiante (CARLOS e LEMOS, 2003, p. 199). A informalidade sempre foi característica marcante na economia latino-americana.

As atividades em serviços são apontadas como responsáveis por parcela cada vez maior do espaço econômico-territorial, que, conforme observa CHESNAIS (1996, p. 202-203), “à parte as diferenças setoriais, as estratégias das companhias e as tendências atualmente predominantes nos serviços devem ser colocadas no contexto maior do movimento no sentido da constituição de ‘empresas-rede’”, ... que tem tido “maior atenção a esse processo nas companhias industriais do que nas de serviços”. Entretanto, as economias de escala e variedade são elementos que podem proporcionar às companhias de serviços notáveis vantagens concorrenciais, onde sua dimensão, tamanho crítico, padronização de produtos, multiplicação e diversificação das prestações demanda tratamento e investimento diferente do setor industrial, sendo uma das formas de organização a modalidade empresa-rede.³⁷

Essa expansão do setor serviços é característica fundamental do atual crescimento dos países desenvolvidos, seguido também por uma declínio ou diminuição das indústrias manufatureiras. Esses serviços – legais, financeiros publicitários, de consultoria, contabilidade, gerenciamento, inovação, administração, transporte, comunicação, segurança entre outros – podem ser vistos como parte da capacidade de fornecimento de uma economia, facilitando ajustes a economias em

³⁷ Explica que a capacidade de uma companhia reduzir ou minimizar custos de transação ligados ao comércio exterior, ou à gestão do contato direto em mercados mundiais é diretamente condicionada pelo controle de uma rede internacional, que permite que a companhia combine as vantagens de localização e suas vantagens próprias, como por exemplo o turismo, onde a maioria das grandes cadeias de hotéis e de restaurantes funcionam como empresas-rede, utilizando o regime de franquia, valorizando mundialmente seu know-how específico, com menos ônus do que instalação de filiais, concentrando esforços na normatização, padronização e qualidade de sua imagem de marca.

processo de mudança. Esses serviços se concentram fortemente nas grandes cidades, acompanhado pelo aumento do nível de especialização de empregos nos serviços comerciais , financeiros, e atualmente, para a exportação (de serviços: contabilidade, publicidade, consultoria, serviços legais internacionais), onde há liderança pela cidade de Nova York. (SASSEN, 1998, p. 78-85)

E, muito interessante, CHESNAIS (1996, p.198) quando analisa a questão dos serviços como fronteira para mundialização do capital (atividades), observa que, “em muitos serviços, especialmente os empresariais, o caráter pouco capitalista permite o acesso ao mercado de companhias de médio porte. Mais do que com o volume financeiro da empresa, sua ‘dimensão’ está relacionada com a reputação, com a qualidade dos serviços prestados a uma rede de clientes que são internacionalizados”; o que contribui para o reflexo sobre o posicionamento e dinâmica de Curitiba com relação às Redes Globais, onde a mesma, considerando a diferença dos patamares econômico-financeiros e fluxos de atividades, pode estar contemplada e integrante gradual junto essas Redes, conforme já apresentado anteriormente.

O que fica claro é que não só o mundo em suas relações globais impõem transformações produtivas, espaciais e de trabalho, como a ação de agentes locais e governos podem auxiliar a promover essa mudança de perfil sobre bases pré-existentes, que para o caso do desenvolvimento territorial para a RMC, veio apoiando-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos da própria região, aumentando os fluxos de informação e sua estrutura em rede.

O processo de urbanização da região buscou desempenhar poder de controle sobre a economia local e do espaço, assentando-se na aptidão a manipulação de informações, e ao incremento ao longo dos anos de fluxos que promoveram uma re-estruturação do território, sendo concretizadas através da criação de condições sócio-espaciais diferenciadas.

Assim, as categorias profissionais ou atividades econômicas cuja dinâmica traduz melhor os impactos da globalização no mercado de trabalho de Curitiba, assim como acontece nas cidades globais, são os pertencentes às categorias – sub-setores de: serviços prestados principalmente às empresas (este que traz as atividades em consultoria, gestão, publicidade), alojamento e alimentação, correios e telecomunicações, atividades imobiliárias, atividades de informática e serviços relacionados, atividades associativas; conforme poderá ser visto mais adiante neste trabalho.

3 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO DE CURITIBA

3.1 CONSOLIDAÇÃO E (RE)ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO AGLOMERADO METROPOLITANO

Como visto anteriormente, o conceito de rede estava associado inicialmente à idéia de serviço gerido por grandes empresas, hoje sendo mais usual sua consideração enquanto instrumento de coordenação e transação entre economia de mercado e Estado, e também como fator de coesão integrando pontos e lugares, ou transgressora de territórios (já que não se limita às fronteiras administrativas), ou ainda articuladora de pontos de diversas escalas, desde o local até o global. Além disso, abordagem metodológica baseada no conceito de redes considera a distinção entre Redes Urbanas e Redes Globais, cabendo pois analisar o posicionamento de Curitiba em relação a esses dois tipos de redes, em âmbito nacional e internacional.

Em se tratando de relações econômicas e sociais que se estruturam sob a forma de redes, abordadas no já citado estudo do IPEA e IBGE, é importante ter em mente que elas extrapolam os limites geográficos da cidade, conformando espaços metropolitanos que, por sua vez, se conectam a outras cidades nacionais e internacionais. No Brasil, as regiões metropolitanas foram institucionalizadas pela lei³⁸, sendo que Curitiba foi estabelecida legalmente como núcleo da região metropolitana de mesmo nome. Após vários desmembramentos e incorporações de

³⁸ O processo de institucionalização das Regiões Metropolitanas Brasileiras ocorreu em duas fases: a primeira nos anos 70 – Lei Complementar 14/73, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano; a segunda com a Constituição Federal de 1988, que deixava como atribuição dos estados federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Em 2003, o Brasil conta com 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas, entre elas a de Curitiba. (MOURA *et al.*, 2005)

municípios, chegou-se a um conjunto de 25 municípios que formam a RMC definida legalmente, conforme a Figura abaixo.

FIGURA 2 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



Todavia, como bem observa FIRKOWSKI (2001, p. 15):

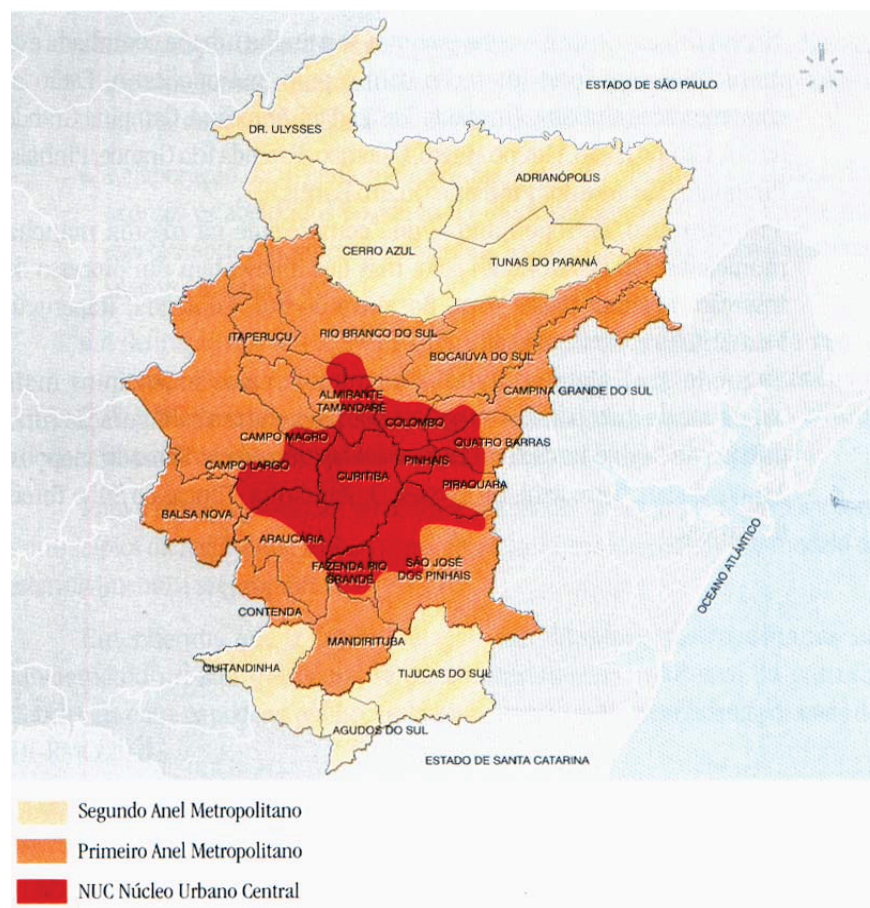
A despeito da constituição oficial da Região Metropolitana de Curitiba ter se dado na década de 70, o processo de metropolização assume significado real apenas na década de 90, quando parcelas significativas das atividades econômicas – principalmente a fabril – e da população passam a se distribuir pelos municípios componentes do aglomerado metropolitano, aproximadamente doze municípios³⁹, em contraposição aos vinte e cinco que fazem parte da Região Metropolitana [...].

De fato, o artificialismo da Região Metropolitana legalmente estabelecida já é reconhecido pelo próprio poder público. A COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, ao elaborar o mais recente Plano de Desenvolvimento Integrado para a RMC (com vistas a ampliar a competitividade dessa região e sua inserção na economia global), efetuou uma divisão sub-regional que compreende três categorias espaciais (Figura II): a) núcleo urbano central – malha urbana conurbada e municípios com forte interação com o pólo metropolitano; é composto por Curitiba e as cidades que lhe fazem fronteira direta (12 cidades); b) primeiro anel metropolitano – composto por municípios limítrofes ao pólo e que apresentam inserção regional (6 cidades) e; c) segundo anel metropolitano – composto pelos municípios mais recentemente incorporados à região, nos quais predominam o espaço rural e a urbanização é incipiente (7 cidades).⁴⁰

³⁹ Segundo a autora, são eles, além de Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

⁴⁰ Trabalho desenvolvido ao longo de anos, apresentado em “Documento síntese”, e editado em “Metrópolis em Revista” da COMEC/ Governo do Paraná.

FIGURA 3 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ÁREA CONURBADA



Fonte: COMEC

A importância dos anos 90 na consolidação do aglomerado metropolitano é bastante clara, segundo os dados utilizados na elaboração desse Plano: em 1991, Curitiba era responsável por 64% da ocupação urbana total no espaço metropolitano e os municípios limítrofes (primeiro anel) eram responsáveis por 25%; já em 2000, Curitiba é responsável por 58% e os municípios limítrofes por 32%⁴¹

Observando-se o período entre 1996 e 2000 com dados do IBGE, temos as seguintes taxas médias anuais de crescimento demográfico: Curitiba 1,82%, Piraquara 8,53%, Fazenda Rio Grande 8,34%, Rio Branco do Sul 6,01%; Campo

⁴¹ Esse processo resulta de uma inversão de tendências ocorrido a partir de 1996, visto que, segundo MOTTA (IPEA, 2000, p.55-57), desde 1970 até essa data, a taxa de crescimento demográfico da cidade de Curitiba foi maior que a taxa estadual.

Magro 5,57%; Araucária 5,26%, São José dos Pinhais 4,84%; Almirante Tamandaré 4,82% e Colombo 4,51%. Os demais são menos representativos.

Assim, o crescimento dos municípios da RMC, excluindo-se Curitiba, foi de 2,9%, o que revela uma taxa bem superior ao crescimento da capital considerada isoladamente. Já a taxa de crescimento do Paraná foi de 1,5% no mesmo período considerado, o que demonstra o ritmo mais acelerado do crescimento demográfico da RMC sem Curitiba. Conforme MOTTA (IPEA, 2000, p. 69-70), esse extravasamento da população do pólo para áreas vizinhas constitui um típico processo de periferização, com alta densidade e elevado grau de urbanização. A RMC contava com 2.000.805 de habitantes no ano de 1991, no ano de 2000 já contava com 2.812.050 habitantes, segundo o IBGE, e tem centralidade de nível máximo, abrangendo todos os municípios do Paraná e grande parte dos de Santa Catarina, segundo MOTTA (IPEA, 2000).

Além disso, as tendências demográficas apontam para um fortalecimento da RMC dentro da rede urbana brasileira nos próximos anos. Em documento produzido pela CIC, intitulado “Mercado de Trabalho em Curitiba e Região Metropolitana (versão preliminar) – Setembro/2001”, afirma-se que “a Região Metropolitana de Curitiba é uma das regiões metropolitanas que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional do Brasil. O município de Curitiba e aqueles limítrofes a ele, tornaram-se focos de forte atração populacional, devendo corresponder a aproximadamente 3,7 milhões de pessoas no ano 2010”. Ou seja, está se “tornando um pólo concentrador de população, com a característica de um fenômeno denominado “*metropolização periférica*”, onde o município núcleo – Curitiba – expulsa população para os municípios circunvizinhos e muitos desses apresentam taxas de crescimento populacional maior do que a do núcleo metropolitano”⁴².

O segundo fator responsável pelo processo de metropolização, que é o

⁴² Não é por acaso, pois, que a RMC apresenta um percentual maior de pessoas nas faixas etárias mais jovens, entre 15 e 34 anos; esse perfil é típico de cidades que recebem grandes contingentes migratórios, segundo o mesmo documento citado.

crescimento industrial, com sua progressiva dispersão espacial dentro do aglomerado metropolitano, teve início ainda nos anos 70, embora de forma pouco expressiva em comparação com o período recente. E vale dizer que o planejamento estatal foi de grande importância para a concretização dos investimentos industriais de maior vulto na região.

Segundo o Plano Diretor do Município aprovado em 1966, o crescimento da cidade de Curitiba deveria ser de tipo linear, orientado por eixos estruturais de transporte ao longo dos quais foi incentivada a instalação de atividades comerciais e de serviços, sendo que a área na qual viria a ser implantada a CIC – Cidade Industrial de Curitiba inseria-se na “zona industrial” prevista nesse Plano. A implantação desse distrito industrial, conforme o padrão típico das políticas de incentivo à indústria anteriores ao surgimento das tecnópolis, se deu numa área de 43,7 milhões de metros quadrados na zona oeste, distante 10 quilômetros do Centro, definida considerando a direção dos ventos dominantes, o objetivo de preservação dos fundos de vale e de proteção dos mananciais. Hoje 12,5 milhões de metros quadrados estão ocupados por 500 empresas, 5,6 milhões de metros quadrados constituem áreas de preservação e, 5 milhões estão à venda. As áreas restantes são destinadas à habitação, parques, equipamentos públicos, etc. Compõem 50 mil empregos diretos e 150 mil empregos indiretos; respondem por 24% do ICMS industrial do Estado e 17% das exportações paranaenses, cujos setores industriais paranaenses são: metal-mecânico, material elétrico e de comunicação, matérias plásticas e têxtil. (LUNARDI, 1997,69)

Assim, na década de 70, enquanto Porto Alegre sofria um processo de desindustrialização, Curitiba lançava-se em direção oposta, tendo preparado essa área para receber novas indústrias, preferencialmente não poluentes, agregadoras de mão-de-obra e de tecnologias mais avançadas. Apesar disso, avalia-se que a implantação da CIC envolveu grande soma de investimentos públicos e que os resultados obtidos não conseguiram mudar substancialmente o perfil econômico da

Cidade e do Estado⁴³: hoje, a principal atividade econômica do Paraná continua sendo a agropecuária/agroindústria e a de Curitiba, de serviços, conforme observa LUNARDI (1997). Contudo, esse autor nota que, a partir da década de 90, como resultado de um processo contínuo de planejamento urbano, a cidade de Curitiba veio a despontar, no cenário brasileiro dos anos 90, como espaço privilegiado para a instalação de novos empreendimentos econômicos, em virtude da infra-estrutura urbana existente e dos bons níveis de qualidade de vida que a cidade oferece.

A desconcentração industrial brasileira dos anos 90, que abrangeu o interior paulista e os estados vizinhos, principalmente os do Sul, foi bastante intenso no segmento automobilístico, e esteve associado à formação do Mercosul – destino de grande parte de produção. De fato, nessa década acontece a entrada de importantes capitais industriais no Brasil, posto que as condições econômicas internas melhoraram, houve maior estabilização da moeda e, desse modo, as ações de atração de capitais praticadas por governos estaduais e locais produziram, a partir da segunda metade da década, grandes alterações na industrialização e metropolização de Curitiba. (FIRKOWSKI, 2001, p. 21-22).

Nesse contexto, o aglomerado metropolitano passou a ser um espaço privilegiado de localização de investimentos industriais em nível local e nacional, destacado-se o papel do governo estadual na atração desses investimentos, com sua agressiva política de incentivos fiscais⁴⁴, que propiciou a instalação de fábricas

⁴³ Em se tratando de considerações como esta de mudança substancial do perfil econômico de Curitiba e Paraná, a projeção era de alavancar uma reestruturação radical, com características de maior industrialização, mas já num processo que acompanhasse o ritmo dos chamados países desenvolvidos, observando as demandas ecológicas e de novos e bons postos de trabalho, considerado o período imediato.

⁴⁴ Ao verificar o enorme contraste entre o atual dinamismo industrial da RMC (bem como a localização de novas plantas em áreas de proteção de mananciais) e o que era previsto nos planos de desenvolvimento elaborados recentemente, que valorizavam muito a sustentabilidade ambiental e a preservação dos mananciais, FIRKOWSKI (2001, p. 5) conclui: “[...] percebe-se que em algum momento dos últimos vinte anos, os rumos pretendidos foram subvertidos, revelando a produção de um “outro” espaço muito diferente daquele outrora idealizado. Com isso evidencia-se a existência de importantes forças modificadoras da realidade, forças essas de origem econômica, social e política, que não podem ser aprisionadas e tampouco compreendidas senão no próprio contexto de sua ação transformadora e da produção espacial que engendram”.

em outros municípios que não Curitiba⁴⁵. A ação governamental encetada para reposicionar Curitiba na matriz industrial brasileira, materializada principalmente no Programa Paraná Mais Empregos, levou a que 67 indústrias assinassem o protocolo de intenções com o governo do estado para aderir a esse Programa e usufruir os benefícios relacionados ao recolhimento do ICMS. A partir de 1995, 81% das empresas optaram por localizar-se nas cidades do aglomerado que não Curitiba, isso correspondendo a 82% dos capitais investidos e 70% dos empregos gerados. São José dos Pinhais sozinha recebeu 36% das novas indústrias, 61% dos capitais e 43% dos empregos. Já em Curitiba, a metade dos estabelecimentos instalados destinavam-se à ampliação ou reconversão de estabelecimentos já existentes, o que não incorpora às estatísticas apresentadas. Em termos setoriais, houve predomínio absoluto de materiais de transportes (50% das implantações), sem contar as que produzem componentes para a produção de veículos.

Assim, a RMC, que até 1998 contava com algumas indústrias de produção de ônibus, caminhões e máquinas agrícolas instaladas no início dos anos 70, como Volvo e New Holland, passou a ter indústrias de produção de veículos leves, que trouxeram um novo padrão tecnológico, em termos de automação, novos métodos organizacionais, produção baseada no sistema *just in time*, demanda de mão-de-obra qualificada e flexível, ou seja, uma reestruturação produtiva e organizacional. Na RMC, ou mais precisamente em seu aglomerado metropolitano, houve a implantação de importantes indústrias transnacionais, como a Renault e a Audi/Volkswagen, em São José dos Pinhais, com conseqüente concentração de fornecedores nas áreas ao redor das montadoras e aumento da demanda de mais ou mesmo novas modalidades de serviços. Esses novos espaços foram acompanhados por ocupações irregulares efetuadas por pessoas de baixa renda,

⁴⁵ Especificamente no município de Curitiba, cabe mencionar a constituição de um pólo de produção de software visando exportação, através de um programa do governo municipal, sendo esta uma tentativa de transformar a cidade num tecnopolo, de modo redimensioná-la num novo patamar do processo de reprodução capitalista atual, além de servir como reforço à imagem de modernidade e inovação, costumeiramente associadas à Curitiba.

bem como também a formação de condomínios de classe média e alta com regularização dessas áreas nobres. Já Campo Largo assistiu à implantação da indústria da Chrysler, e depois o fechamento da mesma, criando a necessidade de administração do prejuízo social e financeiro (fiscal) desse fechamento.

Noutras palavras, a reestruturação produtiva se expressa espacialmente na formação do espaço metropolitano, através de crescente incorporação de novas áreas à dinâmica metropolitana, que não se limitam aos estabelecimentos políticos-administrativos da cidade central. A realidade metropolitana de Curitiba acaba por modificar o padrão de localização das atividades industriais e de serviços, bem como de pessoas, dentro de seu espaço.

De fato, os investimentos industriais estimularam a instalação de atividades com maior grau de especialização em Curitiba, como as grandes redes varejistas (hipermercados e *shopping centers*) e do setor hoteleiro (redes da hotelaria mundial). Ocorre também a valorização do solo em Curitiba e a modificação dos espaços urbanos residenciais, com conseqüente expulsão das camadas mais pobres da população para a periferia da metrópole (como as áreas de mananciais de Pinhais e Piraquara) e aumento de migrantes de baixa renda atraídos pelas supostas possibilidades de emprego. Em contraste, a expansão dos estratos de trabalhadores mais qualificados, exigidos pelas novas atividades industriais e de serviços mais sofisticados, gera um aumento da demanda por novos condomínios residenciais de padrão mais elevado, como o Alphaville Graciosa. Como afirma Firkowski (2001):

O novo conteúdo urbano de Curitiba, que tem no aglomerado metropolitano sua forma espacial, surge da relação entre a desconcentração e a nova dinâmica industrial e expressa-se pela recomposição funcional de Curitiba, que passa a ter novas funções, capazes de transformá-la, de fato, em metrópole, bem como inseri-la no amplo espaço de relações globais que se intensificam.

Nesse sentido, a nova forma de organização da indústria, produzindo

espaços diferenciados através da recriação e requalificação de espaços anteriormente existentes, é um fenômeno que pode ser observado também nos serviços, gerando mudanças no mercado de trabalho de Curitiba associadas à emergência da metropolização e à conformação da rede de Cidades Globais. Cabe, portanto, fazer uma análise mais detalhada do papel que os serviços vêm cumprindo dentro desses processos e os impactos disso no mercado de trabalho.

3.2 A TRAJETÓRIA RECENTE DO SETOR SERVIÇOS NO CONTEXTO METROPOLITANO: IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Sob o efeito da reestruturação produtiva, observou-se em Curitiba, no período 1994 – 1998, uma redução dos postos de trabalho na Indústria de Transformação, acompanhada de grande aumento de postos no setor de Serviços, fenômeno esse que também ocorreu em outras Regiões Metropolitanas (Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre). Essa situação pode ser compreendida como uma compensação inter-setorial, já que, devido à acelerada modernização industrial da década passada, a Indústria de Transformação dispensou grande parte de seus empregados, sendo que o setor Serviços compensou essa perda de postos de trabalho, até certo ponto.⁴⁶

É preciso, porém, qualificar o tipo de expansão ocorrida no setor serviços de Curitiba, inclusive para aquilatar melhor o perfil dos novos postos de trabalho criados nesse setor no âmbito da metrópole. Os dados mais recentes sobre o setor serviços em Curitiba, cedidos pela CDC⁴⁷ (2004), mostram informações retiradas da base RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. Esses números dizem respeito às empresas que declaram a RAIS para o Ministério, havendo portanto uma

⁴⁶ Essa avaliação foi realizada com base nas informações fornecidas pelo Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba, e originalmente apresentadas na obra “Caracterização Geral do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Curitiba e de seus Municípios Circunvizinhos”.

⁴⁷ CDC – Companhia de Desenvolvimento da Curitiba Metrópole é a denominação atribuída à CIC – Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, desde 03 jan. 2005.

porcentagem não incluída de empresas que não têm por obrigatoriedade declarar a RAIS. Mas estas, segundo informado pela CDC, representam uma porcentagem mínima do total.

TABELA 1 – ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS EM CURITIBA – 1996/2002

EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS EM CURITIBA - 1996-2002

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	% de Var. 96 a 02
Alojamento e alimentação	4.725	5.150	5.381	5.725	5.987	6.449	6.508	37,74
Transporte terrestre	1.252	1.465	1.539	1.690	1.899	2.083	2.134	70,45
Transporte aquaviário	3	3	3	6	6	5	3	0,00
Transporte aéreo	34	33	37	25	34	27	24	-29,41
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	566	636	761	898	1.073	1.182	1.255	121,73
Correio e telecomunicações	148	174	183	252	272	310	350	136,49
Intermediação financeira	1.915	615	635	639	693	801	820	-57,18
Seguros e previdência complementar	344	340	298	317	315	321	297	-13,66
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prev.complementar	568	532	575	677	790	928	967	70,25
Atividades imobiliárias	3.706	3.923	4.280	4.571	5.192	5.498	5.683	53,35
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op.....	364	429	486	539	663	807	909	149,73
Atividades de informática e serviços relacionados	1.339	1.447	1.545	1.646	1.836	2.051	2.186	63,26
Pesquisa e desenvolvimento	28	22	28	36	43	56	56	100,00
Serviços prestados principalmente as empresas	8.319	9.416	10.223	11.398	12.422	13.438	13.795	65,83
Administração pública, defesa e seguridade social	210	213	215	221	228	176	163	-22,38
Educação	980	1.086	1.175	1.264	1.357	1.469	1.407	43,57
Saúde e serviços sociais	2.566	2.924	3.284	3.576	3.996	4.327	4.527	76,42
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	0	0	22	0	0	0	0	0,00
Atividades associativas	1.985	2.307	2.874	3.192	3.415	3.731	4.018	102,42
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.106	1.123	1.229	1.250	1.354	1.479	1.593	44,03
Serviços pessoais	1.177	1.316	1.385	1.513	1.495	1.540	1.606	36,45
Serviços domésticos	30	22	15	26	61	106	110	266,67
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	8	8	4	0	0	8	14	75,00
Outros	50	44	3.849	67	60	67	81	62,00
TOTAL	31.423	33.228	40.026	39.528	43.191	46.859	48.506	54,36
TOTAL DE CURITIBA	91.235	84.970	83.049	89.267	95.296	101.939	104.496	14,53

FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_ 1996 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

Como pode ser observado no quadro acima, os tipos de serviços que costumam estar mais evidentes nas Cidades Globais, como serviços prestados a empresas, atividades imobiliárias, telecomunicações, entre outras, correspondem também àqueles que vêm tendo crescimento mais acelerado em Curitiba.

O correspondente aos estabelecimentos de serviços, no que se refere aos empregos no período, pode ser verificado na tabela abaixo. Embora os dados da tabela não permitam fazer distinções quanto ao nível de qualificação exigido dentro de cada categoria de empregos listada – o que seria importante para aquilatar a expansão das empresas de serviços modernas, que são decisivas do ponto de vista da inserção da metrópole nas redes urbanas e globais –, a série sugere que o

movimento de transformação na estrutura produtiva de Curitiba reforça a posição dessa cidade como núcleo de um espaço metropolitano em formação e crescentemente internacionalizado, já que o comportamento do mercado de trabalho local é similar ao que se observa nas cidades globais, conforme já comentado.

TABELA 2 – EMPREGOS NO SETOR SERVIÇOS – CURITIBA – 1996/2002

EMPREGOS NO SETOR DE SERVIÇOS, EM CURITIBA - 1996-2002								
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	% de Var. 96 a 02
Alojamento e alimentação	14.570	16.058	16.097	16.718	18.261	18.668	19.242	32,07
Transporte terrestre	26.324	28.080	23.486	21.147	23.101	22.371	22.237	-15,53
Transporte aquaviário	10	3	3	5	12	15	2	-80,00
Transporte aéreo	397	429	465	348	268	266	303	-23,68
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	2.234	1.928	2.652	2.854	3.261	4.041	3.532	58,10
Correio e telecomunicações	8.742	8.773	13.574	10.138	9.403	8.598	5.541	-36,62
Intermediação financeira	21.430	21.236	15.789	12.194	13.114	13.994	14.428	-32,67
Seguros e previdência complementar	4.058	1.928	1.655	1.625	1.808	2.028	2.189	-46,06
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prev.complementar	1.556	1.916	2.045	1.710	1.743	1.091	1.084	-30,33
Atividades imobiliárias	11.417	11.875	12.373	13.047	14.327	15.084	15.092	32,19
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op.....	1.399	1.474	1.705	792	1.648	1.863	1.872	33,81
Atividades de informática e serviços relacionados	4.574	5.217	4.735	4.864	5.265	5.019	4.627	1,16
Pesquisa e desenvolvimento	435	408	417	521	656	465	788	81,15
Serviços prestados principalmente as empresas	36.834	43.450	43.594	46.036	49.858	53.263	54.774	48,71
Administração pública, defesa e seguridade social	153.887	165.001	166.066	156.879	160.792	146.369	143.587	-6,69
Educação	17.095	17.250	18.899	19.842	20.636	21.118	21.169	23,83
Saúde e serviços sociais	18.207	22.062	22.306	24.408	25.070	24.891	27.449	50,76
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	0	0	1.940	0	0	0	0	0,00
Atividades associativas	11.179	14.673	13.970	13.566	13.955	26.953	34.312	206,93
Atividades recreativas, culturais e desportivas	6.988	7.157	6.227	6.923	6.801	6.552	6.585	-5,77
Serviços pessoais	1.651	2.036	2.557	2.561	2.358	2.628	2.628	59,18
Serviços domésticos	37	25	14	20	58	74	194	424,32
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	14	13	7	0	0	44	16	14,29
Outros	531	398	310	259	206	212	158	-70,24
TOTAL	343.569	371.390	370.886	356.457	372.601	375.607	381.809	11,13
TOTAL DE CURITIBA	535.911	573.183	560.563	541.965	568.581	572.772	585.972	9,34

FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_1196 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

Quanto ao peso relativo de Curitiba no conjunto da RMC, bem como na economia estadual e nacional, cabe examinar os dados fornecidos pela CDC (2004), conforme as tabelas abaixo.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA NA REGIÃO METROPOLITANA, NO PARANÁ E NO BRASIL

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA NA RMC, PARANÁ E BRASIL - 1996 A 2002

PARTICIPAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
% DE CURITIBA NA RMC	82,32	82,00	80,54	78,45	78,35	77,38	76,13
% DE CURITIBA NO PARANÁ	37,09	37,45	35,93	34,28	34,39	33,27	32,33
% DE CURITIBA NO BRASIL	2,25	2,38	2,29	2,17	2,17	2,11	2,04

FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_1996 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA NO SETOR INDUSTRIAL NA RMC, PARANÁ E BRASIL - 1996 A 2002

PARTICIPAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
% DE CURITIBA NA RMC	64,51	64,25	62,26	59,66	58,20	58,59	56,07
% DE CURITIBA NO PARANÁ	25,18	24,96	23,51	22,25	21,86	21,12	19,53
% DE CURITIBA NO BRASIL	1,55	1,68	1,62	1,56	1,55	1,54	1,49

FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_1996 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA NO SETOR COMERCIAL NA RMC, PARANÁ E BRASIL - 1996 A 2002

PARTICIPAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
% DE CURITIBA NA RMC	82,74	82,23	80,39	79,44	80,04	78,46	78,00
% DE CURITIBA NO PARANÁ	32,44	31,81	31,06	30,36	30,41	28,98	28,77
% DE CURITIBA NO BRASIL	2,17	2,17	2,14	2,11	2,07	1,99	2,01

FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_1996 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA NO SETOR DE SERVIÇOS NA RMC, PARANÁ E BRASIL - 1996 A 2002

PARTICIPAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
% DE CURITIBA NA RMC	88,23	88,46	86,93	85,00	84,92	83,77	82,89
% DE CURITIBA NO PARANÁ	46,54	47,81	46,46	44,27	44,43	43,07	42,25
% DE CURITIBA NO BRASIL	2,67	2,83	2,71	2,55	2,57	2,49	2,39

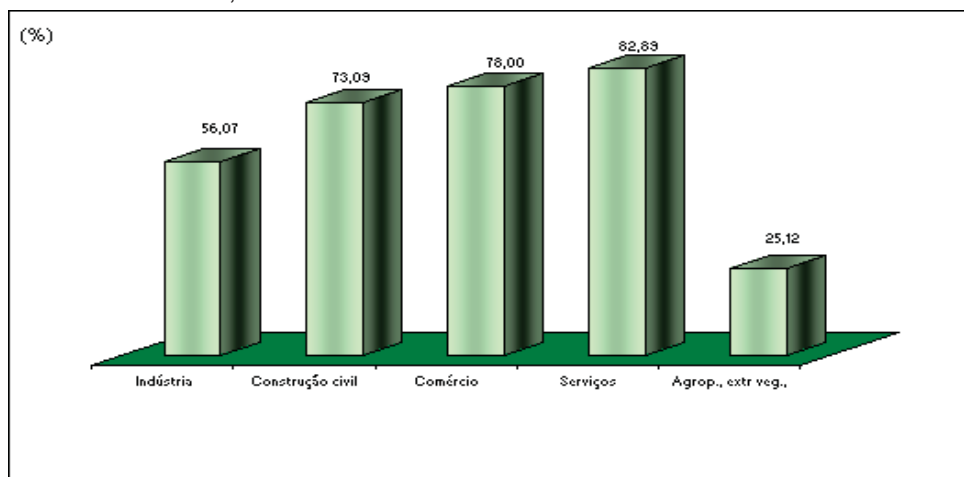
FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_1996 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

É importante observar que as séries desagregam o setor comércio das estatísticas de serviço, isto em função dos elementos que são utilizados para a construção, agregação dos dados e formação das séries, como por exemplo, a questão tributária – Comércio tem o correspondente em ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e Serviço tem o correspondente em ISS (imposto sobre serviços).

Para efeito de melhor visualização do comportamento da situação do mercado de trabalho de Curitiba, seguem os gráficos abaixo:

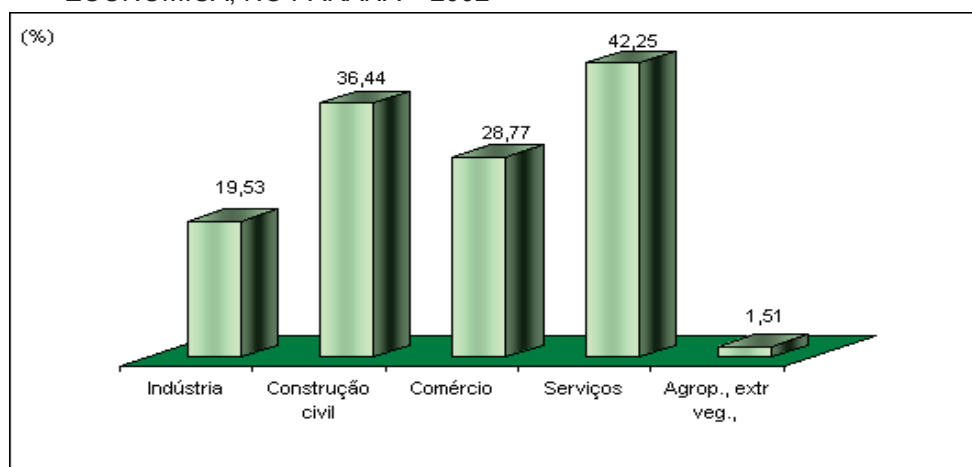
GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NA RMC – 2002.



FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

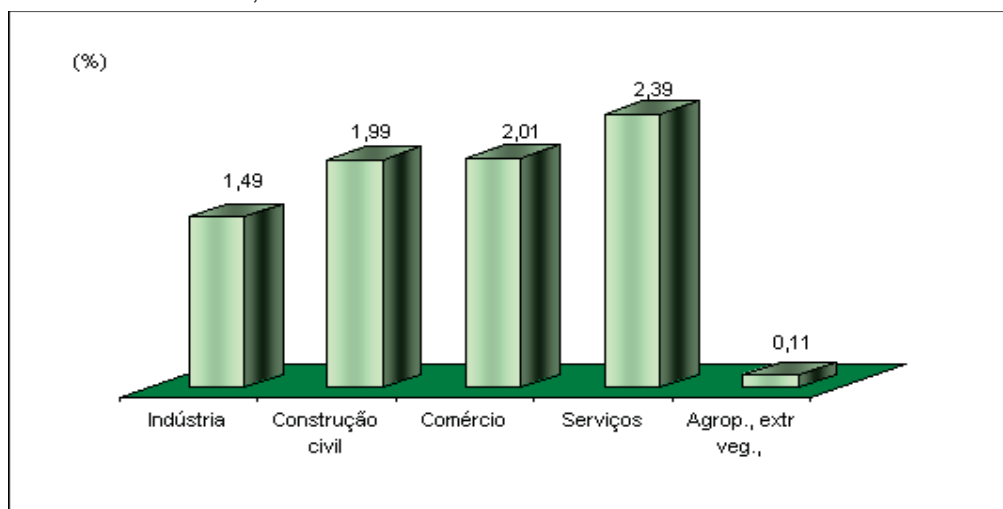
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ – 2002



FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

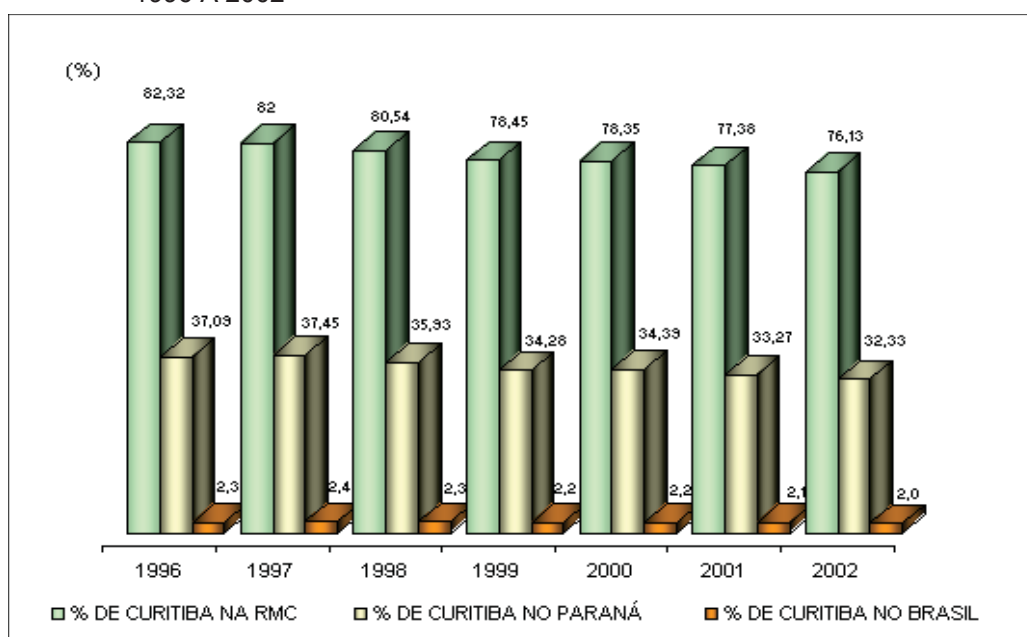
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO BRASIL – 2002



FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DE CURITIBA, NA RMC, PARANÁ E NO BRASIL – 1996 A 2002



FONTE: MTE / DES / CGET/ RAIS_1196 a 2002

ELABORAÇÃO: CIC/Assessoria de Planejamento e Informações

Todas essas estatísticas a respeito de Curitiba indicam ter havido um decréscimo de participação populacional, apesar do comportamento da cidade quanto à trajetória do setor serviços se assemelhar ao das Cidades Globais. Aqui é onde retomamos a idéia da extrapolação dos limites geográficos da cidade núcleo

da metrópole pelos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, sendo importante lembrar que as Cidades Globais não estão inscritas dentro de seus limites políticos-administrativos. Elas contam com um espaço de relações mais amplo, estabelecido dentro de áreas conurbadas, compostas por áreas das cidades vizinhas que participam intensamente nos fluxos. Essas áreas conurbadas e dinâmicas normalmente podem ser identificadas como parcela de uma metrópole, mesmo que a metrópole não possa ser identificada como global. Isso acaba por permitir uma avaliação sob dois enfoques paralelos: o de rede global e o de rede urbana, cada qual com seus elementos de análise bem determinados, conforme o quadro síntese sobre as diferenças entre esses dois tipos de redes, apresentado no Capítulo 1.

Nesse sentido, é preciso entender a transformação na estrutura produtiva e seus reflexos nas séries estatísticas e gráficos apresentados por meio de uma análise de caráter mais qualitativa desse processo.

Resgatando o passado, pode ser verificado que a cidade de Curitiba vinha contando e se orientando com uma visão de desenvolvimento. Ela foi uma das primeiras cidades brasileiras a contar com a instalação de uma Universidade, um dos elementos considerados chave para relacionamento com o resto do mundo e potencial para incrementar o desenvolvimento.

Dentro dos fatos mais recentes, vale notar que Curitiba tem buscado estar presente nos canais de mídia aparecendo com apelos (Capital Ecológica, Capital Social) para atrair os olhares das pessoas e alavancar mais relacionamentos, inserção e comercialização; em 2003, foi eleita Capital Americana da Cultura (título este que divide com a cidade do Panamá), sendo que seu sistema de transporte urbano tem sido alvo de estudos por especialistas internacionais.

Em termos da mudança qualitativa na estrutura industrial da RMC, cabe lembrar os efeitos da moderna indústria metal-mecânica, a qual apresentou os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação regional em anos recentes: de uma participação de 12,59% no triênio 1980-82, passou para 21,45%

no triênio 1994-96), resultado da maturação de investimentos da década de 90.

Então, considerando os três aspectos mencionados da trajetória econômica e espacial da RMC, cabem bem as considerações abaixo:

A existência de cada cidade tem uma lógica e uma fundamentação histórico-cultural própria que, a despeito de inexoravelmente articulada com as demais, seja internamente no nível específico de análise considerado – local, regional, nacional – seja no nível global, subsistem sob a forma de seu patrimônio (cultural, físico-natural, social, econômico e político), subvertendo tentativas hegemônicas da imposição de um roteiro de qualidade universal. É neste esforço que se situam os desafios para novas leituras dos movimentos de reestruturação das metrópoles. ...Uma sustentabilidade que não é só do ambiente e dos recursos físico-naturais, mas também e principalmente do tecido social, das vertentes políticas e das construções culturais. (GOMES, 2002: 136-137)

Agora, considerando os dados e análises sobre a dinâmica do setor serviços, em termos tanto do número de empresas como de postos de trabalho disponíveis, nota-se que eles acabam evidenciando uma centralidade de Curitiba e do aglomerado metropolitano tanto em relação à metrópole, além de sugerirem a caracterização de Curitiba como Cidade Global – embora a análise qualitativa dos tipos de atividades no setor serviços seja mais adequada para resolver essa última questão. Vejamos as séries mais recentes, com especial atenção para as cidades que compõem a área conurbada:

TABELA 4 – ATIVIDADES ECONÔMICAS - ESTABELECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DA RMC – 2000 A 2003

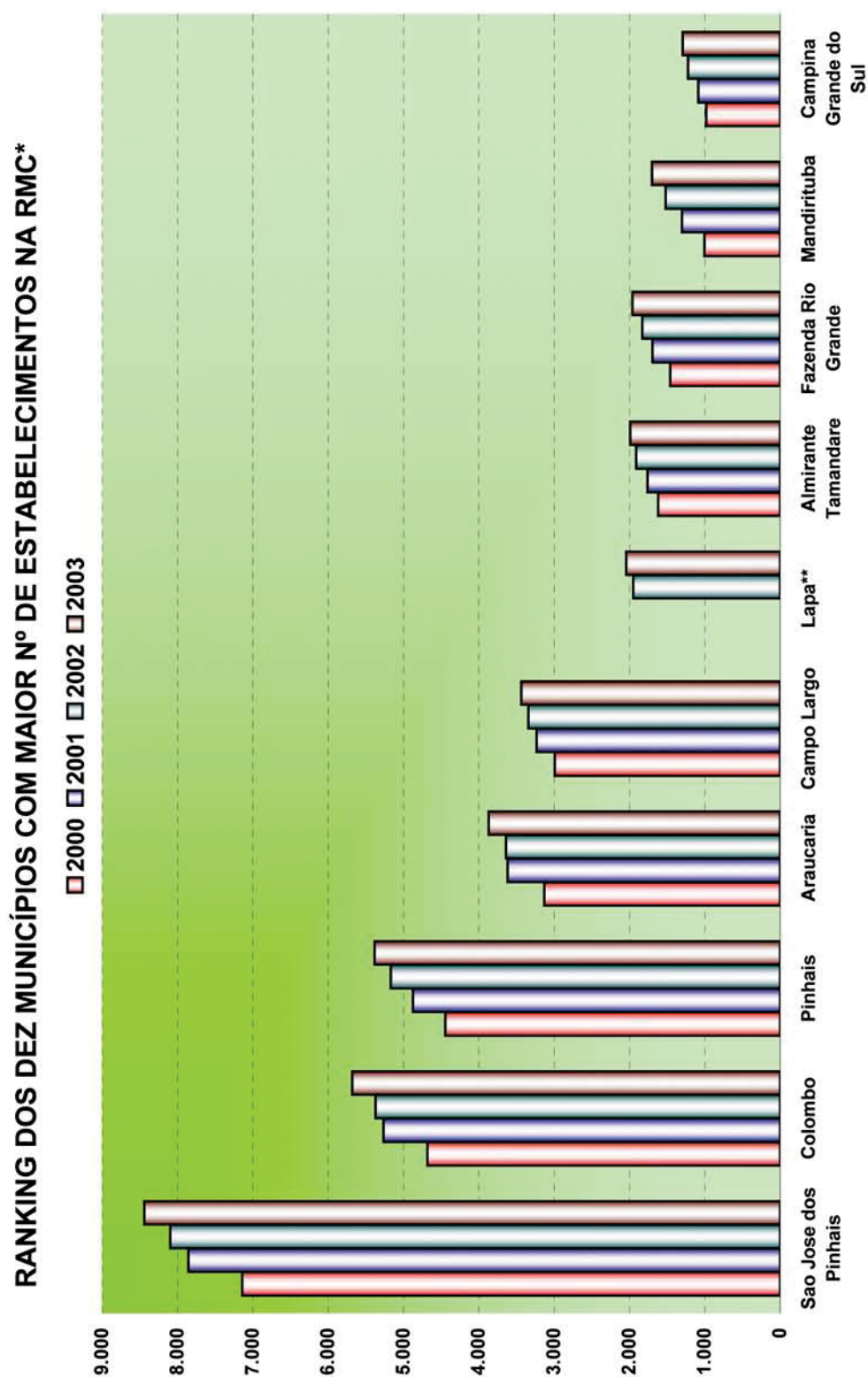
Municípios	Atividades Econômicas															
	Indústria				Construção Civil				Comércio				Serviços			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Adrianópolis	15	14	14	14	1	1	1	1	48	51	54	51	21	29	32	44
Agudos do Sul	24	26	37	40	5	3	6	7	72	83	92	111	23	40	45	50
Almirante Tamandare	304	294	306	320	105	122	132	118	776	859	934	986	413	467	519	543
Araucária	386	426	436	465	211	247	203	213	1.420	1.625	1.583	1.689	1.051	1.249	1.346	1.425
Balsa Nova	59	65	66	72	4	8	9	9	89	106	110	127	92	116	134	134
Bocaiuva do Sul	36	40	35	35	6	4	3	6	113	140	145	141	94	106	129	132
Campina Grande do Sul	125	131	144	156	63	50	50	53	412	476	546	581	357	404	452	477
Campo Largo	513	535	557	593	129	125	127	126	1.371	1.448	1.477	1.487	929	1.059	1.114	1.159
Campo Magro	63	80	77	89	24	26	31	30	190	255	289	312	122	204	228	269
Cerro Azul	15	19	21	22	4	9	8	10	168	241	261	290	71	100	102	132
Colombo	695	741	779	804	341	380	375	346	2.267	2.475	2.446	2.584	1.311	1.597	1.694	1.849
Contenda	35	38	35	35	4	2	3	4	180	187	207	219	101	107	114	122
Curitiba	6.995	7.183	7.418	7.686	4.499	4.638	4.481	4.343	40.072	42.654	43.502	46.085	43.191	46.859	48.506	51.445
Doutor Ulysses	7	7	9	8	0	0	0	0	35	35	35	40	18	22	23	27
Fazenda Rio Grande	227	250	256	254	88	94	97	93	745	860	923	1.011	392	477	542	594
Itaperucu	37	50	50	61	24	23	29	30	162	205	225	230	70	76	88	103
Lapa	*	*	140	144	*	*	58	44	*	*	875	922	*	*	646	694
Mandrituba	147	178	202	208	61	71	75	66	280	379	460	533	484	639	742	854
Pinhais	813	858	907	920	295	339	306	305	1.898	2.099	2.222	2.335	1.418	1.563	1.717	1.805
Piraquara	113	107	96	101	56	65	54	56	444	517	533	568	301	355	374	406
Quatro Barras	111	104	106	109	42	53	52	57	234	266	271	309	378	525	485	518
Quitandinha	24	30	34	38	1	1	1	1	149	185	195	212	92	103	112	133
Rio Branco do Sul	102	99	98	106	24	29	47	42	318	372	404	425	206	234	260	295
Sao Jose dos Pinhais	1.162	1.240	1.271	1.359	420	426	418	397	3.292	3.624	3.712	3.787	2.162	2.466	2.595	2.782
Tijucas do Sul	45	52	58	58	11	9	8	8	203	222	237	237	116	129	137	151
Tunas do Parana	25	33	36	40	1	1	1	1	18	24	28	31	19	25	36	37
Total	12.078	12.596	13.191	13.737	6.419	6.726	6.575	6.366	54.956	59.388	61.766	65.303	53.432	58.951	62.172	66.180
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agropecuária	8	7	8	9	8	7	8	8	526	605	589	679	13	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agropecuária	13	13	13	14	13	13	13	13	1.199	1.303	1.561	1.711	13	0	0	0

FONTE: TEM/DES/CGE/RAIS, 2000 a 2003

ELABORAÇÃO: CDC/Assessoria de Planejamento e Informações

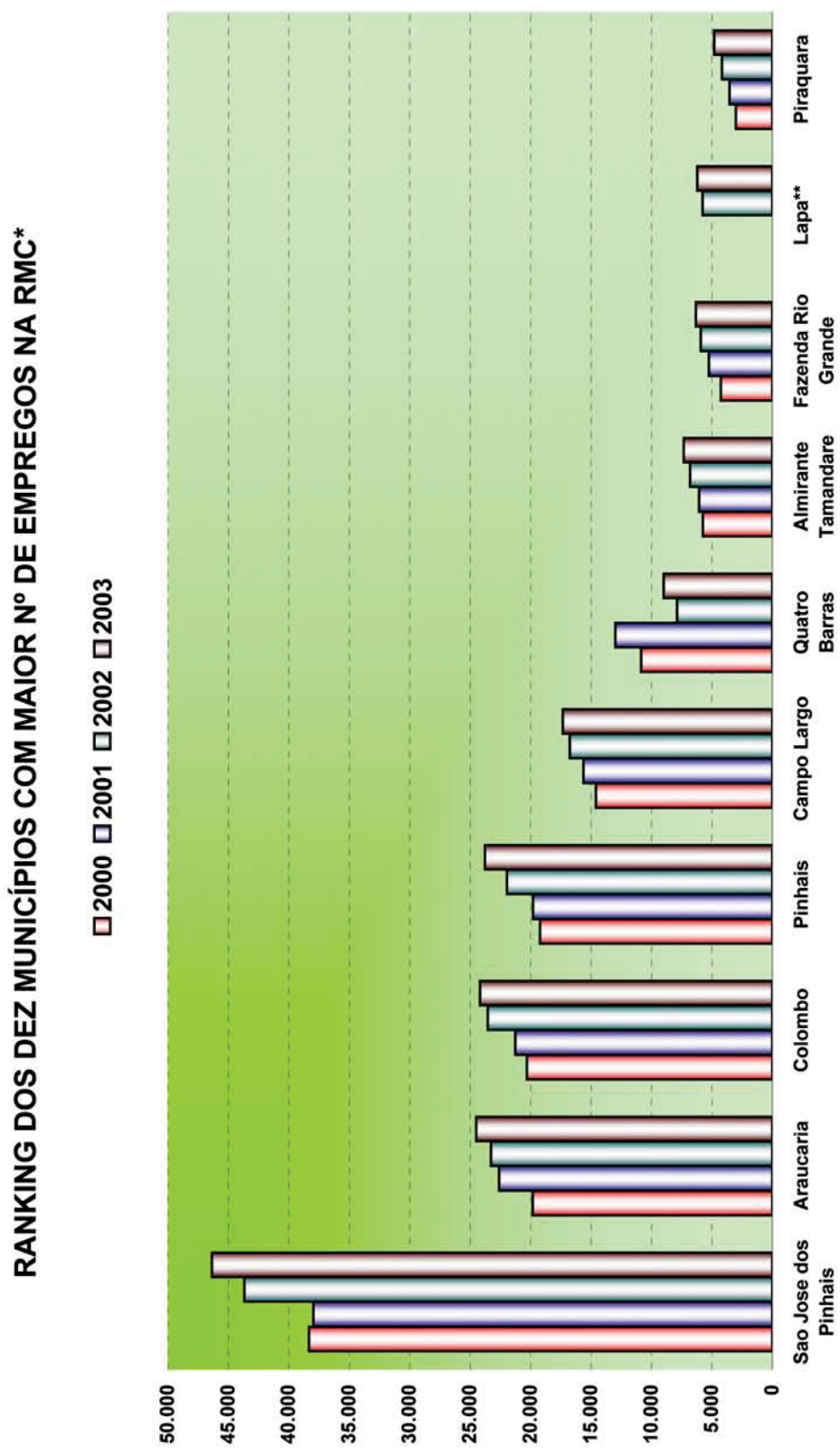
NOTA: * Nesses anos Lapa ainda não pertencia a RMC

GRÁFICO 7 – MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA RMC – 2000 A 2003



FONTE: Rais, 2000 a 2003
 ELABORAÇÃO: CDC/ Assessoria de Planejamento e Informações
 NOTA: * Exceto Curitiba
 ** 2000 e 2001 o município da Lapa ainda não pertencia a RMC

GRÁFICO 8 – MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE EMPREGADOS NA RMC – 2000 A 2003



FONTE: Rais_ 2000 a 2003
ELABORAÇÃO: CDC/ Assessoria de Planejamento e Informações
NOTA: * Exceto Curitiba
** 2000 e 2001 o município da Lapa ainda não pertencia a RMC

O que pode ser verificado é que os maiores desempenhos coincidem com as cidades que encontram-se com sua área conurbada com Curitiba.

Agora, passando à análise das condições qualitativas da inserção de Curitiba nas redes globais pela linha da comercialização internacional, com base em dados do Ministério das Relações Exteriores, nota-se que Curitiba tem a conceituação B1 segundo a agência internacional de classificação de risco⁴⁸, o que significa que a cidade oferece mais segurança para o pagamento de suas dívidas em moedas estrangeiras. O resultado disso se traduz principalmente em maior facilidade para obter e negociar condições de financiamento para investimentos de longo prazo. Assim, Curitiba passa a ter condições de obter taxas de juros mais baixas na captação de recursos externos, ficando a apenas quatro degraus do grau de confiança máxima dos mercados (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2004). Vale dizer, Curitiba atualmente possui bom padrão para estabelecer negócios com os países desenvolvidos e empresas do mercado internacional.

Em decorrência dos principais investimentos anunciados por cidade e empresa entre o período de 1995 e 2000, como é demonstrado por MACEDO, VIEIRA e MEINERS (2005, p. 14-19), a RMC passou a ser um dos mais importantes pólos da indústria automobilística brasileira e do Mercosul. Pelo alto grau de internacionalização das empresas dessa indústria, somada à expansão das atividades de serviços propiciada pelas demandas dessas novas empresas, o município de Curitiba se firmou como “um dos elos da rede de núcleos dinâmicos – cada vez mais integrada e articulada com o exterior – a qual está passando a definir o processo de criação de riquezas na economia brasileira”.

Essas transformações em curso na RMC são apontadas como sendo de tal

⁴⁸ A avaliação da Moody's serve de balizador para bancos e instituições financeiras estrangeiras, apontando as cidades, estados, países e empresas que oferecem melhores condições de pagamento de suas dívidas. Outras avaliações de risco econômico e atribuições de conceitos, podem ser realizados observando alguns parâmetros consagrados e aceitos pelo mercado internacional, como por exemplo também o *Rating* do Comitê de Risco da Austing Rating, que avalia o desempenho de empresas e/ou bancos, sendo um conceito A a tradução para o significado de baixo risco de crédito (AUSTING RATING, 2004).

intensidade que corresponderia ao processo de emergência de uma “cidade-região global”, isto é, como um dos nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial, que é proposta de interpretação dada por SCOTT (2001, p. 11-25).

O volume de IED (investimento externo direto), conforme citado anteriormente, oriundo do Protocolo de Intenções de Investimento no Estado do Paraná para o período de 1996 a 2000, traz também boas evidências nesse sentido. De 209 intenções de investimentos assinadas, 51 estavam direcionados para a indústria automobilística na RMC; do total de investimentos realizados, 101 ocorreram em 11 municípios que fazem parte do aglomerado metropolitano de Curitiba, representando 48,3% dos investimentos no Estado do Paraná, num volume de R\$5.776,6 milhões. Os outros 388 municípios do estado receberam 108 investimentos, correspondentes a R\$4.220,7 milhões. Das cidades da região de Curitiba, as que receberam maior volume de investimento, em ordem decrescente, foram: São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Piraquara, Almirante Tamandaré, Pinhais e Colombo. (BITTENCOURT, 2003, p. 108)

Tais informações reforçam portanto a tese de que a inserção de Curitiba nas redes urbanas e globais deve ser feita tomando por base um espaço mais amplo que o da cidade núcleo: “todo o aglomerado metropolitano é Curitiba, não são lógicas parciais que se somam, mas uma lógica única que perpassa todos os municípios do aglomerado, [...] unidade que se constrói com contradições e correlações”, redefinindo a “lógica de localização de atividades e pessoas”. FIRKOWSKI (2001, p.141)

Com esse incremento de investimentos, bastante sensível na parte da indústria automobilística, observa-se um impacto sobre o setor serviço – terciário superior ou de alta qualidade voltados para o setor produtivo. Como observa BITTENCOURT (2003, p. 118), “Curitiba deixa de abrigar grandes investimentos

industriais, que se espraiam pela cidade-região, e transforma-se numa prestadora de serviços especializados para a indústria em ascensão fora de seus limites”.

Isso contribui para inserção de Curitiba no conjunto das cidades melhor equipadas e em condições de dar continuidade ao processo de novas atividades. Assim, acompanhando o processo de expansão populacional, aumenta o número de shopping centers (11 unidades em 1995 e 21 em 2003), assim como o de hipermercados (3 unidades em 1995 e 15 em 2003, com destaque para as novas unidades de grandes empresas transnacionais, quais sejam: Sonae, Wall Mart e Carrefour). A rede de hotéis e flats internacionais também se amplia, acompanhando o aumento do turismo de negócios propiciado pela presença de grandes grupos transnacionais dos setores industrial e de serviços. O que se observa com toda essa movimentação é que parte da renda gerada nos municípios do aglomerado que passaram por essa reestruturação produtiva urbano-industrial é direcionada aos principais centros de consumo de Curitiba.

Adicionalmente, o aumento da produção industrial realizada por empresas transnacionais, em boa parte, visando o mercado externo, reflete-se nas atividades de comércio exterior, isto na exportação e importação de produtos e também de serviços. Assim, um dos elementos que podem ser analisados para verificar a participação de determinado centro urbano na economia mundial e no processo de globalização é a estatística de apuração por períodos da balança comercial.

Mas aqui se faz importante esclarecer o que se pode entender por exportação de serviços. Segundo FRANCO FILHO (2004), a noção do que seja a exportação de serviço, à luz dos aspectos legislativos brasileiros, seria esta:

Como não existe uma circulação de serviços, o conceito de exportação deve ser definido a partir das repercussões internacionais inerentes a uma determinada prestação. Deste modo e, considerando os diversos elementos que compõem uma prestação de serviços, pode haver diversas maneiras para se estabelecer a sua conexão com o exterior, a fim de qualificá-la como uma exportação. Com efeito, o serviço poderá ser considerado exportado em função do local: (i) da efetiva prestação; (ii) da residência ou do estabelecimento do tomador; (iii) do efetivo consumo ou resultado; e, finalmente, (iv) da procedência do pagamento. ... para ser considerada uma exportação, o serviço deve ser executado integralmente no exterior ou, ainda que seja desenvolvido no país, seus resultados devem ser produzidos no exterior. ... o pressuposto lógico para caracterizar uma exportação é que

o serviço advenha do Brasil, isto é, que o prestador esteja localizado em território nacional. Assim, os elementos de conexão eleitos pela LC n. 116 serão aptos a designar se o serviço prestado por contribuinte brasileiro está sujeito às regras gerais de tributação interna ou às normas de desoneração pertinente às exportações. A LC n. 116 define exportação de serviços a partir do local da efetiva prestação e, especialmente, o local do consumo ou resultado do serviço. ... serviços desempenhados pelo escritório brasileiro consistem basicamente em fornecer informações úteis e necessárias à tomada de uma série de decisões pertinentes ao projeto em questão, independentemente de sua efetiva execução. Sob esse prisma, o simples recebimento e ciência das informações consignadas no estudo de viabilidade configuram o resultado do serviço. Considerando que todas essas informações foram destinadas a um estabelecimento localizado no exterior, conclui-se que o serviço em questão foi exportado, ainda que tenha sido elaborado nas dependências do escritório brasileiro e o projeto em questão venha a ser aqui implementado. O que importa é que o estudo de viabilidade foi analisado e, portanto, consumido no exterior, produzindo ali seus resultados.

Uma apuração de dados de comércio exterior que ilustram o desempenho de Curitiba da década de 90 apresenta o volume de negócios realizados, sendo possível verificar um crescimento em termos de internacionalização.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES DE CURITIBA, 1992-1996

ANO	CURITIBA (Valores em US\$ milhões FOB)
1992	454
1993	558
1994	685
1995	724
1996	863

Fonte: MICT/SECEX, SICT/ICPI – Boletim Curitiba Informações Sócio-econômicas, 1997.

Abaixo, também em resultados gerais, de período mais recente, uma apresentação dos totais brasileiros, os dados e volumes relativos a São Paulo (classificada como cidade global por pesquisas brasileiras) e os dados e volumes relativos a Curitiba por porte de empresa. Como pode ser observado, os valores e quantidades respectivos a Curitiba revelam um grande distanciamento dos de São Paulo, o que, por extrapolação, reflete a dinâmica sócio-econômica financeira das cidades.

TABELA 7 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - PORTE DE EMPRESA, SÃO PAULO/CURITIBA, 2002-2003

Municípios	2003				2002				Variação			
	Nº empresas		US\$ FOB		Nº empresas		US\$ FOB		Nº empresas		US\$ FOB	
	quantid	Particip %	Valor	%	quantid	Particip %	Valor	%	ABS	REL	ABS	REL
Total geral	19.796	100,00	73.084.139.518	100,00	19.340	100,00	60.361.785.544	100,00	455	2,36	12.722.353.974	21,08
Micro empresas	4.578	23,13	220.351.386	0,30	4.301	22,24	168.004.825	0,28	277	6,44	52.346.561	31,16
São Paulo	761	3,84	29.629.349	0,04	786	4,06	27.139.348	0,04	-25	-3,18	2.490.001	9,17
Curitiba	120	0,61	5.462.156	0,01	93	0,48	3.091.476	0,01	27	29,03	2.370.680	76,68
Pequenas empresas	4.901	24,76	1.515.654.545	2,07	4.836	25,01	1.165.762.630	1,93	65	1,34	349.891.915	30,01
São Paulo	727	3,67	139.725.405	0,19	762	3,94	126.569.674	0,21	-35	-4,59	13.155.731	10,39
Curitiba	93	0,47	30.896.494	0,04	91	0,47	21.167.073	0,04	2	2,20	9.729.421	45,96
Médias empresas	5.649	28,54	5.844.372.973	8,00	5.695	29,45	4.655.163.152	7,71	-46	-0,81	1.189.209.821	25,55
São Paulo	803	4,06	361.968.612	0,50	884	4,57	314.609.098	0,52	-81	-9,16	47.359.514	15,05
Curitiba	87	0,44	105.187.787	0,14	90	0,47	92.334.219	0,15	-3	-3,33	12.853.568	13,92
Grandes empresas	4.208	21,26	65.400.550.940	89,49	4.140	21,41	54.313.991.357	89,98	67	1,64	11.086.559.583	20,41
São Paulo	440	2,22	4.258.658.403	5,83	450	2,33	3.603.847.592	5,97	-10	-2,22	654.810.811	18,17
Curitiba	*											

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – 2005.⁴⁹

Portanto, fica evidente que, apesar da inserção crescente nas redes globais, Curitiba ainda tem um bom caminho a percorrer, pois está numa classificação hierárquica abaixo da cidade brasileira mais próxima a ser classificada como cidade global, isto é, São Paulo. A verificação do volume de exportações e importações, bem como da qualidade dos produtos e serviços, permite uma avaliação quanto ao estágio de desenvolvimento de Curitiba, tomando por base os critérios usados pelo IBGE para hierarquizar a Rede Urbana Brasileira, classificando suas principais cidades e metrópoles.

Curitiba é identificada, dentro das classificações de *metrópoles globais, nacionais e regionais* proposta em MOTTA (IPEA, 2000, p. 37), se enquadra dentro de uma das categorias espaciais dentro da Rede Urbana Brasileira, aglomerações urbanas desenvolvidas a partir de um núcleo constituído pela capital do estado, com ocorrência de complementaridade funcional entre o centro e a periferia. O centro exercendo funções polarizadoras, de articulação espacial da aglomeração com

⁴⁹ Observou-se na tabela do Ministério, donde foram retiradas esses dados que, não consta destaque para Curitiba (*) para o item Grandes Empresas, mas há destaque para Paranaguá (22 empresas) e São José dos Pinhais (28 empresas).

algum grau de contigüidade, ao longo de eixos viários, e elevado grau de concentração.

São Paulo é identificada nessa pesquisa como metrópole global (que, juntamente com o Rio de Janeiro, abrangem 17,3% da população total do país) e, Curitiba como *metrópole nacional*⁵⁰. Em conjunto com Porto Alegre, Curitiba concentra 13% do total da população brasileira em 113 municípios. Dessa maneira, podemos verificar que Curitiba faz parte do sistema urbano regional *Centro-Sul*, formado por grandes estruturas articuladas e diferenciadas presentes no processo de urbanização nacional (MOTA – IPEA, 2000)⁵¹.

Resgatando os estudos apresentados no documento da EMPLASA (2004, p. 20), podemos ter uma idéia melhor do contexto de Curitiba a partir do cenário nacional. Segundo esse trabalho, um dos efeitos da globalização da economia é o de fazer com que as Cidades Mundiais atuem como “replicadores e amplificadores de novas dinâmicas sociais, políticas, culturais e tecnológicas” EMPLASA (2004, p. 28). Curitiba apresenta este tipo de comportamento. Além disso, “as redes das cidades são baseadas nos fluxos de diversas naturezas que trocam entre si (pessoas, mercadorias, capital, informação, energia, etc)” EMPLASA (2004, p. 28), circulando através de canais como vias de transporte aéreo, aquático, terrestre, cabos, dutos ou irradiação de ondas eletromagnéticas.

Mais adiante nesse documento (p. 29), Curitiba é classificada como centro de Terceiro Nível da Rede Urbana Nacional (aquele caracterizado pelas funções de

⁵⁰ A metrópole nacional caracteriza-se por uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográficas elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário). Municípios contíguos são os vizinhos com alta densidade e mancha de ocupação única; contínuos são os municípios vizinhos com alta densidade e mancha de ocupação independente, porém com tendência a tornar-se única e; descontínuos, os municípios próximos, com forte articulação econômica e social. (MOTTA – IPEA, 2000, p. 68)

⁵¹ Os sistemas urbanos regionais brasileiros são: “Belo Horizonte (área de influência de Belo Horizonte), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória), São Paulo (São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia), Curitiba (Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis), e Porto Alegre (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo)”.

cooperação), juntamente com cidades como Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Vitória, Manaus, Goiânia, Triângulo Mineiro, vale do Itajaí e Belém⁵². Ou seja, como cidade cujas funções estão acima dos níveis de competição e parceira (primeiro e segundo níveis, respectivamente). Na caracterização realizada por esse estudo, Curitiba e sua Região Metropolitana representam uma concentração populacional de 6% (seis por cento) do total brasileiro, enquanto a Região Metropolitana de São Paulo (p. 31), concentra 48% de população, e embora a cidade de Curitiba sozinha esteja em 7º lugar de concentração populacional em se considerando o Brasil (p. 32)⁵³. Nesta época Curitiba contava com 63.287 empresas em 1996, o que a colocava em 5º lugar no ranking entre as cidades Brasileiras – (São Paulo contava com 371.569 empresas)⁵⁴ – estes dados permitindo uma aproximação de avaliação da intensidade de volume de negócios, fluxos de informações, entre outras coisas que indica a inserção da cidade junto às Redes Globais.

Para além do setor serviços, é interessante observar que a expansão industrial recente de Curitiba, mercê da conformação de novos complexos de produção flexíveis, localizados às margens de importantes rodovias e com facilidade de acesso ao Porto de Paranaguá e ao Aeroporto Internacional Afonso Pena, trouxe consigo um aumento importante no volume de cargas transportadas, sobretudo no período de 1995 em diante, marcado pela instalação/operação das novas indústrias, como observa FIRKOWSKI (2005). Essas estatísticas são produto da importância

⁵² No estudo da EMPLASA, a cidade do Rio de Janeiro está incluída no Terceiro Nível da Rede Nacional, ao passo que, no estudo do IPEA, conforme já indicado, o Rio de Janeiro seria, assim como São Paulo, componente da Rede Global de cidades. Mas, como essa cidade não é o foco desta pesquisa, não será feita uma discussão a respeito dessa oposição entre as classificações.

⁵³ A ordem de concentração até Curitiba é, em ordem decrescente: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e daí Curitiba.

⁵⁴ Todos os dados citados neste parágrafo têm como ano base 1996, vários dos quais foram originalmente apresentados pelo IBGE, segundo o trabalho da EMPLASA referencia. Após São Paulo, temos Rio de Janeiro com 131118 empresas, Belo Horizonte com 73470 empresas, Porto Alegre com 66557 empresas, e então Curitiba. Esse é um indicativo do movimento/fluxos de negócios.

assumida pelo transporte de componentes e pela exportação de produtos finais, conforme pode ser percebido na tabela abaixo:

TABELA 8 – MOVIMENTO NO AEROPORTO INTERNACIONAL AFONSO PENA – 1990/2003

ANO	POUSOS E DECOLAGENS	PASSAGEIROS (emb. + desemb.)	CARGA DESEMBARCADA (Kg)
1990	30.125	950.109	4.530.174
1995	36.646	1.272.522	4.272.955
1998	62.610	2.040.407	10.284.997
1999	47.325	1.514.589	11.757.549
2002	67.672	2.760.130	30.256.011
2003	54.298	2.512.790	20.729.587

Fontes: INFRAERO e FIRKOWSKI (2005, p. 13)

Continuando, FIRKOWSKI (2005, p. 20) explica que essa nova lógica produtiva e de localização das novas indústrias na RMC tem servido para reforçar a base local de serviços, para o atendimento tanto das demandas das empresas quanto das demandas de consumo da parcela da população a elas associadas, caso dos “*serviços especializados para empresas – publicidade e propaganda, administração e gerenciamento de redes corporativas, logística e manutenção – e dos equipamentos comerciais e de serviços*, tais como bancos, centros de negócios, espaços para eventos e feiras, rede hoteleira, hipermercado e shopping centers”.

Um patamar mínimo de qualidade de vida urbana é requerido para a organização social e para favorecer os indivíduos na obtenção de renda, qualidade essa determinada pelo acesso a bens e serviços urbanos, bem como pela apropriação do solo mediada pelo mercado. Assim, verifica-se a concentração de atividades mais complexas da base produtiva nas aglomerações urbanas e metropolitanas, que reflete as faixas mais altas de renda familiar per capita, porém com grandes diferenças internas. Ora, Curitiba possui faixas superiores em até cinco vezes às menores faixas ocorrentes em municípios da própria região. O pólo metropolitano de Curitiba tem uma proporção de 12,88% dos chefes de domicílio com rendimento até um salário mínimo, sendo que “os municípios do entorno

imediatos, com contigüidade de mancha de ocupação, elevam essa proporção para a ordem de 20%; os do entorno mais distante, acima de 30%”.(IPEA, 2000, p.76)

Nas metrópoles e centros maiores, o custo de vida (cesta básica, aluguéis, transportes, entre outros itens) é mais elevado que nas menores cidades. Nesse contexto, “a instrução é fundamental para que indivíduos e grupos sociais sejam ou não incluídos entre os que têm acesso aos benefícios e às vantagens que as cidades podem oferecer”. Na região Sul, onde se encontra a metrópole de Curitiba, em 1991, cerca de 10% da população em idade ativa para o trabalho (mais de 15 anos) era analfabeta: fora do mercado formal de trabalho; mas corresponde as melhores posições no estado⁵⁵. (IPEA, 2000, p.77).

À luz das considerações realizadas neste capítulo, portanto, podemos concluir que Curitiba, apesar de distante da centralidade das principais Cidades Globais, como Nova York, ou mesmo da centralidade de São Paulo, apresenta um movimento em curso de integração às redes globais. Esse processo se materializa na industrialização operada sob a égide do novo paradigma tecnológico das empresas rede, na expansão e diversificação do setor serviços (inclusive com aumento das exportações desse setor), nos investimentos realizados por empresas transnacionais da indústria e do comércio e, por fim, na conseqüente diversificação do mercado de trabalho urbano, verificada inclusive em alguns segmentos do setor serviços que abrangem atividades importantes para a efetivação de transações econômicas globalizadas.

⁵⁵ Curitiba tinha menos de 10% de analfabetos nesta época, com uma média de cerca de 6,4 anos de estudo. Se comparada com uma das cidades do entorno metropolitano, como Rio Branco do Sul, cujo tempo médio de estudo é de 3,5 anos, confirmamos a diferença entre o núcleo e as cidades em volta, na metrópole.

4 CONCLUSÃO: INTER-RELAÇÕES PARA (RE)POSICIONAMENTO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL DO SETOR DE SERVIÇOS

A contextualização sobre o mercado de trabalho local – região de Curitiba, através de um breve resgate das mudanças percebidas neste período da década de 90, enquanto intensificação do processo de globalização e o trabalho dos conceitos de redes, as redes urbanas e as redes globais, constituíram o início da investigação deste trabalho. A análise intermediando o local com as diferentes escalas espaciais de maneira a articular um amplo rol de relações de atores e elementos que concorrem para uma mudança no perfil do mercado de trabalho da grande Curitiba, realizada através de redes, confere um tratamento lógico, evitando armadilhas teóricas e metodológicas que permeiam a área de estudos sobre o setor de serviços.

O enfoque dado procura evitar alguns inconvenientes de análises de elementos adjacentes que trariam a discussão sobre bases conceituais como a classificação dos tipos de serviços, que não corroboram para o tratamento da temática proposta: mercado de trabalho.

O que se fez aqui foi buscar identificar os inúmeros fatores que atuam sobre a caracterização e o reposicionamento local do mercado de trabalho, apresentando as inter-relações com os diferentes atores e elementos que participam do processo.

Para modificação e maior participação na economia globalizada, um dos desafios presentes ainda está na formação profissional das pessoas, na formação e ampliação de mercado para o trabalho encerrando novas tecnologias e formas produtivas, mais a absorção desses profissionais. Nesse contexto, para a busca de posicionamento mais competitivo, aparecem as interferências governamentais para auxílio na geração de emprego e renda, nas diferentes escalas nacional, estadual e municipal.

Presentes nos aspectos das cidades globais, redes globais e globalização, o transporte e a comunicação desempenham papel de importância, que são, no exercício efetivo dessas atividades: serviços. E, nestes aspectos, a cidade de Curitiba, com gradativo espraiamento urbano, tem sido referencial na área de transporte urbano para o mundo, e as condições de comunicação estão avançando a passos largos, sendo possível encontrar várias modalidades e empresas atuando junto às telecomunicações, inclusive com a verificação da implantação do parque de software, como apresentado. Curitiba veio buscando tornar-se um “lugar inteligente”, onde para sua região é possível identificar empresas transnacionais e espaços internacionais.

A ação sobre planejamento urbano e metropolitano buscou trazer uma nova dimensão da economia política de urbanização, provocando diferentes efeitos sobre as condições locais do mercado, sendo possível verificar pela diversificação das modalidades de atividades, qualidade e produtos, e, conseqüentemente, do surgimento de novos postos de trabalho em atividades também novas, uma reestruturação produtiva que acompanha os modelos internacionais.

A grande Curitiba compõem uma escala geográfica menor que as cidades globais, então: região transnacional, tendo como foco as Redes Globais. Também pode ser verificada sua classificação de outras formas, como metrópole nacional, que confere outras formas de análise, esta à luz da proposta de Rede Urbana Brasileira. E, referenciada ao processo de globalização, o local passa por processo de inserção junto às Redes Globais, sofrendo impacto na produção, trabalho e espaço, alterando-se, buscando um posicionamento mais competitivo, tanto aparente na atração de indústrias transnacionais, como pela diversificação tecnológica e incremento no setor de serviços.

As atividades em serviços, como bancos, contabilidade, leis, escritórios, transporte, telecomunicação, prestadoras de serviços, administração, financeiras, e serviços pessoais, como restaurantes, hotéis, imobiliárias, entre outros, são os que

se destacam na globalização, que aparecem com maior expressão junto às cidades globais, onde o processo de educação e capacidade de adaptação atribuem a possibilidade de inovação, na consagração e centralização dos lugares, que representam desenvolvimento econômico, inserção na economia mundial, possibilidade de emprego e ocupação.

As estatísticas de participação do setor serviços para a RMC demonstram comportamento similar às Cidades Globais, mas polêmicas, levando em consideração a forma de classificação do setor, uma vez que este apresenta atividades não computadas, como por exemplo as que estão presentes junto aos processos da indústria (manutenção, assessorias). A questão de serviços para empresas, também, não está apresentada em nenhuma estatística específica, mas faz parte do conjunto geral do setor serviços. E essa sim seria de grande utilidade para uma verificação mais pontual do reposicionamento local para inserção nas redes globais.

A cidade, o crescimento demográfico e grande população, a conurbação de áreas, a existência e grande intensidade de fluxos de informação, capital e outros, a dinâmica sócio-econômica-espacial, são elementos que servem como base comparativa para averiguação do posicionamento e reposicionamento de Curitiba e seu processo de inserção nas Redes Globais, este sendo considerado como objetivo para os rumos de desenvolvimento.

Curitiba observou expansão e diversificação industrial que contribuíram para formação de demanda intensiva por serviços especializados à produção; nesse sentido, também houve expansão de ocupações de alta qualificação e de importantes serviços pessoais; como metrópole nacional, observa-se uma centralização de uma plêiade de serviços especializados, com alto grau de sofisticação, absorção de novas tecnologias, com intensificação nos processos de integração e inserção provocados pela globalização junto às Redes Globais; essas características e fatos bastante similares à dinâmica de São Paulo a partir dos anos

70. No rol desses serviços estão: serviços (prestados principalmente às empresas) especializados de consultoria, propaganda - publicitários, marketing, financeiros, de comunicação, informática, informação, de apoio à produção, serviços de alimentação, hospedagem, serviços legais, de contabilidade, de gerenciamento geral, inovação, desenvolvimento, projetos arquitetônicos, administração, pessoal, tecnologia da produção, manutenção, transporte, telecomunicações, distribuição de vendas por atacado, serviços de limpeza para empresas, segurança, armazenamento, logística, seguros, atividades bancárias, atividades imobiliárias, serviços especializados e associações profissionais (serviços de alto nível, que centralizam e realizam processos globais).

Contudo, a aplicação pura e simples conceitual do que seja Cidade Global, que possibilitaria a atribuição desse conceito para Curitiba, deve ser questionado quanto aos volumes de negócios e grau de conectividade existente entre Curitiba e as regiões globais. De uma comparação com São Paulo, verifica-se um grande distanciamento quantitativo, de fato. Ou seja, a atribuição conceitual verificada nos requisitos e características discriminadas pelos autores anteriormente apresentados justifica a atribuição dessa classificação de Cidade Global para Curitiba? Os estudos mais recentes afirmam que não, sendo esta também uma das conclusões do presente trabalho.

É importante observar que o avanço nas análises baseadas na abordagem das redes tem ampliado o rol de cidades classificadas como cidades globais. Mas deve-se reiterar que a avaliação puramente conceitual, baseada na mera constatação da existência de conexões globais em determinada cidade, e sem maiores considerações quando à dimensão dos fluxos que materializam tais conexões, não é suficiente para a inclusão dela no rol das cidades globais.

Assim, com base nas informações quantitativas e qualitativas apresentadas no Capítulo 3, verifica-se que Curitiba está num processo de inserção nas Redes Globais, participa do processo de globalização, sofre e contribui para mudanças e

impactos sócio-econômicos, tem seu mercado de trabalho impactado pelo processo de globalização, mas não chega a ser uma Cidade Global.

Com efeito, Curitiba tem sofrido impacto no mercado de trabalho mais evidentemente a partir da última década, quando o Brasil implementou mais efetivamente políticas de abertura comercial e de desregulamentação financeira, cujos resultados foram à estabilização da economia e a modernização acelerada da estrutura produtiva. É nesse contexto que se observam, as principais redefinições e reestruturações produtivas no aglomerado metropolitano de Curitiba, com alteração nos tipos de ocupação e maior exigência em qualificação e especialização da mão de obra, além do aparecimento de novas funções urbanas. Curitiba está no processo de inserção às Redes Globais, mas, para alcançar o posto de cidade global, é necessário mais tempo para a intensificação de suas relações comerciais, de seus fluxos de capital e demais ajustes sociais e no mundo do trabalho. Uma vez que o mundo não pára e essa conquista demanda um grande esforço, é necessário observar suas peculiaridades locais para, então, subir degraus ainda não alcançados.

Foi possível reunir nesta pesquisa vários fatores intervenientes que compõem um todo complexo de dinâmica sócio-econômica-espacial local e global, passando por algumas questões de nível nacional, mais as caracterizações e transformações locais, tendo como foco o setor de serviços, sendo que este sozinho já enseja um grande esforço intelectual.

A falta de padronização e constância nas apurações das séries estatísticas, na classificação e diferenciação das atividades do setor de serviços, de quadros comparativos de caracterização e especificação pontual da dinâmica e conectividade de cidades globais, bem como a não existência de estatísticas específicas para o desempenho das exportações de serviços, representaram as dificuldades para uma análise mais profunda do relacionamento da RMC, sua transformação produtiva e do

mercado de trabalho, para determinação de seu reposicionamento sócio-econômico-espacial frente às Redes Globais.

A caracterização da dinâmica específica de cidades globais e categorias, mais o referencial de relações estatísticas dos fluxos de capitais e negócios globais, dados de comércio exterior de serviços, poderia vir a permitir uma melhor visualização para efeitos comparativos e aprofundamento dessas questões, que fica como recomendação para realização de novas futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros – CROCETTI, Zeno Soares (pres.) – Congresso Brasileiro de Geógrafos – Velho Mundo-Novas Fronteiras, Perspectivas da Geografia Brasileira, 5, 1994, Curitiba – PR; **Anais...** In: MAMIGONIAN, Armem. Ciência e Tecnologia na “globalização” da produção mundial. Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB/SP, 1994.

AGB. **Revista Paranaense de Geografia** – Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção Curitiba – Ano 2001, n.6. Curitiba: AGB, 2001.

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Tradução de Marta Rosas. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ATLAS. **Manuais de Legislação Atlas**. Segurança e Medicina do Trabalho.Vol. 16. Editora Atlas S.A. - 36ª Edição, 1997.

ATRIUM Incorporators World-Wide. Companies Formation. **O Offshore – Sua Realidade e Legalidade**. Disponível em: <<http://www.atrium-incorporators.com/bayp/default.asp?nc=6423&id=135>> Acesso em 21 set. 2004.

BENKO, Georges. DANESI, Antonio de Pádua (trad.). **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIJKER, W. E.; PINCH, T.F. **The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other**. in The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. London, England. p. 17-50.

BINOTTO, Erlaine, NAKAYAMA, Marina Keiko. **Os Reflexos das Mudanças no Mercado de Trabalho**. Disponível em <<http://read.adm.ufrgs.br/read14/artigo/artigo4.htm> > Acessado em 10 jun. 2002.

BITTENCOURT, Jackson Teixeira. Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Região Metropolitana de Curitiba: uma leitura a partir do desenvolvimento regional e das mudanças no padrão de produção. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.105, jul./dez., 2003.

BRASIL. **Lei CLT art. 461**. Disponível em: <<http://www.lojistas.org.br/informeativo/20020405/default.shtm>> Acesso em 14 set. 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. – São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. – São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. FOÁ, Silvana Finzi (trad.). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIC. Documento fotocopiado. **Mercado de Trabalho em Curitiba e Região Metropolitana** (versão preliminar) – CIC – Curitiba – PR, setembro/ 2001.

CDC – **Evolução dos estabelecimentos de serviços em Curitiba – 1996-2002** – Companhia de Desenvolvimento da Curitiba Metrópole. CDC: 2004.

COMEC – **Metrópolis em revista, Planejamento regional** – Região Metropolitana de Curitiba, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. – vol 4, n.1 – 2002 - . Curitiba: COMEC. Brasil.

_____ - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – **Documento Síntese para Discussão**. - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral SEPL – Governo do Estado do Paraná – 2001 - Curitiba: COMEC. Brasil.

CORRÊA, Henrique L; CAON, Mauro. **Gestão de Serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes**. – São Paulo: Atlas, 2002.

CORRÊA, Henrique L; DIAS, Leila. *in* SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**; Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT; Presidente Prudente – 2001, p. 135-137; GAsPERR.

CROCETTI, Zeno Soares. (pres.) – Congresso Brasileiro de Geógrafos – Velho Mundo-Novas Fronteiras, Perspectivas da Geografia Brasileira, 5, 1994, Curitiba – PR; **Anais...** In: MAMIGONIAN, Armem. **Ciência e Tecnologia na “globalização” da produção mundial**. Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB/SP, 1994.

CUNHA, L. A. G. Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial. In: RA'E GA: **O espaço geográfico em análise**. Departamento de Geografia/UFPR (Revista da UFPR), v. 4, n. 4, 2000 – Editora da UFPR, Curitiba – Paraná – Brasil.

CURITIBA. Boletim: **Curitiba Informações Sócio-econômicas – Região Metropolitana de Curitiba**. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, 1997.

CURY, Antônio. **Organização e métodos: uma visão holística**. – 7.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2000.

DEMANBORO, Antônio Carlos, MARIOTONI, Carlos Alberto, BETTINE, Sueli do Carmo. **A Escala demográfica no Planeta e a demanda por recursos hídricos: cenários para o desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.unimep.br/niemaes/Demanboro-abrh1.htm>> Acesso em 21 set. 2004.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e sistemas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (orgs.). **Brasil – Questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) – São Paulo: Contexto, 2003.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **A Dinâmica Regional Recente no Brasil: Desconcentração Seletiva com "Internacionalização" da Economia Nacional.** São Paulo, 2000. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

EMPLASA, 25 anos. **O Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo – Rede Urbana Nacional e Internacional.** Disponível em <http://barreiros.arq.br/textos/cidades_mundiais.PDF> Acesso em 23 dez 2004.

EVARD, Yves e RODRIGUES, Alziro. **Uma Classificação de Serviços baseada na Teoria Microeconômica da Informação.** Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read01/artigo/evrard.htm#evrard>> Acesso em: 10 jun. 2002.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. A Nova Territorialidade da Indústria e o Aglomerado Metropolitano de Curitiba. São Paulo, 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – **Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, Universidade de São Paulo.

_____. A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba in **Revista Paranaense de Desenvolvimento** – n. 103 - Julho/dezembro 2002 - IPARDES. Disponível em < <http://www.pr.gov.br/ipardes/> > Acesso em 02/02/05.

FRANCO FILHO, Luiz Carlos Junqueira. Campo de Incidência do ISS em face da Lei Complementar n. 116/2003 - Importação e Exportação de Serviços - 18.5.2004 in **Comentários.** – Mariz de Oliveira, Siqueira Campos e Bianco Advogados S.C. Disponível em <<http://www.marizsiqueira.com.br/comunicados64.htm>> Acesso em 14 dez. 2004.

GARRIDO, Dulce e COSTA, Rui – **Dicionário Breve de Geografia**. – Guide – Artes Gráficas, Lda. – 1ª. Edição, Lisboa, 1996.

GaWC Study Group & Network. (Figura) **The World According to GaWC**. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/gawc/citymap.html>>. Acesso em: 14 dez. 2004.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Dilemas nas (Re)Estruturas das Metrôpoles. In: SPOSITO, Eliseu Savério (editor responsável). **Mudanças Globais – Terra Livre**, ano 18, vol. I, n.18. Publicação AGB jan-jun/2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os Movimentos Sociais Diante da Reorganização Societária em Curso. In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GRAHAM, Stephen. RUMO À CIDADE EM TEMPO REAL - Desenvolvimento Urbano numa Sociedade Globalizada e Telemediática *in Espaço de Futuros das Telecomunicações Brasileiros*. Disponível em <http://www.wisetel.com.br/espaco_de_futuros/vcidade.htm> Acesso em 14 dez. 2004.

HARVEY, David. **A condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBS, E. J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

HUGHES, T.P. The evolution of large technological systems. In: BIJKER, W.E., HUGHES, T.P. e PINCH, T.J. (orgs.) **The social construction of technological systems**. Massachusetts, The MIT Press, 1999.

IBGE. **Pesquisa Mensal do Emprego** – Série Relatórios Metodológicos, Departamento de Emprego e Renda, Rio de Janeiro: IBGE - v. 23 2002.

IBGE. **Revista Brasileira de Geografia** – Ano 1995, v.57, n.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

INFANTE ARAÚJO, Maria de Fátima, DINIZ FILHO, Luís Lopes, CARVALHO BESSA, Vagner de. O Terciário Metropolitano *in* São Paulo no Limiar do Século XXI. **Cenários da Urbanização Paulista – A Região Administrativa da Grande São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Planejamento e Gestão. Fundação SEADE. São Paulo, v.6, p.95 a 142, 1992.

INFRAERO. Movimento no aeroporto internacional Afonso Pena – 2002/2003. Disponível em < http://www.infraero.gov.br/aero_prev_movi.php?ai=64 > Acesso em 18 fev. 2005.

IPARDES. Informativo PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, SEADE, DIEESE, SERT – CODEFAT, v.1 – 1994 ao v.4 - 1997.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O Setor Serviço no Paraná – Ano 2000. Versão Preliminar.** Orgs. NOJIMA, Daniel. MOURA, Rosa. SILVA, Sandra Terezinha da. Curitiba, 2004.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba.** Núcleo de Estudos da Base Produtiva e do Desenvolvimento Regional. Primeira Versão. Curitiba: IPARDES, v.03 – dez. 2004. Disponível em <http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf> Acesso em 02 fev. 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Texto para Discussão nº 549, O Setor de Serviços no Brasil: Uma Visão Global – 1985/95**, Hildete Pereira de Melo, Frederico Rocha, Galeno Ferraz, Alberto Di Sabbato, Ruth Dweck; Rio de Janeiro, 1998.

LOIOLA. MOURA, R. Art. 1997 *in* **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas.** SPOSITO, M. E. B. (org.); Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT; Presidente Prudente - 2001; GAsPERR.

LUNARDI, Maria Elizabeth. **Parques Tecnológicos Estratégias de Localização em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.** Curitiba – PR 1997. Ed. Do Autor.

MACEDO, Mariano de Matos. et al: UFPR, SICT, SERT e DIEESE. **Caracterização Geral do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Curitiba e de seus Municípios Circunvizinhos.** Curitiba, 2005.

_____, VIEIRA, Viviane Fiedler, MEINERS, Wilhelm Eduard Milward de Azevedo. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, jul./dez. 2002.

MACKENZIE. **Revista de Administração Mackenzie** – Ano 4, n.2. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

MARTINELLI, Dante P., VENTURA, Carla A. A., MACHADO, Juliano R. – **Negociação Internacional** – São Paulo: ATLAS, 2004.

MERENNE-SCHOUMAKER, B. A metropolização – um dado novo? In: BARATA SALGUEIRO, T (org.). **Globalização e reestruturação urbana.** Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Univ. de Lisboa, 1998.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. Políticas Públicas para a Sustentabilidade. In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **CBO, 2000**. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br>> Acesso em 15 abr. 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportações brasileira por porte de empresas – 2002/2003**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/porteempresa/rpe_415.doc> Acesso em 19 fev. 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Texto para discussão nº 164 - Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora**. CEDEPLAR/FACE/UFMG – Belo Horizonte, 2001. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>> Acesso em 28 jan. 2005.

MOURA, Rosa. Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**; Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT; Presidente Prudente - 2001; GASPERR.

_____, DELGADO, Paulo, DESCHAMPS, Marley, CARDOSO, Nelson Ari. **A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na Federação Brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão**. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/RMs%20do%20Brasil.pdf>> Acesso em 02 fev. 2005

MOTTA, Diana M. da (org.). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**, IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. 1ª reimpressão, Brasília: IPEA, 2000.

OBA, Leonardo Tossiaki. **Os Marcos Urbanos e a Construção da Cidade: A Identidade de Curitiba** / Tese USP, 1998.

PALADINO, Gina G. e; MEDEIROS, Lucília Atas (orgs.). **Parques Tecnológicos e Meio Urbano – Artigos e Debates**, ANPROTEC - SEBRAE, Brasília – DF, 1997.

PARANÁ. Boletim: **Caderno Estatístico sobre o Mercado de Trabalho de Curitiba**. SETP, CESINE, CRT, Agência do Trabalhador – PR. Ed. n.1. Curitiba: junho, 2003.

PARANÁ. Boletim: Programa de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Programa troca imposto por emprego** – Decreto beneficia Micro e Pequena Empresa Paranaense com Isenção e Diminuição de ICMS. Fevereiro-2003.

PARANÁ. Informativo. **Evolução do Mercado Formal de Trabalho no Brasil, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba no Primeiro Quadrimestre de 2004.** SETP. Curitiba: maio, 2004.

PARANÁ. **Taxas de Crescimento.** IPARDES. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/proj_1991_2020.pdf> Acesso em 27 jun. 2003.

PARANÁ. **Taxas de Crescimento.** Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.paranacidade.org.br/municipios/select_municipios.php> Acesso em 08 set. 2003.

PASTORE, José. **Reforma sindical: para onde o Brasil quer ir?** – São Paulo: LTr, 2003.

PASTORE, José. **A agonia do emprego.** São Paulo: LTr, 1997.

PINTAUDI, Silvana Maria. Políticas Públicas municipais: entre o local e o mundial. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas;** Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT; Presidente Prudente - 2001; GAsPERR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Moody's melhora avaliação de risco de investimentos em Curitiba.** Publicado em 13/09/2004. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?not=3422>> Acesso em 14 dez. 2004.

PROMETEU, Agência de Notícias. **Cidades globalizadas ganham notas: Tóquio não está tão "conectada" quanto se imaginava. E São Paulo é a melhor porta para a América do Sul.** Notícias de Universidades e Centros de Pesquisa - 10/05/2002. Disponível em <<http://www.prometeu.com.br/noticia.asp?cod=490>> Acesso em 14 dez. 2004.

RANDOLPH, R. **Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades.** Rio de Janeiro, GEOgraphia, ano1, n ° 2, 1999.

SANDRONI, Paulo – **Dicionário de Administração e Finanças,** Editora Best Seller – Círculo do Livro, 1996. São Paulo – SP.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec-Educ, 1994.

SASSEN, Saskia, **As Cidades na Economia Mundial;** tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura – São Paulo: Studio Nobel, 1998. – (Coleção megalópolis).

SCHERER, Warren. Cidade, Trabalho e Emprego na América Latina (1999) **in Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) – São Paulo: Contexto, 2003.

SCOTT, Allen J. et al. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v.17, n.41, 2001.

SILVA, Fernando Nunes da. Cidades em Rede, Cidades sem Redes – Tema: Território *in* **Seminários sobre Desenvolvimento Sustentável**, 2004. Disponível em <http://seminarios.ist.utl.pt/material/cid_emrede_cidsemredes_2004.pdf> Acesso em 23 dez. 2004.

SINDUSCON-PR. **Estatuto das Cidades**. Disponível em <<http://www.sinduscon-pr.com.br/>> Acessado em 10 jun. 2002.

SMALL, John e WITHERICK, Michael – **Dicionário de Geografia** – Publicações Dom Quixote; 31 – Lisboa – 1992.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

SPOLIDORO, Roberto. A Sociedade do Conhecimento e seus Impactos no Meio Urbano *in* **Parques Tecnológicos e Meio Urbano** – Artigos e Debates.

SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**; Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT; Presidente Prudente - 2001; GAsPERR.

TOLEDO, Flávio de, MILIONE, B., **Dicionário de Recursos Humanos** – 3. ed.rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1986. ISBN 85-224-0169-1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. pt. 2: Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. pt. 6: Referências. pt. 7: Citações e notas de rodapé. pt. 8: Redação, editoração.